

ABRIL

revista de reflexão socialista

Nº 491 • Nº 2048

OUTUBRO 78

30\$00

8

- Paulo Freire com a Guiné Bissau
(Nuno Teixeira Neves)
- Sobre "O labirinto da saudade" de Eduardo Lourenço
- Imperialismo e África
- A crise do marxismo
- O papel do Exército no 28 de Maio
- Dossier sobre o filme "A Confederação"
- Poesia de Fernando Assis Pacheco

PAÍS DE POETAS, POETAS SEM PAÍS

EDUARDO PRADO COELHO

"Falo do homem que, ombro a ombro com os oprimidos, empunhando a palavra como uma enxada ou uma arma, encontrou ou pelo menos procurou na linguagem um contorno para o silêncio que há no vento, no mar, nos campos"

Ruy Belo

"Quente e humana embora na aparência fria/que a todos se destine a poesia"

Ruy Belo

Morreu um poeta de língua portuguesa. No fundo, a morte é uma coisa muito simples, e a gente sabe. "Que se passou então? Um simples cão que era e já não é." E, no entanto, esta morte magoa-nos mais do que nenhuma. E, no entanto, esta morte — a de Ruy Belo — é como se nos viessem dizer que o país vai morrendo com a morte dos seus poetas. Está o ano por fechar e há vozes insubstituíveis que se calaram em definitivo. Feito o inventário por alto, e apenas atentos aos grandes nomes, temos que lembrar Vitorino Nemésio, Clarice Lispector, Osman Lins, Jorge de Sena e agora o Ruy.

Se a pátria é a língua, nisto ela se reduz, e nós com ela, cada vez mais pobres da fala em que falamos.

Mas com Ruy Belo há mais ainda que sentir e dizer. Já a nação se havia crispado de culpa e espanto por não ter sabido dar acolhimento e razão a esse intelectual intratável que era Jorge de Sena. Mas essa indignação demasiado oficial e instituída fica muito aquém da pequeníssima dor que nos assalta por este país dito de poetas **não saber que fazer com os seus poetas**. Não ter palavras para eles. Não ter lugar. Não ser capaz de lhes dar sentido. Qualquer sentido **vivo**.

Começamos a perceber uma coisa: no fundo, a tão falada crise com que os políticos se vão afadigando deve ser em primeiro lugar isto mesmo: este desentendimento dum pátria consigo, incapaz de se inventar na linguagem que a inventou. A morte de Ruy Belo, o inconsolável rastro de frustração que ela deixa pairar em nós, é sobretudo um modo de nos avisar de que este país não é aquela sociedade onde dá gosto viver que nos foi prometida em discursos e campanhas eleitorais, mas um lugar inóspito que morbidamente se alimenta do mal-estar que propaga entre aqueles que a habitam.

É necessário que a classe dirigente se dê conta deste fenómeno crescente: o grau de convicção que os portugueses têm no seu país é cada vez menor; aumenta na juventude o desejo da procura de outros lugares que não saibam amargamente a esta crise interminável e onde as razões de existir sejam mais acessíveis e evidentes; é cada vez maior o número dos que pairam vazios e inconsequentes no interior de um país que se entorpece em querelas e narcisismos insensatos. Com a morte de Ruy Belo, com a morte de alguém que desde sempre pensou, no maior amor das palavras, o destino da sua terra e das gentes oprimidas desta terra, com a morte de um poeta de que o país se não lembrou quando se tratava de cuidar da língua, inventariar riquezas, estudar outros poetas — com a morte de Ruy Belo todos nós nos sentimos um pouco mais inúteis e absurdos sobre uma terra muda e tagarela até à náusea.

Convém lembrar que Portugal precisa de apoiar, acompanhar, estimular, comentar e homenagear os seus poetas. Que uma política de redescoberta de uma razão de ser portuguesa começa precisamente aí. Poetas como Carlos de Oliveira, António Ramos Rosa ou Herberto Helder (entre tantos outros) exigem do país um amplo gesto de reconhecimento que não pode tardar.

ABRIL

Sumário

- 2 — **Paulo Freire com a Guiné-Bissau**
Nuno Teixeira Neves
- 9 — **O fio de Ariana? (a propósito de "O labirinto da saudade" de Eduardo Lourenço)**
Manuel Maria Carrilho
- 14 — **Utopia e mito**
Fernando Gandra
- 19 — **África e as estratégias do imperialismo**
Fernando António Almeida
- 23 — **A crise do marxismo**
- 24 — **O político e a simulação**
Jean Baudrillard
- 29 — **Ite massa est...**
Jean Baudrillard
- 31 — **Os anos terríveis**
Yves Florenne
- 33 — **Dossier "A Confederação": A Confederação/Narrativa; A entrada do filme**
Amadeu Lopes Sabino
Eduardo Prado Coelho
- 41 — **O papel do Exército no 28 de Maio**
Arnaldo Madureira
- 46 — **1978: Ser artista (de vanguarda) em Portugal**
Leonel Moura
- 48 — **Dois poemas**
Fernando Assis Pacheco



Director — Eduardo Prado Coelho

Propriedade — Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária

Editor — Encontro — Distribuidora Editorial, SCARL

Sede — Apartado 2860 — Lisboa-2

Composição e montagem — OHGMIUS-Artes Gráficas — R. St.º António dos Capuchos, 15-r/c — Lisboa

Impressão e acabamento — Tipografia Dulmaro — Praceta Luís Reis Santos, 5 — Odivelas

Distribuição — Dijornal — Distribuidora de livros e periódicos, Ld.ª

Tiragem — 10 000 exemplares

Condições de assinatura — Anual: Portugal 360\$00; Estrangeiro 560\$00

Publicação mensal

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

Paulo Freire com

NUNO TEIXEIRA NEVES

Tal como Bento Caraça, também Paulo Freire aprendeu a ler escrevendo sobre a terra. No seu jardim do Recife, sob a copa abundante das mangueiras, os pais como professores. Mais tarde, viu os camponeses recém-alfabetizados do Chile democrático deixarem, indo para o trabalho, a terra sulcada de palavras. Mais tarde ainda, sedento de um encontro íntimo com os camponeses da Guiné-Bissau, ele fixou significativamente a sua passagem por uma aldeia ao Norte do Cacheu, onde os moradores se reuniram para o receberem à sombra duma grande árvore centenária, centro-político-cultural da comunidade. O que comparou à palmeira plantada, em outra aldeia, por Amílcar Cabral, imediatamente antes do início da guerra de libertação, enquanto prevenia os camponeses de que, antes que a mesma desse fruto, muitas coisas novas e grandes iriam ser empreendidas pelo povo da Guiné, palmeira junto à qual, anos mais tarde, já a dar fruto, reuniu, pela primeira vez nessa povoação, o PAIGC.

A referência relativamente discreta a estes velhos símbolos, no último livro de Paulo Freire (1), não obsta a que, em volta do que evocam e reanimam, se hajam constituído fundamentalmente as suas ideias sobre a actuação política de um povo em fase de reconstrução nacional. **Escrever na terra** ritualiza a ligação da teoria à prática, do ler e escrever ao trabalho agrícola ou artesanal, e **em redor duma árvore** implica a referência à necessidade de basear a alfabetização e a pedagogia política na "experiência existencial da população tomada como um todo, de que a actividade produtiva é uma dimensão determinante" (pág. 155). A árvore, com efeito, condensa, desde primitivas religiões, o cosmos integrado e, sobretudo, o seu poder de auto-criação, ela é o sacro pilar, a coluna mestra que marca, nas civilizações rurais, o centro do mundo e evoca a síntese originária da juventude e da sapiência, remetendo, pelo seu ascensionalismo vertical, para as provas iniciáticas sempre requeridas pelo rejuvenescimento épico de pessoas e povos.

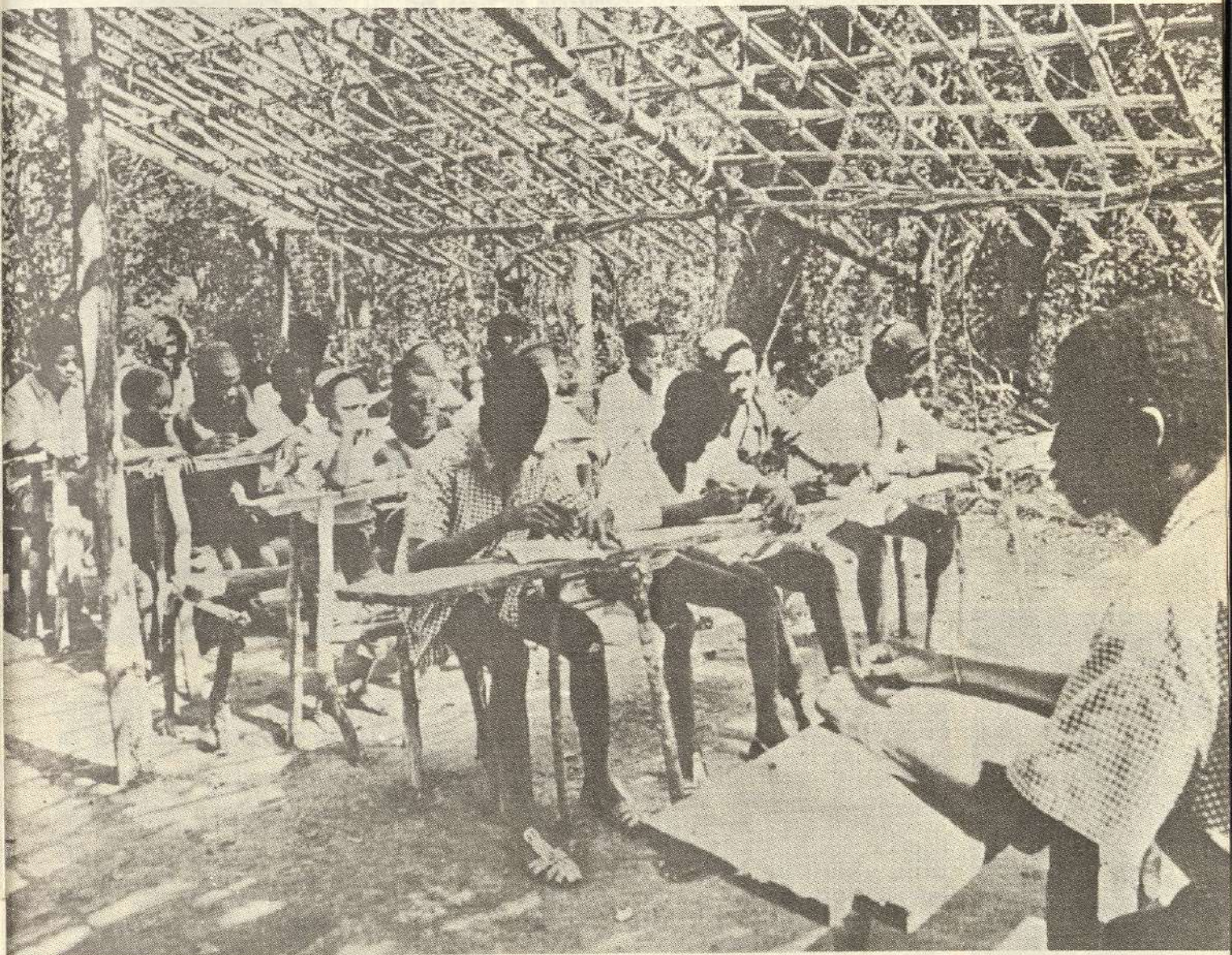
Livro inquieto e não obstante discreto, abundante de reparos e avisos, estas **Cartas** têm o mérito de, pela primeira vez, documentarem, não tanto ainda a prática, nas condições da Guiné-Bissau, do método de

Paulo Freire, como as suas exigências, escrúpulos e problemas globais num povo que consolidou o seu processo de libertação política. O que no Brasil foi, entre 1962 e 1964, participação nas vagas aspirações de uma luta popular fracassada, o que no Chile foi colaboração num preciso mas inconcluso processo revolucionário liderado pelo Governo, é, na Guiné-Bissau, o seguro secundar duma acção militarmente vitoriosa, iniciada sob um pensamento político — o de Amílcar Cabral — com que Paulo Freire se identifica em absoluto. Mais: os aspectos culturais desse pensamento são reafirmados sem defecção, ao nível do nascente aparelho de Estado, pelos seguidores do grande revolucionário africano. Não se verifica, aqui, a incoincidência de fundo entre a pedagogia de Paulo Freire e o populismo político brasileiro. Por outro lado, entre aqueles que selaram com a "cruz" do sacrifício supremo próprio o respeito da revolução pela subjectividade colectiva das massas populares, Amílcar Cabral (depois de Che Guevara e de Camilo Torres) é o primeiro que, para Paulo Freire, abre a hipótese de um real e integrador encontro entre a prática revolucionária da política e a prática revolucionária da pedagogia. A Guiné-Bissau, onde os aspectos e objectivos culturais da luta anti-colonial foram, desde a primeira hora, fundamentais, poderá ser assim, o paraíso prometido da pedagogia de Paulo Freire, a comprovação de que a unidade com a luta política em que ela assenta é mais do que uma exigência abstracta e exterior do carácter social da pedagogia, porque é a exigência concreta e íntima do aclaramento, politicamente solicitado como primordial, do seu próprio papel como elemento só desse modo transformador da sociedade e de si mesma.

De facto, Amílcar Cabral foi "um homem que viveu plenamente a coerência entre a sua opção política e a sua prática, e a palavra, nele, era sempre a unidade dialéctica entre a acção e a reflexão, entre prática e teoria" (pág. 27). Ele recusou tanto o espontaneísmo como a manipulação,

CONTINUIDADE
E DESCONTINUI-
DADE ENTRE A
GUERRILHA
LIBERTADORA
E A RECONSTRU-
ÇÃO NACIONAL

m a Guiné-Bissau



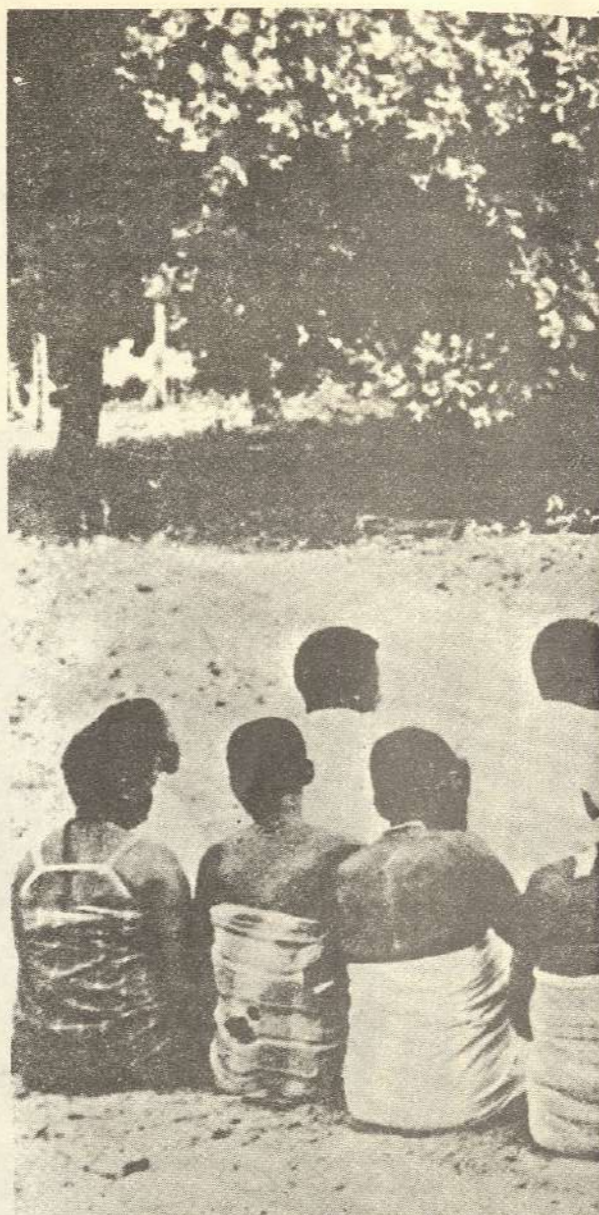
e, em cada dia vivido intensamente por si, houve sempre um sonho possível e o início não adiado por pseudo-considerações tácticas, da construção do futuro. É a percepção da inter-relação das partes na formação da totalidade foi um dos aspectos do seu pensamento que mais impressionaram Paulo Freire.

Por sua vez, Mário Cabral, o Comissário de Estado para a Educação e a Cultura, entende que a educação, que nada é em si, deve estar integrada na produção largamen-

te maioritária a que se dedica o povo guineense, a agricultura, graças ao que ele deverá tomar parte, **como sujeito**, nas transformações necessárias da sociedade. O primado dos homens sobre os mitos do tecnicismo e do cienticismo, o da solidariedade sobre o individualismo, o ideal da unidade da escola com a comunidade, o objectivo da "descolonização dos espíritos", a própria ultrapassagem da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre ensinar e aprender — tudo ideias caras a

Paulo Freire —, são características do pensamento pedagógico oficial da Guiné-Bissau, tanto ao nível das Forças Armadas Populares (FARP), mais directamente fiéis, na sua acção cultural, ao estado de espírito vigente durante a guerra de libertação, como ao nível do Commissariado de Estado para a Educação e a Cultura, mais condicionado pelas dificuldades da reconstrução nacional nas zonas não militarmente libertadas.

Estas ideias, na passagem do tempo histórico da libertação para o da reconstrução e no alargamento do poder revolucionário desde os espaços libertados durante a dominação colonial até aos recuperados após o 25 de Abril, sofreram, parece, uma relativa abstractização, ou por necessidade intrínseca às novas condições políticas, ou por deficiente reinvenção de novo centro de interesse concretizador, que retomasse, na paz, o que fora, antes, a luta armada, "facto cultural e factor de cultura" na concepção, repetidamente aprovada por Paulo Freire, do fundador da PAIGC. Seria ingénuo supor que o aprofundamento e concretização do papel de sujeito das massas populares poderia ser tão claro e imperativo em tempo de paz e consolidação da vitória como em tempo de guerrilha. Daí que se tenderia, embora ainda muito longe de confundir-se com a manipulação burocrática, a tornar o problema da dinamização das iniciativas nos termos de uma globalidade abstracta, que levaria a uma prática voluntarista da política de alfabetização e a um fragmatismo na escolha das respectivas mediações. Mas, como adverte Paulo Freire, se a inscrição de uma campanha de alfabetização no movimento revolucionário das massas implica, cedo ou tarde, uma generalização da sua aplicação a todo o território nacional, nem toda a generalização garante uma tal fidelidade ao movimento revolucionário das massas (pág. 77). E Paulo Freire recomenda "a experiência permanente da tensão entre a paciência e a impaciência" (pág. 77). Assente que essa fidelidade ao objectivo anti-elitista e anti-paternalista duma mobilização de massas implica "um constante dinamismo entre tática e estratégia" (pág. 77). Paulo Freire entende ainda que, "se no plano estratégico, se deve atender à globalidade nacional, no tático é necessário partir, não da totalidade (se as condições objectivas e subjectivas o não permitem), mas dos sectores onde estas condições existem já ou estão prestes a reunir-se" (pág. 77). O modelo, porém, do espaço social desta acção é a aldeia, considerada como um círculo de cultura, a aldeia onde o que determinará os programas educativos será "a experiência existencial da população tomada como um todo e cuja actividade de produção é uma dimensão determinante" (pág. 155). Será através de comprometimento numa acção local que se levarão as populações, mediante o alargamento desta



Escrever na terra em redor de uma árvore

globalidade da acção pedagógica à região, a atingir o nível nacional, tornando concretas as representações e as acções em prol da reconstrução do País.

Eis porque Paulo Freire, no seu novo livro, ainda que sublinhe a identificação entre os seus pontos de vista e os dos dirigentes actuais da Guiné-Bissau, insiste na correcção da sua aplicação concreta. A diferença entre a sua posição e a oficial não é fácil determiná-la, dada a identificação teórica das duas e a discreção do pedagogo brasileiro, mas as insistências, recomendações e reparos deste permitem-nos, senão avaliá-la, pelo menos localizá-la.

Enquanto Paulo Freire, que se coloca na perspectiva de uma revolução cultural permanente, entende que não deverá haver qualquer solução de continuidade entre as práticas integradoras da subjectividade popular, quer antes quer depois da vitória final sobre o colonialismo político, verifica-se que as autoridades do País se detêm perante um certo número de dificuldades, entre elas a reacção diferente, mais individualista e passiva, das populações urbanas,

só depois do 25 de Abril, e não por si, libertadas. Eis porque a campanha de alfabetização das FARP foi muito mais vultosa e fecunda do que a promovida, entre a população de Bissau, pelo Commissariado de Estado para a Educação e a Cultura.

É esta rotura, de facto, entre, por um lado, a praxis revolucionária da guerrilha e o tipo de acção cultural que lhe corresponde, e, pelo outro, a praxis tendencialmente centralizadora e constituinte de um novo Estado que Paulo Freire tenta evitar ou superar, advogando, não a síntese das heranças culturais da guerra e da colonização, mas "o aprofundamento e a melhoria global de tudo o que se obrou na zona libertada" (pág. 26), ou concebendo, para a aquisição da leitura e da escrita própria da fase urbana e estatal da evolução da sociedade guineense, um processo que retoma o arquétipo ancestral da aquisição épica da fala colectiva pela renomeação do cosmos geo-comunitário assim reconstituído. Preve-

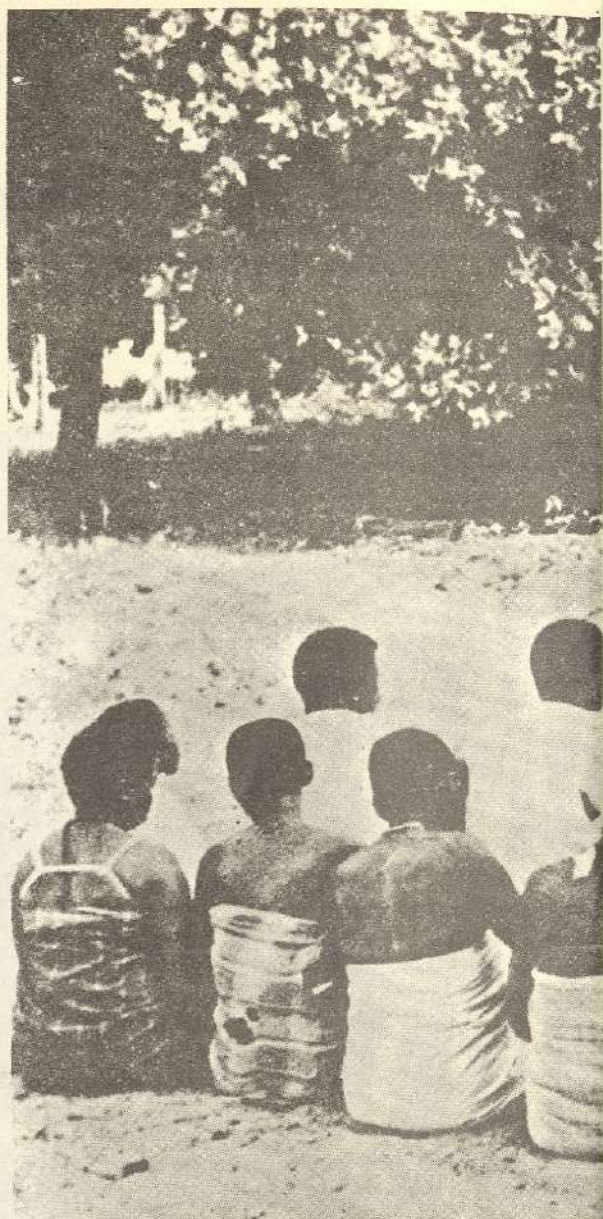
nido contra a "falta de alegria de viver" nas cidades da Europa e contra as marcas da sedução colonial em Bissau e outros centros urbanos guineenses, Paulo Freire desejaria perpetuar, na nova fase da vida da jovem república, o vigor revolucionário de Amílcar Cabral, conciliando, assim, espontaneidade e direcção e evitando a burocratização do novo Estado. Para ele, a libertação "significa, não somente a consolidação da vitória mas também a realização concreta dum modelo de sociedade já esboçado, num certo sentido, durante a guerra" (pág. 92).

Contra o perigo da obnubilação do sentido concreto da mensagem revolucionária de Amílcar Cabral, Paulo Freire recomenda, por um lado, o avanço de uma nova motivação política da alfabetização ao nível da existência camponesa global, que implique um certo número de objectivos solidários entre si, "directamente associados" a um projecto geral que altere a

**ALTERNATIVA
A DESCONCRE-
TIZAÇÃO DA
MENSAGEM
DE AMILCAR
CABRAL**

Paulo Freire —, são características do pensamento pedagógico oficial da Guiné-Bissau, tanto ao nível das Forças Armadas Populares (FARP), mais directamente fiéis, na sua acção cultural, ao estado de espírito vigente durante a guerra de libertação, como ao nível do Comissariado de Estado para a Educação e a Cultura, mais condicionado pelas dificuldades da reconstrução nacional nas zonas não militarmente libertadas.

Estas ideias, na passagem do tempo histórico da libertação para o da reconstrução e no alargamento do poder revolucionário desde os espaços libertados durante a dominação colonial até aos recuperados após o 25 de Abril, sofreram, parece, uma relativa abstractização, ou por necessidade intrínseca às novas condições políticas, ou por deficiente reinvenção de novo centro de interesse concretizador, que retomasse, na paz, o que fora, antes, a luta armada, "facto cultural e factor de cultura" na concepção, repetidamente aprovada por Paulo Freire, do fundador da PAIGC. Seria ingénuo supor que o aprofundamento e concretização do papel de sujeito das massas populares poderia ser tão claro e imperativo em tempo de paz e consolidação da vitória como em tempo de guerrilha. Daí que se tenderia, embora ainda muito longe de confundir-se com a manipulação burocrática, a tornar o problema da dinamização das iniciativas nos termos de uma globalidade abstracta, que levaria a uma prática voluntarista da política de alfabetização e a um pragmatismo na escolha das respectivas mediações. Mas, como adverte Paulo Freire, se a inscrição de uma campanha de alfabetização no movimento revolucionário das massas implica, cedo ou tarde, uma generalização da sua aplicação a todo o território nacional, nem toda a generalização garante uma tal fidelidade ao movimento revolucionário das massas (pág. 77). E Paulo Freire recomenda "a experiência permanente da tensão entre a paciência e a impaciência" (pág. 77). Assente que essa fidelidade ao objectivo anti-elitista e anti-paternalista numa mobilização de massas implica "um constante dinamismo entre táctica e estratégia" (pág. 77), Paulo Freire entende ainda que, "se no plano estratégico, se deve atender à globalidade nacional, no táctico é necessário partir, não da totalidade (se as condições objectivas e subjectivas o não permitem), mas dos sectores onde estas condições existem já ou estão prestes a reunir-se" (pág. 77). O modelo, porém, do espaço social desta acção é a aldeia, considerada como um círculo de cultura, a aldeia onde o que determinará os programas educativos será "a experiência existencial da população tomada como um todo e cuja actividade de produção é uma dimensão determinante" (pág. 155). Será através de comprometimento numa acção local que se levarão as populações, mediante o alargamento desta



globalidade da acção pedagógica à região, a atingir o nível nacional, tornando concretas as representações e as acções em prol da reconstrução do País.

Eis porque Paulo Freire, no seu novo livro, ainda que sublinhe a identificação entre os seus pontos de vista e os dos dirigentes actuais da Guiné-Bissau, insiste na correcção da sua aplicação concreta. A diferença entre a sua posição e a oficial não é fácil determiná-la, dada a identificação teórica das duas e a discreção do pedagogo brasileiro, mas as insistências, recomendações e reparos deste permitem-nos, senão avaliá-la, pelo menos localizá-la.

Enquanto Paulo Freire, que se coloca na perspectiva de uma revolução cultural permanente, entende que não deverá haver qualquer solução de continuidade entre as práticas integradoras da subjectividade popular, quer antes quer depois da vitória final sobre o colonialismo político, verifica-se que as autoridades do País se detêm perante um certo número de dificuldades, entre elas a reacção diferente, mais individualista e passiva, das populações urbanas,



Escrever na terra em redor de uma árvore

só depois do 25 de Abril, e não por si, libertadas. Eis porque a campanha de alfabetização das FARP foi muito mais vultosa e fecunda do que a promovida, entre a população de Bissau, pelo Comissariado de Estado para a Educação e a Cultura.

É esta rotura, de facto, entre, por um lado, a praxis revolucionária da guerrilha e o tipo de acção cultural que lhe corresponde, e, pelo outro, a praxis tendencialmente centralizadora e constituinte de um novo Estado que Paulo Freire tenta evitar ou superar, advogando, não a síntese das heranças culturais da guerra e da colonização, mas "o aprofundamento e a melhoria global de tudo o que se obrou na zona libertada" (pág. 26), ou concebendo, para a aquisição da leitura e da escrita própria da fase urbana e estatal da evolução da sociedade guineense, um processo que retoma o arquétipo ancestral da aquisição épica da fala colectiva pela renomeação do cosmos geo-comunitário assim reconstituído. Preve-

nido contra a "falta de alegria de viver" nas cidades da Europa e contra as marcas da sedução colonial em Bissau e outros centros urbanos guineenses, Paulo Freire desejaria perpetuar, na nova fase da vida da jovem república, o vigor revolucionário de Amílcar Cabral, conciliando, assim, espontaneidade e direcção e evitando a burocratização do novo Estado. Para ele, a libertação "significa, não somente a consolidação da vitória mas também a realização concreta dum modelo de sociedade já esboçado, num certo sentido, durante a guerra" (pág. 92).

Contra o perigo da obnubilação do sentido concreto da mensagem revolucionária de Amílcar Cabral, Paulo Freire recomenda, por um lado, o avanço de uma nova motivação política da alfabetização ao nível da existência camponesa global, que implique um certo número de objectivos solidários entre si, "directamente associados" a um projecto geral que altere a

**ALTERNATIVA
A DESCONCRE-
TIZAÇÃO DA
MENSAGEM
DE AMILCAR
CABRAL**

QUANDO O OPTIMISMO REVOLUCIONA- RIO ESQUECE AS INCOINCIDÊNCIAS

relação de produção, inclusive constituindo cooperativas, e, pelo outro, a reflexão crítica mediante o distanciamento progressivo, adquirido na prática do diálogo sobre a prática, da consciência relativamente às suas anteriores aquisições, ou seja a capacidade, como Paulo Freire diz em outra obra, da "admiração da admiração anterior". Trata-se "não de algo de que se fala como se já existisse, mas de algo que se conhece apenas no acto da sua realização" (pág. 145). É o perene remergulhar na poeticidade da recriação, a recusa da atitude submissa perante a exterioridade do mito, o convite, contra as mitologias, à permanente reverificação e assumpção da validade daquele. Isto exige que o processo de alfabetização se inicie na Guiné-Bissau nas regiões em curso de transformação, sendo aí, na viva globalidade do ultrapassar revolucionário das antinomias, que se toma balanço para repor essa globalidade ao nível nacional — o território da Guiné-Bissau —, como o terrado, semeado de palavras, da grande árvore mítica da circular comunhão humana.

A unidade da teoria e da prática, tal como Paulo Freire a preconiza, pelo menos neste momento, para a Guiné-Bissau, implica uma associação **directa** entre ambas, de tal modo que não deverão ser possíveis zoólogos que estudem, só pelo saber em si, o comportamento dos mamíferos chamados **preguiças**, nem teóricos de literatura que "dêem" seminários sobre Mallarmé e o simbolismo (pág. 123). Paulo Freire não nos esclarece acerca da introdução futura dessas práticas menos directamente ligadas à produção, nem acerca do seu valor e da sua continuidade ou descontinuidade com o saber mais flagrantemente interessado na economia. Ele quer que a ultrapassagem das dicotomias entre ensinar e aprender e entre conhecer o conhecimento hoje existente e criar o novo conhecimento constitua o prolongamento da ultrapassagem da dicotomia entre teoria e prática. Mas a associação apenas **directa** destas duas, numa escola que, como Paulo Freire preconiza, se não distinga essencialmente da fábrica ou do trabalho agrícola (pág. 125), poderá garantir a ultrapassagem efectiva daquelas duas outras dicotomias? De qualquer modo, esta conjunção estreita entre educação e trabalho não será a melhor lição de Paulo Freire para os países mais desenvolvidos, onde haverá que acrescentar-lhe a noção de uma certa incoincidência entre ambos, que acidenta de um relativo fracasso estimulante a respectiva dialéctica. Além de que não é possível, em profundidade, associar, **directa**, demorada e harmonicamente, prática e teoria, porque cada uma delas se constitui, não só apoiada na outra, mas a partir do fracasso desta, e essa relativa rotina não a podemos deveras ultrapassar por um único acto nascido da subjectividade, seja ela colectiva, mas por um jogo de múltiplas subjectividades opostas, e das circunstâncias

objectivas correspondentes — simultâneas e ou sucessivas..

Como nas obras imediatamente anteriores, também nestas **Cartas**, Paulo Freire não inclui, na dialectização que ele propõe do **contexto teórico** e do **contexto concreto** do processo de conscientização política, a superabundância de um relativamente ao outro, ou seja precisamente o preço de incoincidência que a sua problemática coincidência exige, ou seja ainda: ele menospreza, no optimismo e disciplina do seu compromisso revolucionário terceiromundista, o aclaramento tanto da tragicidade como da superior ludicidade da dialéctica entre o **contexto teórico** e o **contexto concreto** do processo pedagógico libertador. Daí manter-se na crença, em certos limites, fecunda, de que é possível recusar sempre, em termos práticos, a rotura entre as condições culturais e políticas da oralidade e as da escrita. Daí negar a inevitabilidade, em algum momento do processo de alfabetização, do papel, mesmo moderadamente manipulador, da instância política. É esta a nobre e eficaz "cegueira" com que Paulo Freire entra no jogo da pedagogia com a política, pondo crescentemente ao serviço da prioridade desta, onde a sua história é jovem, o pleno rigor de exigência de opção política daquela, a pedagogia — procurando, assim, arditamente, a prioridade desta através do humilde reconhecimento da prioridade daquela.

Eis porque ele recusa ser tratado como um especialista internacional de alfabetização e reclama a militância de um autêntico revolucionário. Ele sabe que, sem a prática política, a sua teoria sequer seria aquilo que nela resiste (mas nessa prática) à prática política: uma atitude poética. A plena opção política é, assim, em Paulo Freire, uma exigência menos da política real do que da própria componente poética da pedagogia. Porque o espaço que o Verbo apetece é o da cidade, ainda que, como em Jerusalém, aí o crucifiquem. O que Paulo Freire acentua, ao criticar, em outro estudo ("Algumas notas sobre conscientização"), aqueles que, exagerando o pendor idealista do seu pensamento inicial, preconizam uma "conscientização estritamente pedagógica". De facto, a autenticidade da conscientização dá-se apenas "quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialéctica com a prática da transformação da realidade".

Não estamos, pois, perante um abuso idealista, mas perante uma síntese admirável de realismo político e de rigor poético. De rigor poético da pedagogia como linguagem própria e como recriação da fala colectiva. Estamos perante uma imposição que a verdade da linguagem revolucionária faz a nascentes Estados progressistas e que estes aceitam porque, além de por ela lhes vir um processo eficaz mobilizador de mas-

sas, que de outro modo dificilmente conseguiriam, ela os justifica, política e historicamente, criando o mito de uma exemplarmente livre constituição das novas sociedades políticas, que embelezará, no futuro, sintetizando-a pelo melhor, a mais complexa, vária e impura gestação das mesmas.

O que facilita a integração da pedagogia de Paulo Freire no projecto da jovem república da Guiné-Bissau é, segundo creio, o modesto relevo que a luta de classes propriamente dita tem nesse país. De facto, o pensamento de Paulo Freire assenta numa imprecisa concepção de classes e da luta de classes, o que não obsta, antes facilita, o seu exigente dualismo na apreciação da contradição entre opressores e oprimidos. Embora ele admita um "hiato dialéctico" entre "consciência das necessidades de classe" e "consciência de classe", ou seja "entre o momento, no qual, enquanto **classe em si**, o povo explorado não actua de acordo com o seu **ser** e aquele em que, assumindo-se como **classe para si**, percebe a tarefa histórica que lhe é própria, somente assim suas necessidades se definindo como

interesses de classe" ("Educação política e conscientização", Cadernos Livres de Sá da Costa, pág. 21), a verdade é que ele não entra em conta com o facto de que o espaço deste hiato não é preenchido apenas por uma dialéctica que, correspondendo a necessidades existenciais colectivas, não perde de mão o optimismo com que concilia objectividade e subjectividade, mas por uma ou várias contradições que não são reduzidas totalmente por nenhuma das suas tentativas de síntese. Paulo Freire recusa aceitar o amplo e diversificado jogo político em que, na formação da consciência de classe, se opera uma dramática rotura entre as condições subjectivas da **consciência real** e as condições objectivas da **consciência possível**, estas remetendo para a totalidade do real e só podendo ser alteradas, perante os imperativos assumidos de uma sociedade carecida de industrializar-se, mediante uma praxis que, pelo menos em decisivos momentos históricos, é menos existencialmente defensável que a praxis harmónica com o processo de conscientização. Este, tal como Paulo Freire o concebe, tem, porém, um

ATE QUE PONTO
NA ALMA DAS
CIDADES O
MODELO RURAL



ATÉ QUE PONTO NA ALMA DAS CIDADES O MODELO RURAL?

importante papel na mobilização dos factores humanos quando escasseiam os recursos materiais, sobretudo quando, como na Guiné-Bissau, o objectivo prioritário é a formação de um espírito e uma prática de nação num pequeníssimo espaço geo-demográfico fraccionado por vinte etnias diferentes. A eficácia política do seu alento poético esgota-se, porém, nos limites desse tipo de condicionamento: para lá deles, é, mesmo literalmente, um belíssimo e ardente texto a traduzir, no sentido radical de ser necessário inventar-lhe novas leituras, para o reconduzir criticamente a outros espaços.

Paulo Freire, que sabiamente deu resposta à consciência hoje generalizada da crescente ambiguidade da acção alfabetizadora e educativa (tão potencialmente libertadora como manipuladora das populações) contribui sobretudo, inventando a prática de uma educação efectivamente libertadora, para pôr à disposição dos estados progressistas do Terceiro Mundo o meio de evitar a fraca rentabilidade das campanhas correntes de alfabetização, repelidas pelo homem rural como violência e manipulação oriundas das civilizações e sociedades urbanas. Ela corresponde, também, a um eficaz instrumento para mobilizar o único capital de que esses estados são ricos: a sua população. Mas Paulo Freire, para entrar nesse jogo, inscreve-se (embora invertendo-lhe o sentido, abrindo-a ao controle dos educandos, dialectizando-a) na univocidade global dos sistemas educativos tradicionais, que não prevêem divergências de fundo, descontinuidades ou fragmentações nas linguagens, critérios e modelos pedagógicos aplicados. Inversão de sentido, porque tende, quase despercebidamente, a orientar essa univocidade (nele, dialogicamente por síntese) a favor da proposta pedagógica poética. Quase se chega a rezear, ao ler estas *Cartas*, que Paulo Freire se queira apoderar, **pedagogicamente**, da jovem, indefesa (e, suponhamos, ingénua) república da Guiné-Bissau. Mas é apenas o desenvolvimento da etapa simpática e fecundante de um drama amoroso.

Embora a sua pedagogia assente, fundamentalmente, numa consciência histórica, a dialecticidade desta evolui de uma demasiada abstractização em **A educação como prática de liberdade** até uma consciência mais concreta da necessidade de compromisso político revolucionário, mas, numa e noutra fase, essa consciência histórica, como consciência geral, se desdramatiza, não inventariando expressamente as descontinuidades sucessivas ou simultâneas entre os vários modelos pedagógicos que servem, ofensiva ou defensivamente, a revolução e as suas consequências. Omissão que apenas deve prevenir os muitos simpatizantes e discípulos europeus da lição exemplar de

Paulo Freire, pois aquele é o preço da generosidade e grandeza da sua opção como educador revolucionário em países do Terceiro Mundo.

Países em que é necessário, além de viável, ter-se como possível racional o impossível adiantado pela imaginação, fazendo daquele uma mera fracção deste, e ocultando a sua mútua e estimulante irredutibilidade. Países em que é necessário encher de uma única e coerente voz o tempo actual, mediante o mito catalizador de que se assumiu uma tarefa **permanente**, e de que o mundo, desatento dos descontínuos sobressaltos da sua errância estruturante e desestruturante, se empenha apenas na infindável loucura racional (linearmente dialéctica) da sua transformação.

Países em que a síntese da cultura tradicional africana com os elementos libertadores da cultura europeia tem que ser feita a partir da aldeia que pegou em armas e não da cidade acomodatória, onde a "**bicultura** exprime, de facto, uma alienação cultural" (pág. 146), uma incapacidade dialéctica de opção sintetizante, pelo que Paulo Freire acredita que, pela acção pedagógica e política, o individualismo dos populares de Bissau perante as finalidades da alfabetização poderá desaparecer, desde que também aí se constituam círculos de cultura que globalizem as problemáticas segundo o modelo de acção inventada para os meios rurais.

Até que ponto, porém, do seu desenvolvimento futuro, o chão humano das cidades africanas consentirá este aferimento pela temática rural dos seus projectos de vida? Até que ponto, e como, aí e em qualquer outro lado, se poderão reordenar e redelimitar as crescentemente múltiplas espirais (e não círculos) da problemática urbana? Até que ponto às cidades, antigas inventoras da escrita e impositoras dela às aldeias, poderá convir a inversão que representa a escrita ser-lhes, agora, como objectivo pedagógico, oriunda destas? Será aí, nas cidades, que amadurecerá a revelação do paradoxo que Darcy de Oliveira e Pierre Dominicé (2) diagnosticaram no pensamento de Paulo Freire, cujo prolongamento prático — escreveram eles — se distancia cada vez mais do sucesso (literário) das suas obras. É que no **contexto teórico**, não se têm apenas obrigações perante a prática política mas também perante a produção (coerente) da linguagem. ■

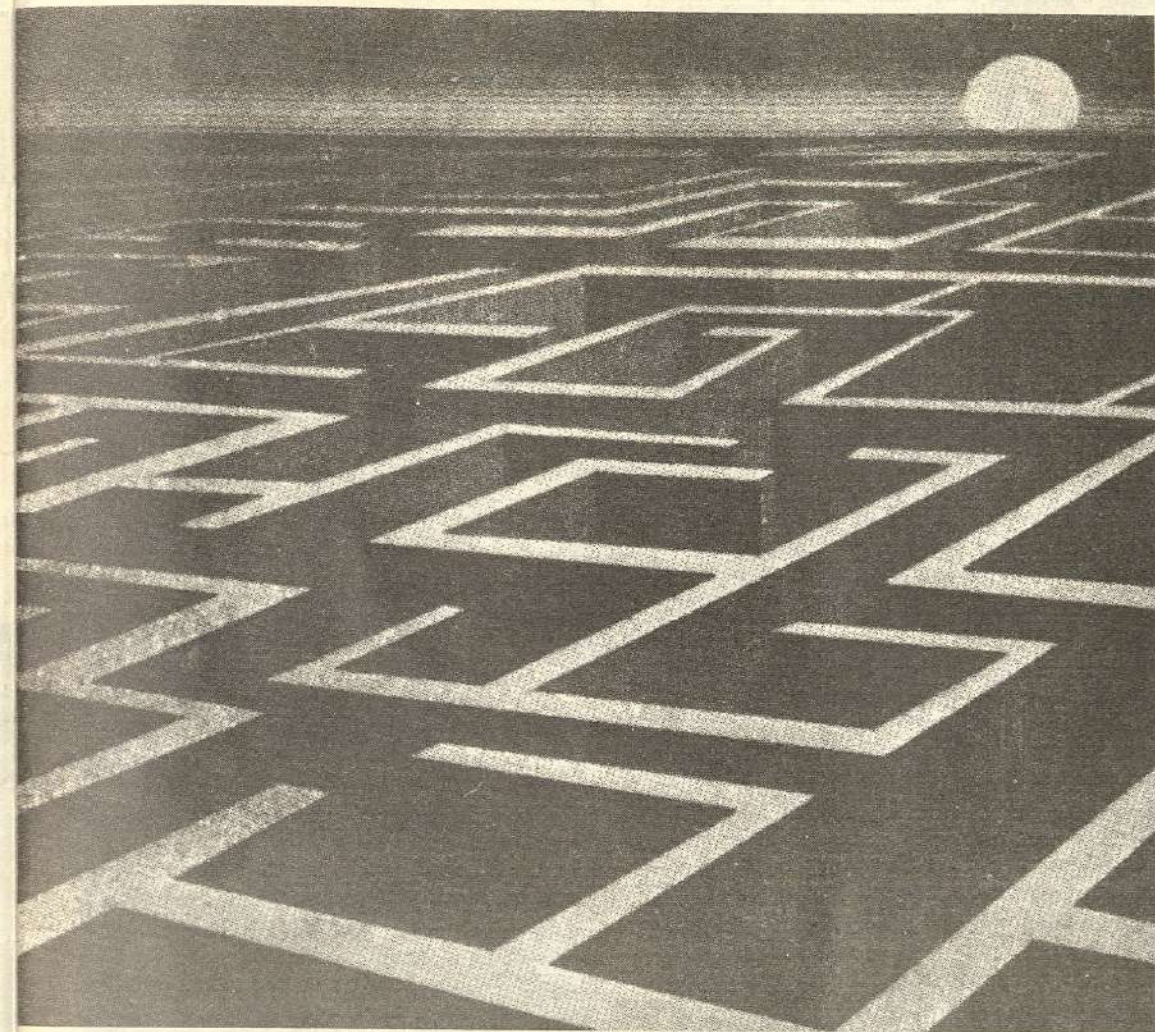
(1) — "Lettres à la Guinée-Bissau sur l'alphabétisation: expérience en cours de réalisation". Maspéro, Paris, 1978.

(2) — Ivan Illich e Paulo Freire: a "Opressão da Pedagogia" e a "Pedagogia dos Oprimidos", Sá da Costa, Lisboa, 1977.

O FIO DE ARIANA ?

MANUEL MARIA CARRILHO

A PROPÓSITO DE
"O LABIRINTO DA
SAUDADE" DE
EDUARDO
LOURENÇO



"Grande labirinto", Bartolomeu Cid dos Santos

"Pensar não é sair da caverna, nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas (...) É entrar no Labirinto ou, mais exactamente, fazer ser e aparecer um Labirinto."

C. Castoriadis

No primeiro livro de Eduardo Lourenço, *Heterodoxia-I*, podia ler-se logo nas primeiras linhas do capítulo "Europa ou o diálogo que nos falta": "O mundo da cultura portuguesa arrasta há quatro séculos uma existência crepuscular. Passando à margem dos três decisivos acontecimentos espirituais da idade moderna — a cisão religiosa das reformas, a criação da física-matemática e a filosofia cartesiana —, a nossa cultura dos séculos XV e XVI perdeu o que tinha de vivo e promissor, para conservar apenas o comentarismo ruminante e estéril, do

qual aliás jamais se libertara completamente, mesmo nas suas horas mais felizes". Escritas em 1949, estas linhas mostram-nos que a preocupação de pensar Portugal é, em Eduardo Lourenço, uma preocupação antiga. Se ela só é do conhecimento público de 1974 para cá, isso deve-se fundamentalmente a duas razões: por um lado Portugal não era objecto de interesse (pelo menos no grau em que se tornou) para a maioria dos intelectuais nem para a generalidade dos portugueses; por outro, e decisivamente, os textos de E.L. não eram até então publicáveis em Portugal.

Mas ainda antes de serem publicados alguns livros, como "Os militares e o poder" ou "Situação africana e consciência nacional", elaborados antes de 1974 (e que constituem um caso, raro ao contrário do que se dizia, de originais efectivamente na gaveta), E. Lourenço começou a impôr-se entre nós como um caso singular de comentarismo político e cultural. Extremamente

atento, solidamente fundamentado num conhecimento seguro da nossa história e cultura, não hesitando em cair sobre os acontecimentos, apesar dos riscos de um imediatismo inevitável, com uma força quase panfletária mas sempre obsessivamente lúcida. E. Lourenço tem vivido o post-25 de Abril e lido os seus mais decisivos acontecimentos com uma preocupação que, simplesmente, se pode designar por Portugal.

Não é contudo desta actividade de E.L. que vamos falar mas do livro "O labirinto da Saudade — Psicanálise mítica do destino português" que penso ser um dos mais importantes — senão o mais importante — que sobre Portugal se publicou de 1974 para cá. Embora nos refiramos de um modo global ao livro temos particularmente em vista os dois primeiros ensaios, "Psicanálise mítica..." e "Repensar Portugal", onde são mais trabalhados os temas que percorrem todo o livro. O livro inclui ainda um texto sobre António Sérgio — "António Sérgio, mito cultural" — que merece uma referência à parte porque se trata da primeira (da única?) análise de Sérgio feita no exterior dos fantasmas dos sergianismo que, como procuraremos demonstrar noutra ocasião, alimentam o que de mais tacanho e seródio se "pensa" hoje em Portugal. E à importância do texto é preciso acrescentar a coragem que o atravessa, se pensarmos na data da sua original publicação — 1969 — em pleno período marcelista, em que o sergianismo funcionou simultaneamente como caução e compensação das apostas miríficas e dos desastres "incompreensíveis" da "oposição democrática".

Curioso será reparar que, apesar da desmontagem de Sérgio magistralmente feita por Lourenço (e que é preciso prolongar), isso não impede que, pela sua dispersa vocação ensaística, pelo tipo da sua intervenção social e política, pelo enquadramento "filosófico" de todas as questões que aborda, pelas exigências-limite que formula no âmbito das suas mais fundas e mais indiscutíveis concepções, E. Lourenço seja talvez hoje, no que isso tem de melhor e de pior, o discípulo de Sérgio por excelência.

(o homem labiríntico)... "traz as questões mais profundas, mais severas e mais silenciosas."

Nietzsche

Repensar Portugal não é uma exigência nova. Já em 1969 Cardoso Pires publicou no "Tempo e o Modo" um texto que se intitulava precisamente "Repensar Portugal", que é também o título de um livro de Vítor de Sá, de um outro que se anuncia do P.e Manuel Antunes, e o tema de outros livros como, por exemplo, o "Rumo de Portugal: Europa ou Atlântico?" de J. Barradas de Carvalho.

É um facto, que desde 1974, embora de maneiras diversas, se tornou cada vez mais claro e intenso um certo investimento da nossa história feito pelo pensamento de esquerda, mas que esse investimento foi quase sempre feito de um modo superficial, enfatizando com especial relevo os seus períodos "revolucionários": 1383, 1640, 1820, 1910, sem que isso significasse um novo ou mais profundo conhecimento da nossa história, o que em parte se explica pela urgência política demasiado imediatista que suscitou estas questões, e de que é testemunho, por exemplo, a obra "Repensar Portugal" de V. de Sá.

Eduardo Lourenço surge nesta conjuntura realmente com "as questões mais profundas e mais silenciosas", fazendo uma leitura original e sem dúvida nenhuma arriscada da história de Portugal. Fá-lo a partir de textos literários, procurando neles as **imagens** que de Portugal foram sendo propostas através dos tempos, nomeadamente aquelas que alcançaram um estatuto de mito, e que perduraram, com metamorfoses várias, até hoje. E fá-lo também a partir de uma perspectiva que podemos chamar histórico-psicológica, na medida em que E. Lourenço interroga as imagens com o objectivo de sondar os traços mais persistentes e mais constantes do "inconsciente" português. Tratando-se mais de um "inconsciente" histórico-político do que psicológico, ou melhor, de um "inconsciente" político interpretado através de uma leitura psicológico-literária, não é obviamente na psicanálise (ainda que "dissidente", como por vezes parece) que Lourenço se baseia. Bastará ler-se que Freud, se nos tivesse conhecido, "teria descoberto, ao menos no campo da pura vontade de aparecer, um povo em que se exemplifica o sublime triunfo do princípio de realidade" para se ver que E. Lourenço utiliza de um modo muito ligeiro os conceitos psicanalíticos. **A psicanálise não é nunca aqui uma perspectiva mas apenas uma referência.** O que é importante é que embora com uma conceptualização pouco trabalhada, que no essencial cai dentro de um racionalismo relativamente tranquilo, se consiga propor uma visão consistente da história de Portugal, de uma espessura e exigência que ultrapassam tudo o que o pensamento de esquerda tem produzido, e retirando, ao mesmo tempo, ao pensamento conservador, um domínio quase indiscutido durante dezenas de anos, e que agora, passado o período em que as suas ideias nem sequer eram enunciáveis, procura retomar rapidamente: o da temática de Portugal, da portugalidade.

A principal limitação do "Labirinto da Saudade" é assumida desde o princípio: neste livro o que está em análise são as imagens de Portugal a partir de textos literários. E esta limitação é, por si só, uma acusação ao estado da nossa história, a clara indicação de falta de trabalhos que permitam estabelecer outro tipo de funda-

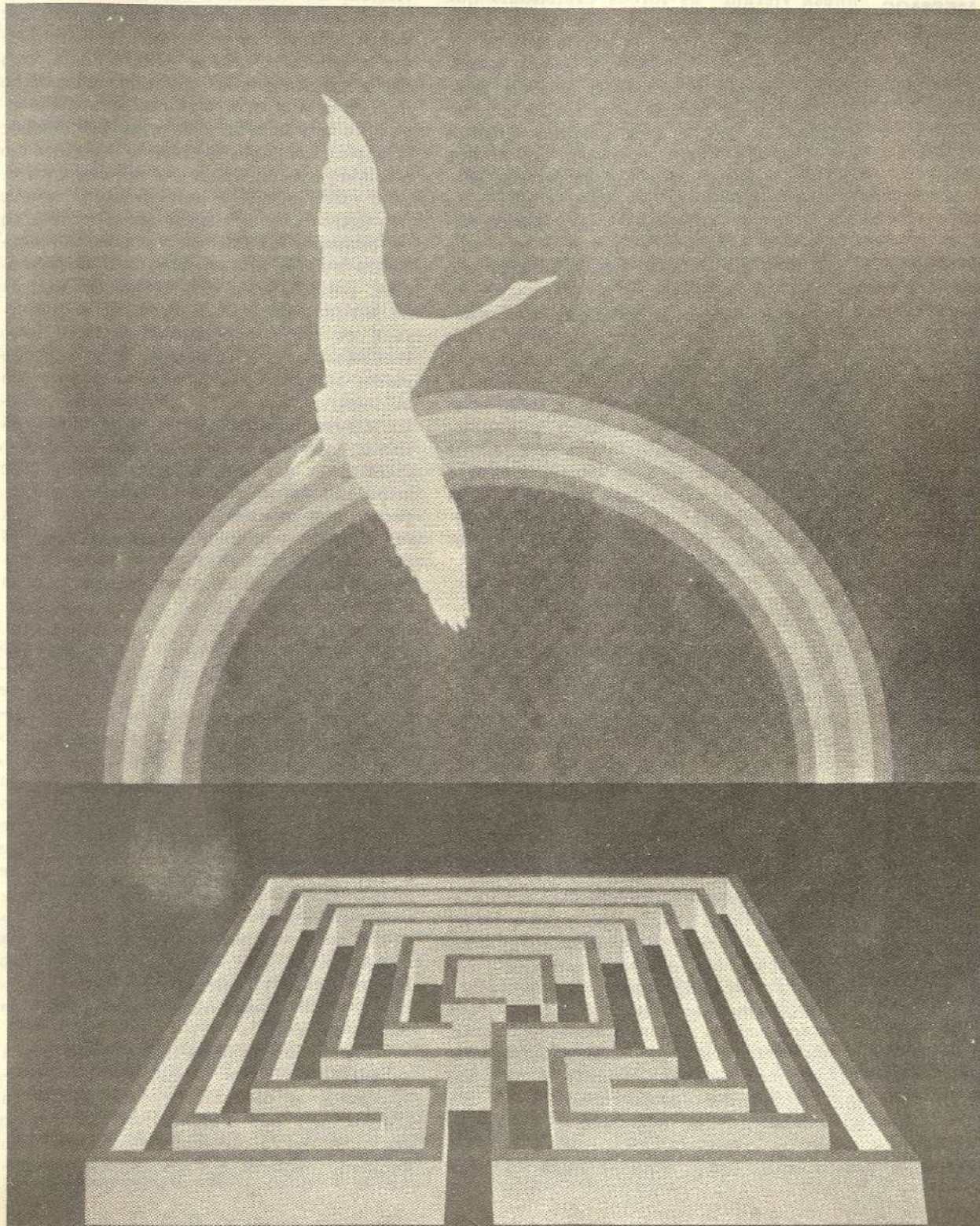
ANTÓNIO SÉRGIO
E EDUARDO
LOURENÇO

mentos, levantar outras hipóteses, e mesmo discutir do acerto (ou não) das ideias assim labirinticamente avançadas. Partir de imagens literárias é assim, para grandes períodos da nossa história, partir do que há.

Convencido de que "os valores da "pátria", do "patriotismo", do "sentimento nacional", pelo seu teor afectivo, de raiz irracional, não costumam ser reivindicados pela Esquerda", mas que isso é um "erro funesto", E. Lourenço faz uma leitura da nossa história de modo a tornar esses valores investíveis pela esquerda.

Se estivermos atentos a outras estratégias que sobre esta questão se têm esboçado, por exemplo à que decorre da "Arte de "Labirinto III", de Eduardo Nery

continuar Português" de A. Quadros, vemos que o que aí se avança é também uma leitura global da nossa história, que não está muito distante da história tradicional portuguesa, e mesmo da história escolar, embora por vezes escorada em referências surpreendentes (que não nas obras), como, por exemplo, C. Lévi-Strauss. Quadros parte da perda da "própria substância espiritual constituinte da singularidade e da identidade da nação" que caracterizaria os últimos cento e cinquenta anos, e que é posta na conta numa tenaz alternância, de "uma dialéctica quase já automatizada do nacionalismo absolutista e do internacionalismo ideológico", para defender um renascimento português na linha do que foi



UMA NOVA E
INESPERADA
IMAGEM DE
NÓS MESMOS

preconizado por Teixeira de Pascoais: "Que é Portugal então? É uma língua, é um pensamento virtual, é uma cultura, é uma saudade... e tem de ser também os portugueses". E Quadros exorta a "nova geração" a que "estude, assuma e renove os elementos constitutivos da estrutura cultural portuguesa: a nossa língua (...), o nosso folclore; a nossa psicologia, a nossa sociologia; as formas da nossa espiritualidade religiosa; a nossa história e os nossos mitos."

Se cito estes extractos de A. Quadros é para melhor podermos avaliar da efectiva importância do trabalho de E. Lourenço. Porque se trata de opôr a uma autognose que nos diz que com a aristocracia borgonhesa vieram "as forças espirituais que viriam a ser os grandes alicerces da nóvel nação portuguesa: os cistercienses de S. Bernardo e os templários", a um pensamento que nos remete para o mais gasto dos idealismos históricos, para o mais ondulante dos misticismos (embora Quadros seja aqui um mero exemplo), um esforço que Lourenço também designa por autognose, que valoriza não o folclore turístico da eterna alma portuguesa mas, **estrategicamente**, os índices da produção de uma nova, e talvez ainda quase insuspeitada, imagem de nós mesmos: do "Trás-os-Montes" da A. Reis às experiências da Cornucópia, passando pelas obras de Maria Velho da Costa ou Nuno Bragança, é para um Portugal que se procura olhar de frente e de perto, nas suas singularidades periféricas como nos seus atavismos mais profundos, que Lourenço chama a nossa atenção há muito distraída de nós mesmos, numa cegueira de que as imagens que de nós têm sido produzidas (e impostas, segundo modalidades que conviria destrinçar) são as principais responsáveis.

"Não há zoologia dos povos (...) eles não comportam estádios de maturidade que já tenham perdido ou que possam vir a atingir".

Husserl

Eduardo Lourenço salienta o **irrealismo** que caracteriza todas as imagens que os portugueses fizeram e fazem de si mesmos, e de que a nossa historiografia, nomeadamente as Histórias de Portugal, seriam momentos não de desmascaramento mas de consagração. Este irrealismo tem na sua raiz uma alternância entre um complexo de inferioridade e um de superioridade que marcaria todo o comportamento português, e que visaria ocultar a "intrínseca fragilidade" da nossa situação histórica. É por isso que, mesmo nos únicos momentos em que a realidade podia fundamentar os nossos sonhos de grandeza, esta acabou por ser vivida como uma **ficção**, sempre a uma

excessiva distância. E se Lourenço situa no aparecimento do Estado o nosso primeiro traumatismo, é no período de 1580-1640 que ele refere o segundo: "nesses sessenta anos o nosso ser profundo mudou de sinal". Cada vez se acentuará mais o nosso complexo de inferioridade, emparedado entre um **passado glorioso** e um **futuro utópico**. Utopia que se constrói através de metamorfoses inusitadas do passado, permitindo assim passarmos de "humilhados e ofendidos da História, a eleitos". Mas é com o século XIX que surge a questionação radical da nossa imagem com o povo política e culturalmente autónomo: descobre-se a choldra, medita-se na decadência, o Ultimatum impõe-nos a descoberta de África. De tudo isto (contra tudo isto) viverá o republicanismo português, que teve no patriotismo uma das suas mais importantes armas. O Estado Novo falará pois necessariamente mais de nacionalismo do que de patriotismo, e, numa outra dimensão, de lusitanidade, "de uma lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reaccionária". A esta imagem opôs o neo-realismo uma imagem que E. Lourenço certamente diz ser na verdade não uma contra-imagem mas apenas uma outra-imagem, pois a "visão neo-realista se intergra no horizonte global da existência portuguesa e os seus "representative men" são **reconhecidos** pelo regime, sem que (ao menos os mais consequentes) o reconheçam ou integrem, mesmo "objectivamente". Contra-imagens consistentes seriam a do **surrealismo**, que se opõe não só às que o salazarismo veiculava mas também às de inspiração marxista, e a da **filosofia portuguesa**, que procurou fazer o processo da europeização em nome das potencialidades e da riqueza da cultura portuguesa, entendida esta numa base idealista quando não mística.

Poderíamos expôr mais longamente as ideias deste livro, mas pensamos ter referido o suficiente para realçar a originalidade e alcance desta análise que não se furta — pelo contrário — a encarar os tempos mais recentes, particularmente post-25 de Abril, de que decorre uma nova imagem "na aparência oposta à do antigo Regime, mas cuja estrutura e função eram exactamente as mesmas: **instalar o País no lisongeiro papel de país revolucionário, dotado de Forças Armadas essencialmente democráticas, considerando os cinquenta anos precedentes como um parêntesis lamentável, uma conta errada que se apagava no quadro histórico para recomençar uma gesta perpétua na qual o salazarismo tinha sido uma nódoa indelével.**"

Que a dureza desta análise não possa autorizar senão um diagnóstico pesado — "calçamos as pantufas dos reformados da história" —, não significa um convite ao desânimo, ou a qualquer pessimismo tão frequente naqueles que na história se ocu-



pam (et pour cause...) dos momentos de refluxo ou de ressaca, mas que, repensando Portugal, se consiga finalmente pensar o Portugal de hoje.

Mas este repensamento de fundo tem de ser apoiado num **fazer Portugal** não só ao nível político como histórico. Há períodos imensos da nossa história quase por estudar, e não pode ser com valorizações superficiais dos períodos de "grandeza" que se ocultarão tais lacunas. Estou a pensar, por exemplo, na que se faz do século XVI, onde há quem pense que poderíamos "surpreender (...) ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII, e que vem a permitir logo depois, com Newton, a lei da inércia" ("Rumo de Portugal...", de J. Barradas de Carvalho, p. 56). E tudo se torna ainda mais inútil se se fizer do começo da utilização dos algarismos árabes o sinónimo de matematização do real, e da referência de palavras como "experiência" o equivalente da sua emergência conceptual (equivoco contra o qual C. Canguilhem escreveu páginas decisivas). Pelo contrário, é contra estes anacronismos de compensação que é preciso trabalhar, enfrentando a realidade histórica sem as lamentações que Sérgio sem dúvida estimulou ao dizer que o Portugal quinhentista foi uma promessa não cumprida, ou que se passou então do Reino da Inteligência para o Reino da Estupidez.

De sentido e intenções bem diversas é a fina análise de J. J. Silva Dias, "**Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**", onde a propósito do desenvolvimento científico português, e em particular de Pedro Nunes, se pode ler: "a verdadeira questão, aquela em que o método experimental se define e põe à prova (...), consiste em saber se há ou não uma relação directa entre o cálculo e a experiência, uma aptidão da matemática para apreender e devassar os fenómenos do universo e, no caso afirmativo, como pode passar-se das verificações experimentais aos enunciados matemáticos, e como actua a matemática entre a hipótese e a verificação experimental, por um lado, e na análise dos dados experimentais, por outro. Ora, sobre estas questões Pedro Nunes nada escreveu de onde se possa deduzir ao menos que elas estiveram presentes no seu espírito" (p. 99).

No âmbito destas (e de muitas outras) questões a "psicanálise mítica" aparece como uma espécie de batedor do trabalho histórico a fazer, procurando nas imagens que em Portugal se produziram de si mesmo no decurso da sua história as razões dos traços mais característicos da sua existência. Imagens que, tendo uma forte componente passadista, tão forte que até o futuro é investido pelo filtro do passado, tecem necessariamente estreitas relações com a saudade: o tempo que passou é que foi o tempo, nele havia grandeza, riqueza e saber. Esta relação com o tempo é indissoc-

ciável das mais persistentes imagens de Portugal, sendo a saudade com que o seu elemento de fundo, a que todos os outros se acolhem, o que permite traçar e compor as várias figuras do Destino.

O que E. Lourenço nos propõe é que encaremos a nossa história de um modo novo, que adoptemos outra posição, que deixemos enfim de ser contemplativos: o que é uma imagem? o que é que ela oculta? o que é que ela revela ou suscita? é neste trabalho — que é o trabalho propriamente labiríntico — que consiste a **imagologia** de E. Lourenço. E embora não pensemos que a história possa ser a verdade de que a literatura é ficção, esta proposta não deixa de ser um desafio aos historiadores, pois é deles que se espera o trabalho que permita passar das perspectivas que agora são avançadas para estratégias do mais vasto alcance de um cenário talvez demasiado pacificado e excessivamente globalizante para um quadro tão vivo quanto possível das movimentações e pulsões que qualquer imagem está, constitutivamente, destinada a ignorar, ou seja, da **imagologia** de fundo psicológico e recorte literário para uma **genealogia** que nos permita articular as imagens "míticas" com os mecanismos e as estratégias de poder a que manifestamente elas não são alheias.

Lourenço levou até aos limites do formular a exigência de "repensar Portugal" no quadro dos dados histórico-literários por ele utilizados e no âmbito do pensamento da identidade que, de toda a evidência é o seu. Talvez decorram daqui, da saturação e dos limites desta posição, as principais objecções de fundo que se lhe podem levantar. Mas como o "Labirinto da Saudade" não é uma tese sobre Portugal, mas um **discurso** sobre Portugal (o que é bem diferente), as objecções de fundo que nos ocorrem — como, por exemplo: não será a perspectiva da identidade sempre uma perspectiva de dominação? não será a libertação, em primeiro lugar, uma libertação das próprias identidades, do seu poder homogeneidade, não será possível pensar a história (e o presente) em termos de diversidade e diferença, ou, pelo menos, de uma identidade não-totalizadora? a identidade não será sempre, ao fim e ao cabo, o **ponto de vista** do Estado? — não atingem, em rigor, em nada — o objecto do livro nem a problemática que o anima. Pode-se apenas segui-lo ou recusá-lo, aceitar a sua questionação cerrada e apaixonada — sem que isso signifique sequer a adopção da perspectiva ou intenções do autor —, ou ignorá-lo. Alternativa em que talvez se jogue bem mais do que o "destino" de um livro.

Criámos sem dúvida o nosso Labirinto — trata-se agora de saber se será possível (se seremos capazes) de traçar uma estratégia que nos liberte dele ou se, como Nietzsche dizia a Ariana, também nós diremos: tu és o meu Labirinto e já não há fio que conduza ao exterior. ■

UM REPENSAR
APOIADO NUM
FAZER PORTUGAL

FERNANDO GANDRA

Nada mais cultural que o corpo, nada mais ideológico que a ideia que dele fazemos. A sua fruição, a sua utilização como primeiro instrumento do homem e a imagem que temos dele são elementos importantes de uma determinada totalidade cultural. É o que fez Mauss afirmar que se pode distinguir a humanidade agachada da humanidade sentada. E o mesmo se diga da afirmação de Koechlin (citado por Greimas): existem em França duas maneiras bem distintas — masculina e feminina — de tirar o pull-over.(1)

Desde Platão que na simbologia ocidental se tem firmado uma topologia do corpo onde a cabeça referencia o lugar da inteligência, o (baixo) ventre o habitáculo luxuriante do desejo, o coração (vontade) o ponto onde o superior censura o inferior e vice-versa: aqui se compara (balança) o sim e o não, Fiel à procura de repouso, é no coração que a contradição se anula, a incerteza se pacifica, desde que finda a desordem do sangue, do suor e das lágrimas que compõe a cerimónia do nascimento. (Leiris: "a matriz de toda a situação simbólica é o nascimento").

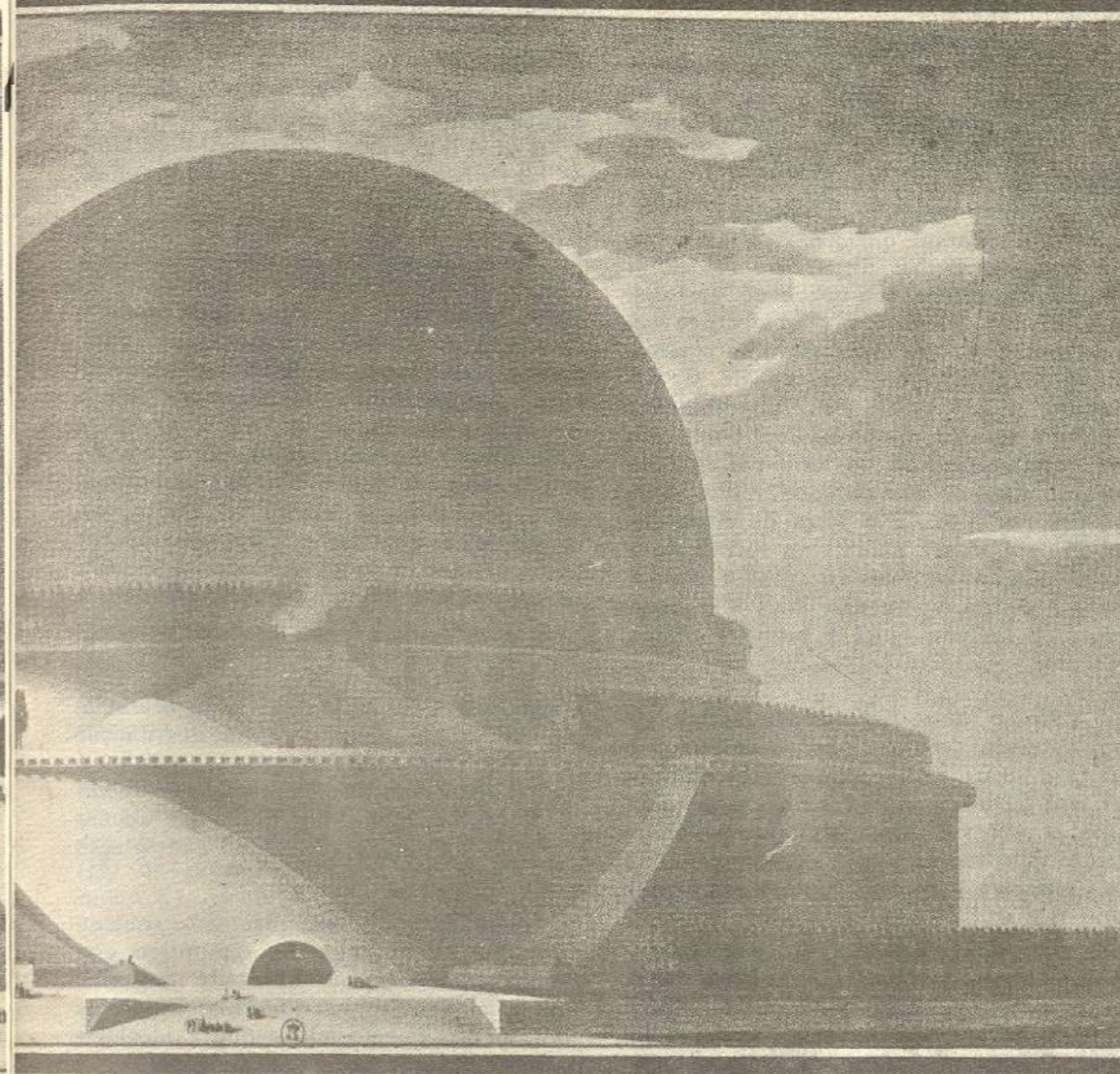
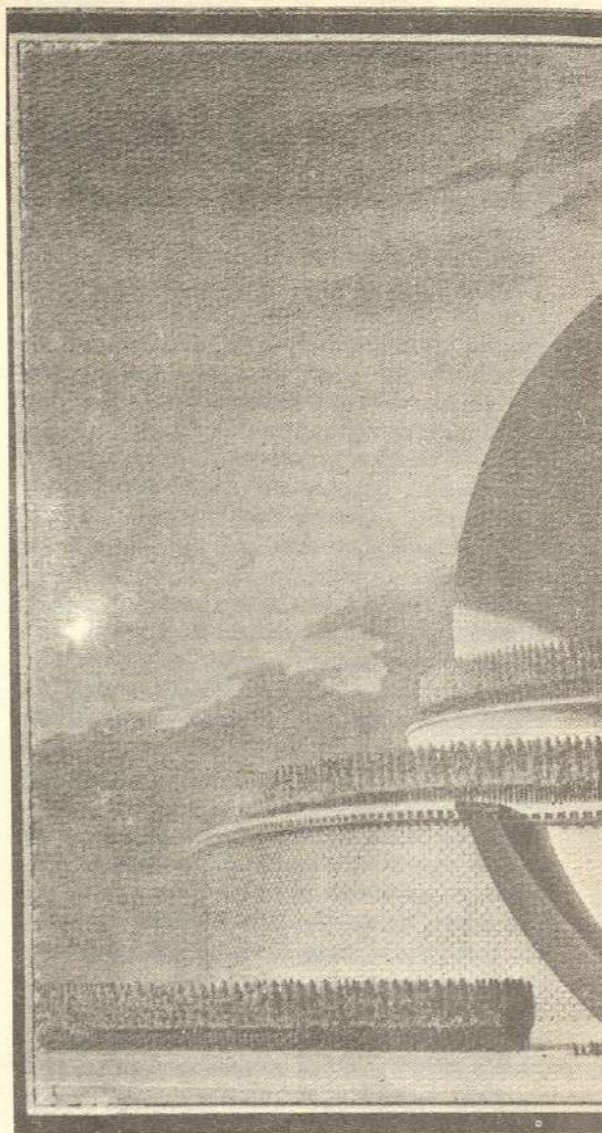
O corpo é, pois, a superfície privilegiada onde se regista a percussão ao mesmo tempo audível e ausente da norma. Cristal que é o produto macerado da tensão mortal entre a pulsão e o recalçamento, no corpo apenas pode ecoar a voz do neutro que só de modo precário encobre o brilho febril da inquietação e da ironia.

Ilustração bem característica da "teatralidade ocidental": os contrários reconhecem-se e anulam-se — é a dialéctica "moral dos escravos": o escravo é que diz que há um sim e um não, mas que a confrontação tem uma escapatória — uma síntese que é o avanço que o escravo deseja.

Eis o que nos remete para duas figuras que, manifestas ou em silêncio, compõem o discurso político. São as figuras do centro e do neutro.

Radicalmente reactivo, o neutro indica o lugar geométrico onde as diferenças se imobilizam (etimologicamente—neutro: nem um, nem outro). Instrumento de conjugação dos contrários, por se situar "fora", assume o papel de administrador geral das diferenças. Esta disjunção negativa corresponde à circularidade intransitiva do verbo no infinito (construir), desprovido de eficácia. Virtualidade imóvel — pura espera.

É nesse espaço deserto deixado pela contradição que nos surge a figura do centro (a força do zero, esse "nada" eficaz). Figura da autoridade, o seu poder resulta do equilíbrio polémico das tensões que, ao anularem-se, compõem a justiça que nas sociedades de ideologia igualitária se traduz no contrato, figura excelente do direito e



justificação da força do centro. Ele é, pois, o espaço singular donde promana a revelação da in-diferença.

É aqui bem elucidativo o recurso a Eliade que alude a uma imensidade de mitos que se aplicam a construir o simbolismo do centro, lugar sempre rodeado de mistério e de labirintos, destinado a provocar essa sedução a que chamou a "nostalgia do paraíso" e que consiste "no desejo de se encontrar sempre e sem esforço, no coração do mundo, da realidade e da sacralidade, e, em resumo, de ultrapassar de modo natural a condição humana e recuperar a condição divina." E aqui tocamos a miragem (a alegoria) política da utopia.

"A humanidade, diz Marx, não se propõe objectivos que não possa realizar... o objectivo só se apresenta onde as condições materiais permitem resolver o antagonismo. "São, pois, as "condições materiais" que permitem "resolver" o futuro no seio dum discurso prematuro que o tempo há-de banalizar.

Ainda Marx: "Relações de dependência pessoal (que eram no início completamente espontâneas) são as primeiras formas de sociedade sobre as quais a produtividade

humana se desenvolve, mas somente num baixo grau e em pontos isolados. A independência pessoal baseada na dependência material é a segunda grande forma: nela se desenvolveu pela primeira vez um sistema de troca social geral... A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e no domínio da sua produtividade comunal tornada seu poder social, é (será) a terceira etapa" (2). Estamos, pois, perante o esquema triádico em que assenta o evolucionismo marxista. Assim temos: **tese:** as sociedades arcaicas. O seu desenvolvimento condiciona a servidão em relação à natureza. Nessas sociedades prevalece a riqueza imobiliária em que os direitos sobre a terra se imbrincam na organização social, orientando o eixo do poder sobre os homens — o servo é um acessório da terra. **Antítese:** com a revolução tecnológica a servidão passa a estabelecer-se de homem a homem. Prevalece a riqueza mobiliária, os vínculos sociais diluem-se e institui-se uma dependência contratual, inter-individual. Daí a valorização do indivíduo que, liberto das relações de dependência se sente estimulado pela igualdade (pelo resultado contingente do trabalho), já que o dinheiro não tem dono. **Síntese:** lugar onde, pela revolução

Boullée, Projecto para o túmulo de Newton social, se deverá abolir a última servidão (de-homem-a-homem). Sendo impossível a re-instituição da primeira (homem-natureza) dado o desenvolvimento da produtividade os homens que já eram livres (da necessidade) são agora iguais porque a riqueza se tornou comum.

Reconhece-se aqui a pré-figuração da utopia — a livre (desterritorializada) individualidade. Estilhaçada a cristalização das servidões (das sociedades "primitivas") e dominada a contingência (em que assenta o "sistema de troca social geral"), os indivíduos expandir-se-iam, livres e iguais, no território "neutro" da navegação da contradição.

Assim é que o discurso utópico põe a circular a figura dum homem genérico, in-situável, "membro imaginário duma soberania fictícia, despojado da sua vida individual real e cheio duma universalidade irreal" (3) que, aliás, Marx explicitamente recusa.

Contudo, como "situar" a constatação de Marx: "Do mesmo modo que os povos antigos viveram a sua pré-história em imaginação, na mitologia, nós alemães, vivemos a nossa pós-história em pensamento, na filosofia. Somos contemporâneos filosóficos

FRAGMENTO DO LIVRO PARA UMA ARQUEOLOGIA DO DISCURSO IMPERIAL A PUBLICAR PELA REGRA DO JOGO

UTOPIA E MITO

FERNANDO GANDRA

Nada mais cultural que o corpo, nada mais ideológico que a ideia que dele fazemos. A sua fruição, a sua utilização como primeiro instrumento do homem e a imagem que temos dele são elementos importantes de uma determinada totalidade cultural. É o que fez Mauss afirmar que se pode distinguir a humanidade agachada da humanidade sentada. E o mesmo se diga da afirmação de Koechlin (citado por Greimas): existem em França duas maneiras bem distintas — masculina e feminina — de tirar o pull-over.(1)

Desde Platão que na simbologia ocidental se tem firmado uma topologia do corpo onde a cabeça referencia o lugar da inteligência, o (baixo) ventre o habitáculo luxuriante do desejo, o coração (vontade) o ponto onde o superior censura o inferior e vice-versa: aqui se compara (balança) o sim e o não. Fiel à procura de repouso, é no coração que a contradição se anula, a incerteza se pacifica, desde que finda a desordem do sangue, do suor e das lágrimas que compõe a cerimónia do nascimento. (Leiris: "a matriz de toda a situação simbólica é o nascimento").

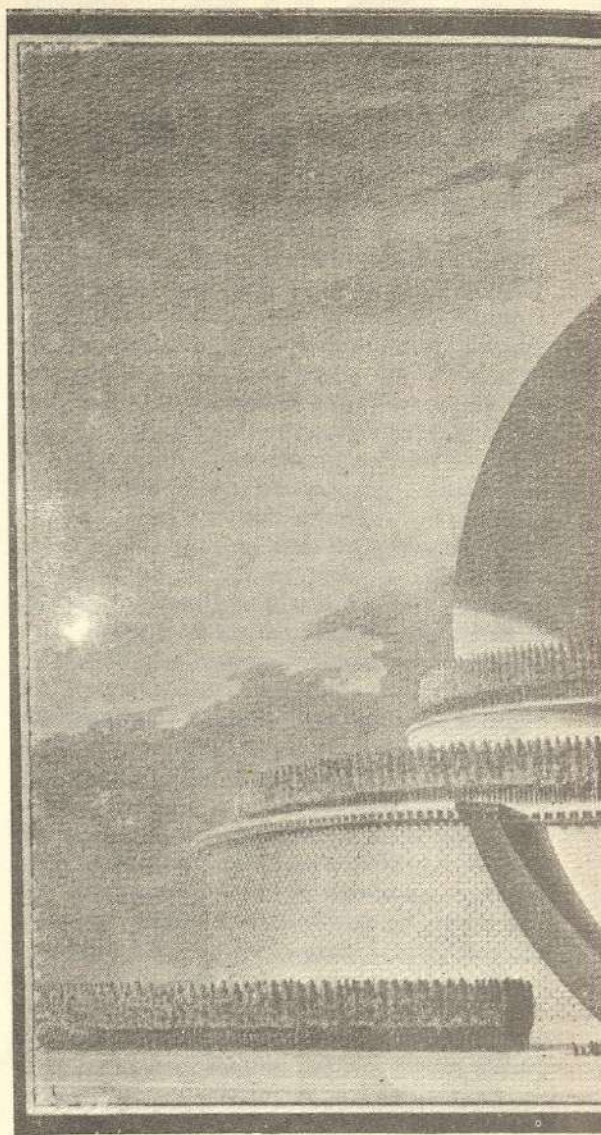
O corpo é, pois, a superfície privilegiada onde se regista a percussão ao mesmo tempo audível e ausente da norma. Cristal que é o produto macerado da tensão mortal entre a pulsão e o recalçamento, no corpo apenas pode ecoar a voz do neutro que só de modo precário encobre o brilho febril da inquietação e da ironia.

Ilustração bem característica da "teatralidade ocidental": os contrários reconhecem-se e anulam-se — é a dialéctica "moral dos escravos": o escravo é que diz que há um sim e um não, mas que a confrontação tem uma escapatória — uma síntese que é o avanço que o escravo deseja.

Eis o que nos remete para duas figuras que, manifestas ou em silêncio, compõem o discurso político. São as figuras do centro e do neutro.

Radicalmente reactivo, o neutro indica o lugar geométrico onde as diferenças se imobilizam (etimologicamente—neutro: nem um, nem outro). Instrumento de conjugação dos contrários, por se situar "fora", assume o papel de administrador geral das diferenças. Esta disjunção negativa corresponde à circularidade intransitiva do verbo no infinito (construir), desprovido de eficácia. Virtualidade imóvel — pura espera.

É nesse espaço deserto deixado pela contradição que nos surge a figura do centro (a força do zero, esse "nada" eficaz). Figura da autoridade, o seu poder resulta do equilíbrio polémico das tensões que, ao anularem-se, compõem a justiça que nas sociedades de ideologia igualitária se traduz no contr(acto), figura excelente do direito e

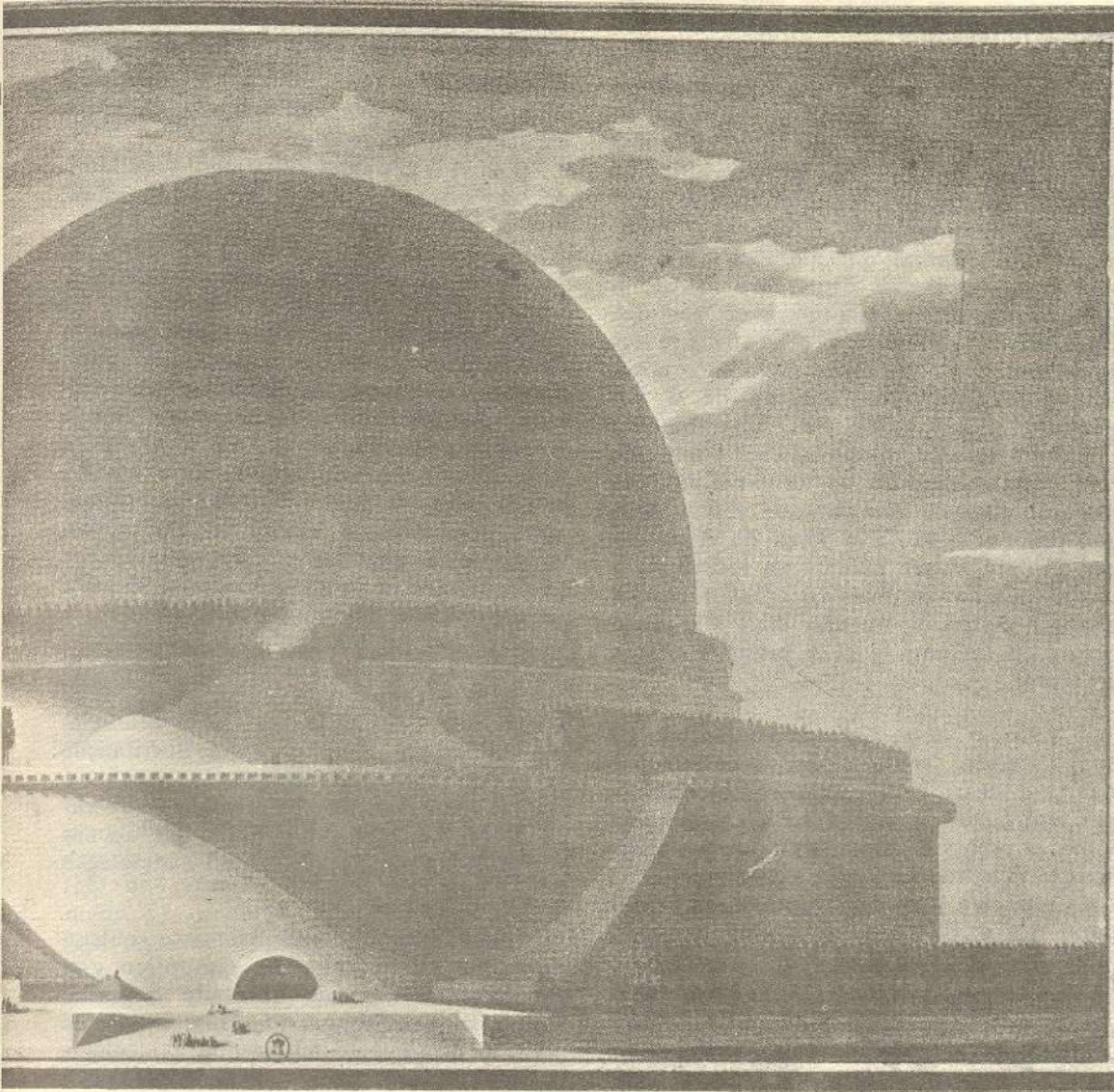


justificação da força do centro. Ele é, pois, o espaço singular donde promana a revelação da in-diferença.

É aqui bem elucidativo o recurso a Eliade que alude a uma imensidade de mitos que se aplicam a construir o simbolismo do centro, lugar sempre rodeado de mistério e de labirintos, destinado a provocar essa sedução a que chamou a "nostalgia do paraíso" e que consiste "no desejo de se encontrar sempre e sem esforço, no coração do mundo, da realidade e da sacralidade, e, em resumo, de ultrapassar de modo natural a condição humana e recuperar a condição divina." E aqui tocamos a miragem (a alegoria) política da utopia.

"A humanidade, diz Marx, não se propõe objectivos que não possa realizar... o objectivo só se apresenta onde as condições materiais permitem resolver o antagonismo. "São, pois, as "condições materiais" que permitem "resolver" o futuro no seio dum discurso prematuro que o tempo há-de banalizar.

Ainda Marx: "Relações de dependência pessoal (que eram no início completamente espontâneas) são as primeiras formas de sociedade sobre as quais a produtividade



Boullée, Projecto para o túmulo de Newton

humana se desenvolve, mas somente num baixo grau e em pontos isolados. A independência pessoal baseada na dependência material é a segunda grande forma: nela se desenvolveu pela primeira vez um sistema de troca social geral... A livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e no domínio da sua produtividade comunal tornada seu poder social, é (será) a terceira etapa" (2). Estamos, pois, perante o esquema triádico em que assenta o evolucionismo marxista. Assim temos: **tese:** as sociedades arcaicas. O seu desenvolvimento condiciona a servidão em relação à natureza. Nessas sociedades prevalece a riqueza imobiliária em que os direitos sobre a terra se imbrincam na organização social, orientando o eixo do poder sobre os homens — o servo é um acessório da terra. **Antítese:** com a revolução tecnológica a servidão passa a estabelecer-se de homem a homem. Prevalece a riqueza mobiliária, os vínculos sociais diluem-se e institui-se uma dependência contratual, inter-individual. Daí a valorização do indivíduo que, liberto das relações de dependência se sente estimulado pela igualdade (pelo resultado contingente do trabalho), já que o dinheiro não tem dono. **Síntese:** lugar onde, pela revolução

social, se deverá abolir a última servidão (de-homem-a-homem). Sendo impossível a re-instituição da primeira (homem-natureza) dado o desenvolvimento da produtividade os homens que já eram livres (da necessidade) são agora iguais porque a riqueza se tornou comum.

Reconhece-se aqui a pré-figuração da utopia — a livre (desterritorializada) individualidade. Estilhaçada a cristalização das servidões (das sociedades "primitivas") e dominada a contingência (em que assenta o "sistema de troca social geral"), os indivíduos expandir-se-iam, livres e iguais, no território "neutro" da navegação da contra-dição.

Assim é que o discurso utópico põe a circular a figura dum homem genérico, in-situável, "membro imaginário duma soberania fictícia, despojado da sua vida individual real e cheio duma universalidade irreal" (3) que, aliás, Marx explicitamente recusa.

Contudo, como "situar" a constatação de Marx: "Do mesmo modo que os povos antigos viveram a sua pré-história em imaginação, na mitologia, nós alemães, vivemos a nossa pós-história em pensamento, na filosofia. Somos contemporâneos filosóficos

**FRAGMENTO
DO LIVRO
PARA UMA
ARQUEOLOGIA
DO DISCURSO
IMPERIAL
A PUBLICAR
PELA REGRA
DO JOGO**

SOCIALISMO E UTOPIA

do presente sem sermos os seus contemporâneos filosóficos”?

A “pós-história em pensamento” é a u-topia a que conduz a paciência malograda do conceito. O que fica nas mãos do homem concreto, pois que não há outro, para além do fim da história, (4) do Estado, do dinheiro, da filosofia? A arte? Num universo tranquilo e satisfeito? Veja-mos: “C'est l'autre qui me fonde en tant que sujet... si je fais disparaître l'autre, je me fais disparaître moi-même et mon discours devient délirant” (5). E atente-se em Benveniste: “a consciência de si só é possível se se tomar conhecimento de si por contraste. Eu só utilizo “eu” ao dirigir-me a alguém que na minha alocação será um “tu” e reciprocamente eu torno-me “tu” na alocação daquele que por sua vez se designa por “eu”” (6). E a força da cristalização do “eu” estará patente na resistência à sua dissolução: eu mais tu igual a nós. A primeira pessoa do singular mais a segunda pessoa do singular igual à **primeira pessoa** do plural.

“Todo o mito, independentemente da sua natureza, enuncia um acontecimento que teve lugar “in illo tempore” e constitui, por esse facto um precedente exemplar para todas as acções e “situações” que posteriormente, repetirão esse acontecimento. (...) O mito reintegra o homem numa época a-temporal que é, de facto, um “illud tempus”, quer dizer, um tempo auroral, “paradisíaco, para além da história.” (7) Temos assim que o mito pela sua condição de “precedente exemplar” e ainda pela “a-temporalidade” nos permite falar de uma u-topia que atravessa as idades e os lugares. É o que nos diz Lévi-Strauss na sua procura duma sintaxe mítica universal: o que o estudo dos mitos permite descobrir é “o lugar dessa terra desde sempre prometida onde se acalmaria a tripla impaciência dum mais tarde que é preciso esperar, dum agora que foge, dum voraz outrora que chama a si, desagrega, afunda o futuro nas ruínas dum presente já confundido com o passado” (8). Sendo assim, é possível, ao menos formalmente, discernir no mito dois níveis: um virado para o passado, outro projectado no futuro (estando o presente com-fundido). Tratando-se, porém, duma totalidade indissociável de representações, estar-se-á sempre na presença duma história sem tempo, a decorrer num tempo sem história. Duma história sem tempo, já na sequência do mito matriz — exemplar justificação de todas as acções humanas (ex.: todos os modelos de mitos cosmogónicos que articulam acontecimentos primordiais) — aparecem os “mitos concentrados” (Eliade), expressão condensada e actual do mito matriz (ex.: visitas aos mortos, casamentos). Dum tempo sem história, já que a “história” que é a matéria do mito é sempre o lugar privilegiado onde se anulam as tensões de que ela se nutre e que compõem a

própria personalidade dos protagonistas (sempre contraditoriamente ternos e coléricos, justos e arbitrários). Aí se promove a reconciliação — coincidência oppositorum-num “illud tempus”, na u-topia da transcendência dos contrários.

Contudo, a utopia surge nas sociedades de acumulação económica com outra estrutura e estatuto (9).

Desde que às leis da economia sucederam às da Providência, à cristalização da espera (esperança) no além (pela imitação de Cristo) sucedeu a espera(nça) no futuro (cuja representação imaginária se identifica com “dias melhores”). O render da guarda montada pela teologia, a que se seguiu o policiamento exercido através da economia (10), marca o ponto de descontinuidade entre dois sistemas simbólicos que assim, em esquema, poderíamos caracterizar: Cristo veio à terra e só encontrou para se (nos) salvar a cruz; tanto bastou para que a satisfação se re-conhecesse e a existência se tornasse de ingénua em faltosa. Felizes os que sofrem com esse reconhecimento. Com a instalação (séc. XVI) das leis da acumulação económica orienta-se nova distribuição bipolar do mal-estar: acumulo — a culpa é minha (má-consciência); trabalho — a culpa é tua (ressentimento). E eis que apenas o sentido da vingança alimenta a desolação (o isolamento).

Somos, pois, em qualquer caso, contemporâneos de um sistema simbólico que poderemos viver como um mito ou como uma ideologia. Strauss: “nada se assemelha mais ao pensamento mítico que a ideologia política”. Assim “para o homem político a Revolução Francesa é uma sequência de acontecimentos **passados**, mas também esquema dotado de **eficácia permanente**, permitindo interpretar a estrutura social da França **actual**, os antagonismos que aí se manifestam e entrever os contornos da **evolução futura**” (11). Quer dizer: a Revolução Francesa sugere ao político um discurso sobre o passado cuja “eficácia permanente” lhe permite antecipar o futuro.

Contudo, há, pelo menos a um certo nível, uma distinção marcante entre mito e ideologia. É que o mito mantém uma relação constante com o tempo: totalidade imóvel, não se actualiza; a ideologia (o “ideal actual”) propõe-se como projecto catalizador, como finalidade.

Porém, a distinção seria fácil se fosse tão simples. O que deixa de acontecer se pensarmos na dimensão ideológica do mito — Barthes: “la pulsion même du mythe”. É que ele em qualquer caso está cheio de uma situação (de um certo conhecimento dela, dum certo saber) que corresponde ao interesse duma sociedade definida sobre um concreto cuja sugestividade (12) se oferece como alimento da consciência significativa que opera na linguagem mítica. “Os homens, diz Barthes, não têm com o mito uma relação de verdade, mas de uso (utili-

dade)". (13) Resta, porém, que essa utilidade não é, grande número de vezes, inequívoca. A sua apropriação colectiva confere-lhe, face à sociedade que o compõe e o escuta, um estatuto de ambiguidade, uma distanciação que perfeitamente se adequa à riqueza polissémica do seu relato-audição.

Ainda Barthes: "o mito não nega as coisas, fala delas; simplesmente purifica-as, torna-as inocentes, cria-lhes uma natureza, uma eternidade". (14) A operação consiste em consolidar a fluidez dos significados (irreversíveis e diacrónicos) no cristal do significante (sincrónico e reversível). Daqui o seu duplo estatuto, simultaneamente histórico e absoluto: tempo encontrado e tempo suprimido; e a sua dimensão (trans)linguística: a palavra comunica ao objecto força, a palavra é (por si) uma força.

Outro é, porém, o estatuto e a estrutura da construção utópica.

O discurso utópico só aparece quando se instala o modo de produção capitalista. A finalidade desta — a acumulação — ao destacar-se e ao impor-se ao próprio acto de criar, determina no sistema simbólico a necessidade dum discurso antecipador ou que, pelo menos, seja reconhecido como tal. Quer dizer: a utopia coexiste com o modo de produção capitalista como formação discursiva encarregada da previsão estimulante (15) do processo de acumulação. A este modo de produção, por definição instável (em crise) corresponde, por necessidade, uma ideologia de primeira instância e de utilização manifesta (oficial) e uma ideologia de reforço, sobre-envolvente, a utopia — antecipação benigna do futuro.

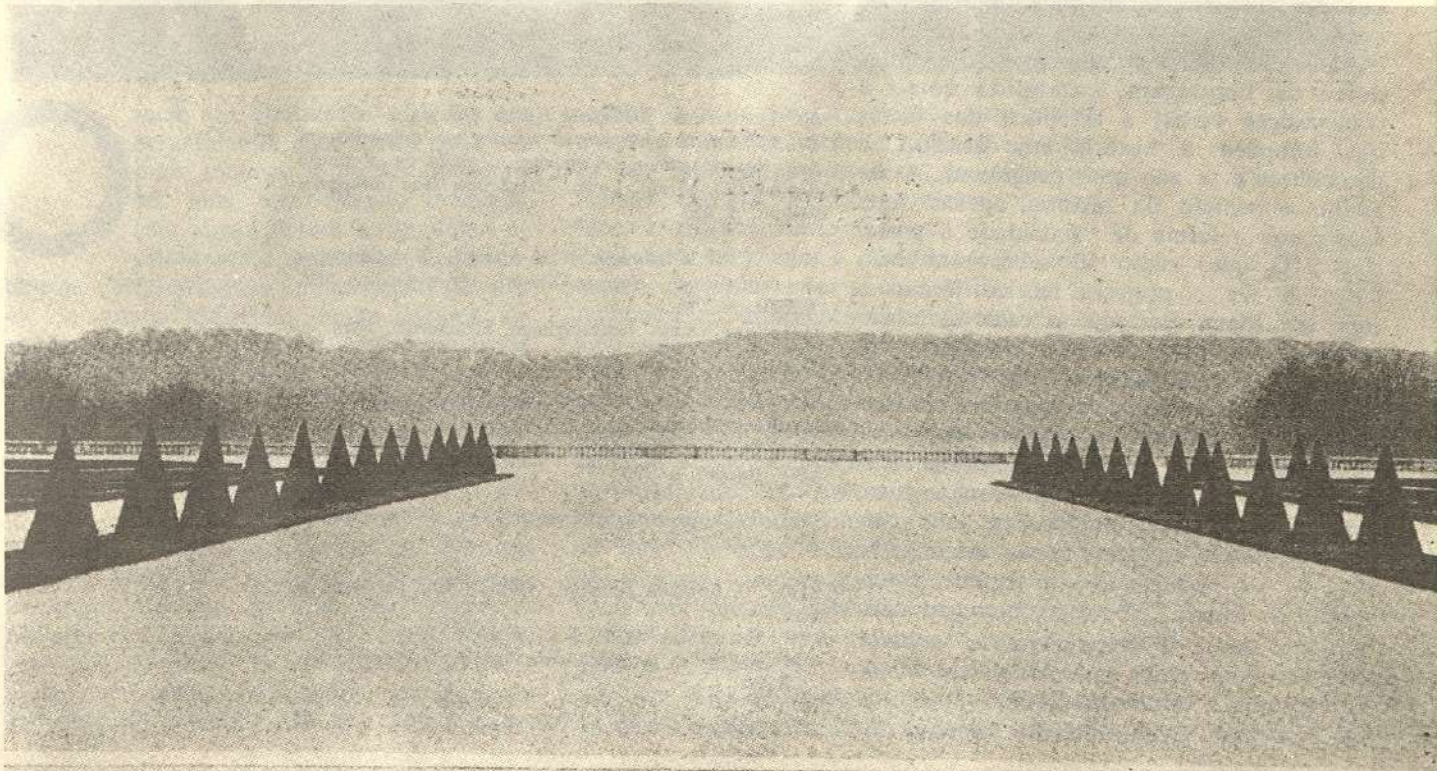
Aliás, o aparecimento, a partir do séc. XVI-XVII, duma segunda linguagem corresponde ao total desdobramento do espaço simbólico em dois uni-versos que se sobrepõem e se vigiam.

É o caso da relação que a dúvida cartesiana mantém com a opinião comum. Se eu duvido (duvidei), se eu ponho (pus) em causa, isso só pode dar maior autoridade ao discurso instituído e legitimidade à minha adesão, já que a dúvida depurou o erro, consolidou o saber. Pode, pois, regressar-se com mais vigor ao "mesmo", ao familiar, ao repetido depois da provação da dúvida.

Analise agora as relações dos dois níveis de ideologia ou, o que é o mesmo, as relações do poder com a utopia.

"A utopia é uma crítica ideológica da ideologia" (Marin). A dimensão ideológica da utopia (o seu aproveitamento pelo poder) resulta de o seu estatuto se inserir fatalmente num dos polos desta alternativa: — ou a utopia se apresenta como realizável e a desilusão é inevitável, convertendo-a o poder num discurso paralelo a si próprio, com o qual convive harmoniosamente e de que necessita dado o seu efeito estabilizador; estamos, pois, face ao duplo movimento do discurso utópico: a sociedade ocidental produziu a utopia (anti-discurso), mas ao reconhecê-la como tal, aceita conviver com ela eternizando-se ambas, numa relação de incompatibilidade, de resistência e, finalmente, de desqualificação recíproca; ou a utopia se oferece como projecto impossível, como transgressão, e o poder tê-la-á sempre como referente (paralelo) a evitar. A utopia, como transgressão, servirá assim para reforçar o sistema oficial, pois que é pretexto para que este se afirme e se robusteça. Por isso é que o poder se mostra insatisfeito com o possível, encarregando-se ele próprio de produzir ilusões.

Temos, pois, aqui patenté a eficácia do discurso utópico: manifesto ou silencioso ele é o "outro" que se instala no "mesmo" que assim tem sobre o que exercer o seu



poder e justificar (prolongando) a sua manutenção. Por isso é que "resistir" (na utopia) será ainda "servir" (o poder).

Marx pretende resolver o debate que ele próprio organiza entre a utopia e a ciência e a partir do qual ele se ergue por toda a "tradição marxista" como o censor das boas almas utópicas.

Torna-se, no entanto, indispensável se se quer pôr em causa tal tradição (que se apoia em textos arbitrariamente seleccionados), ter em conta onde radica, em Marx, a disjunção utopia/ciência. Veja-se o que nos diz na "Sagrada Família" a propósito de "O que é a propriedade?" de Proudhon: "Proudhon não escreve apenas no interesse dos proletários; ele próprio é proletário, trabalhador. A sua obra é um manifesto científico do proletariado francês, razão por que ela se reveste duma significação diferente da elocubração literária dum qualquer crítico" (16). Temos, assim, que para Marx, científico é o discurso não apenas no interesse do proletário e com o qual manteria uma relação imediata já que seria a fala (elocubração literária) sobre a fala do oprimido, mas o discurso do proletário (manifesto científico). Atente-se agora na sua "Carta a Annenkov" (17): "Proudhon tem o mérito de ser o intérprete científico da pequena burguesia francesa, o que é um mérito real, porque a pequena burguesia será parte integrante de todas as revoluções sociais que se preparam". Eis, pois, outro critério para determinar a cientificidade dum discurso político: a sua adequação a um ponto de vista que irá jogar um papel determinante no futuro. Sendo assim, aos "teóricos da classe operária" não caberia outra tarefa senão a de "dar conta do que se passa diante dos seus olhos e de se fazerem disso o órgão" (18). Tal implicaria que um discurso assim constituído se pudesse impor como a denotação da realidade ("diante dos olhos"), como o estado verdadeiro da linguagem, entendida como a transposição verbal e asséptica dos factos que compõem a história cujo sentido se desconhece e se não quer programar. A ser assim, o sentido da história apenas seria legível sob a forma de "finalidade a posteriori". O que, como se sabe, está bem longe de ser o projecto teórico levado a cabo por Marx. Em todo o caso, acrescenta-se que a este estado verdadeiro da linguagem chama Barthes "mito científico". Na verdade, muito mais que instrumento ideológico, a língua é a organização cultural-normativa por excelência, onde se articulam todas as semânticas (história, mítica, económica, religiosa) que operam em qualquer totalidade cultural. Sendo assim, não deixa de ser perturbadora a seguinte interrogação de Marx: "Não é em qualquer caso o primeiro dever do investigador da verdade atacar em linha recta a verdade, sem olhar à direita nem à esquerda?" (19)

E a mesma perplexidade resulta do

próprio estatuto da ciência. "Apenas conhecemos uma ciência: a ciência da história" afirmam Marx e Engels em "A Ideologia Alemã". Toda a verdade possui sempre um carácter precário, já que emerge dum certo momento histórico caracterizado pelo conflito fundamental que nele se instala: a verdade existe para o seu desaparecimento "revolucionário". Isto, porém, até que o fluxo do tempo desague na a-temporalidade (na trans-história), uma vez apaziguadas todas as confrontações que a propriedade privada, em última instância, suscita.

Eis como a "ciência da história" se converte na utopia moralizante da aproximação inexorável do fim (da neutralização) dos conflitos que aos teóricos cabe incansavelmente anunciar e aos políticos compete acelerar. A história teria, pois, um estatuto epistemológico preciso: a memória da liberdade. E com os seus sucessos e insucessos apenas nos podemos felicitar. Disciplina do exemplo, produtora de ensinamentos, a história é, assim, o discurso ideológico por excelência — simples retórica.

(1) Greimas, "Sémiotique et Sciences Sociales", Ed. du Seuil, p. 175

(2) Marx, Principes d'une Critique de l'Economie Politique, Oeuvres, p. 210, Bibliothèque de la Pléiade

(3) Marx, Oeuvres choisies, I, p. 79, Gallimard

(4) Bernard-Henri Lévy faz, a este propósito, a seguinte apreciação: "a profecia fantasmática dum fim da história sempre já atribuído tornaria o marxismo um pensamento contra-revolucionário". In "Barbarie à visage humain", Grasset, p. 217

(1) Marx, Principes d'une Critique de l'Economie Politique, Oeuvres, p. 210, Bibliothèque de la Pléiade

(5) Martinon, Les Métamorphoses du Désir et l'Oeuvre, Editions Klincksieck, p. 36

(6) Benveniste, O Homem na Linguagem, Ed. Arcádia, p. 59

(7) Eliade, Traité d'Histoire des Religions, Payot, p. 360

(8) Lévi-Strauss, L'Homme Nu, p. 542

(9) "O discurso utópico só aparece no momento em que, historicamente, se constitui o modo de produção capitalista". Marin, Louis, Utopiques: jeux d'espaces, Minuit, p. 253

(10) "C'est la monnaie et le marché, la vraie police du capitalisme". Deleuze-Guattari, L'Anti-Oedipe, Ed. Minuit, p. 284

(11) Lévi-Strauss, Anthropologie Structurale, Plon, p. 231

(12) Diz Barthes: "estamos condenados a falar excessivamente do real".

(13) Barthes; Mythologies, p. 232

(14) Ibidem, p. 230

(15) Só numa sociedade acumulativa o "inconformismo" pode ser um valor.

(16) "A Sagrada Família", (Marx), Ed. Presença, p. 61

(17) Ed. de la Pléiade, T.I., p. 1450

(18) Misère de la Philosophie, Ed. de la Pléiade, T.I., p. 92-93

(19) Oeuvres Choiesies, I Gallimard, p. 21

AFRICA: as estratégias do imperialismo

FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA *



O facto do continente africano ser actualmente, e de modo cada vez mais intenso, a região do globo em que, aproveitando contradições subsequentes ao processo de colonização, a intervenção de potências extra-africanas se faz sentir já não só de modo indirecto, senão através de acções agressivas armadas, seria razão de sobra para justificar o interesse que o Departamento de Relações Internacionais da UEDS manifesta ao tomar a iniciativa de organizar este debate sobre "As estratégias do imperialismo e a África".

Porém, o facto da ligação de Portugal com a África de expressão portuguesa, resultante do que foi uma das conquistas maiores do 25 de Abril, a descolonização, com a consequente independência de cinco países até então submetidos ao jugo do colonialismo português, é uma razão suple-

mentar e da maior importância para justificar esta iniciativa. o facto ainda da presença em Portugal, nestes dias, do presidente francês Giscard d'Estaing reforça, parece-nos, a urgência deste debate.

Tendo em conta a diversidade de interesses, nacionais e extra-nacionais, que se reflectem na diplomacia portuguesa, e isto logo após o 25 de Abril — basta para tanto lembrar o projecto federalista e neocolonialista de Spínola, — e as divergências, senão mesmo contradições, que se enfrentam na actual orientação da política africana portuguesa, basicamente parece-nos aflorarem duas grandes linhas: uma mais ligada aos interesses europeus, com especial relevo para uma colagem à Internacional Socialista, liderada pelo PS, cujo seguidismo e fidelidade aos seus mentores da RFA é público e notório; outra mais consentânea com um interesse nacional, menos mandata-



A FRANÇA COMO POTÊNCIA IMPERIALISTA

com o que parece ser uma política liberal do Presidente Carter ou, talvez melhor, com a escolha política de Carter expressa através do actual embaixador dos E.U. junto da ONU, Andrew Young. Segunda linha esta que parece podermos identificar com a actuação do Presidente da República, Gen. R. Eanes, actuação que ultimamente se traduziu na "cimeira de Bissau" e que aponta para um clima de distensão e respeito pela identidade de cada um dos interlocutores.

É pois neste contexto que pretendemos debater e tentar situar as grandes linhas estratégicas que envolvem hoje o imperialismo em África.

Em três grandes zonas do continente africano se vive actualmente em situação de guerra: no norte, no Sahara Ocidental, por um lado, onde o povo saharauí luta militarmente contra os exércitos dos dois países vizinhos, Marrocos e Mauritânia, e ainda enfrenta as forças militares francesas chamadas em auxílio destes dois países. Por outro, no Tchad, onde a Frolinat continua a sua guerra de libertação contra o governo militar estabelecido em N'Djamena, governo apoiado, militarmente também, pelas tropas francesas.

Outro ponto de conflitos situa-se no chamado Corno de África onde o exército etíope tenta dominar a guerrilha eritreia, com a ajuda de forças militares soviéticas e cubanas, como já acontecera no Ogaden onde a vitória dos etíopes só foi possível graças à ajuda soviético-cubana.

Finalmente a zona da África Austral, e aqui incluímos o Shaba, província meridional da República do Zaire (onde tropas belgas, mas sobretudo unidades francesas, intervieram para salvar o exército zairense duma derrota provável diante das forças da F.L.N.C.), zona em que são dominantes os problemas levantados pelo processo de descolonização da Rodésia/Zimbabwé e da Namíbia, sem esquecer todavia a África do Sul cujo potencial económico e militar vai decerto criar imensas dificuldades quando se puser o problema da democratização da sociedade sul-africana e da acessão ao poder da população negra maioritária no país. Convém ainda lembrar que nesta zona estão ainda envolvidos pelos actuais acontecimentos os dois maiores países africanos de expressão portuguesa — Angola e Moçambique — vítimas directas da agressão das forças sul-africanas e rodesianas.

Dentro deste panorama é pois fácil constatar que a França se apresenta como a potência imperialista agressiva, não hesitando em recorrer às suas forças militares para apoiar governos locais fiéis e garantidores da conservação dos interesses económicos franceses nos seus próprios países.

Antiga potência colonial, a França conservou obviamente relações económicas e políticas com as suas antigas colónias, relações de dominação que quer garantir e

manter a todo o custo. São com efeito raros os países que tendo sido colonizados pela França conseguiram uma real independência da antiga metrópole, tal como a Guiné-Conakry ou a República Malgache. Basta para tanto recordar que existe uma presença militar francesa, a título de cooperação ou outro, nos seguintes países: Marrocos, Mauritânia, Tchad, Senegal, Costa de Marfim, Gabão, Camarões, Togo, Império Centro Africano, Djibuti, Comores (arquipélago em que uma das ilhas — Mayotte — está ainda sob o domínio directo da França e onde este país levou a cabo, recentemente, um golpe de estado através do conhecido mercenário Bob Denard), e ainda no Zaire, antiga colónia belga, mas onde a França tenta substituir-se ao seu parceiro no Mercado Comum.

De facto, tanto pelas matérias-primas em que são ricas as antigas colónias francesas — basta pensar no urânio do Tchade ou no ferro Mauritano, — como pela pretensão de manter-se como grande potência política com peso nos negócios internacionais, a par dos EUA e da URSS, a França esforça-se por preencher vazios, nomeadamente onde a política americana é mais prudente e conciliadora — veja-se por exemplo o caso de Angola onde os EUA serviram recentemente de intermediários entre Angola e o Zaire, na tentativa de aplanar o diferendo entre os dois países, o que se traduzirá de facto, se as conversações chegarem a bom termo, no desaparecimento dum elemento desestabilizador e na consequente consolidação do poder na R. P. de Angola. Por outro lado, a França procura bater em velocidade o seu maior rival europeu, tentando compensar a sua inferioridade económica em relação à Alemanha com uma política mais agressiva e mais audaz, num campo em que a Alemanha Ocidental pode dificilmente competir pois, tendo perdido as suas colónias após a 1.ª Guerra Mundial, não possui em África ligações económicas, políticas e culturais comparáveis às da França.

Verifica-se de facto da parte dos países progressistas de África uma violenta reacção contra a política francesa. Bastará recordar as recentes declarações de A. Neto em que considerava a França um inimigo (— não esqueçamos o apoio concedido pela França à UNITA e à FLEC, nomeadamente —) e o violento ataque de Samora Machel à política francesa durante a reunião da OUA que ainda está a decorrer, em Kartum. Reacções perfeitamente justificadas já que as iniciativas que a França tem tido em África têm sido de apoio aos regimes mais reaccionários do continente, de intervenção armada directa e, para cúmulo, a recente proposta da criação dum força militar colectiva para intervir nos assuntos africanos, proposta essa em que não foi acompanhada por nenhum dos outros países capitalistas.

A Internacional Socialista por seu lado





não nos parece ainda ter conseguido uma política verdadeiramente autónoma, uma linha política frutuosa. Partindo da grande vantagem em relação à França, pela ausência dum passado colonial recente, o seu líder, a Alemanha Ocidental, tenta recorrer mais a homens de mão do que intervenção directa. De facto quando se instala no Zaire, ocupando uma larga zona deste país para efectuar experiências militares, a Alemanha Ocidental, instala-se num país cuja subordinação política à França é por demais evidente, sobretudo após os recentes acontecimentos do Shaba. Quando por outro lado recruta, na sua tentativa de alargamento intercontinental, um país como o Senegal, a Internacional Socialista sabe que este país é uma das ex-colónias mais fiéis à antiga metrópole, económica, cultural e militarmente. Basta pensar que a França ocupa duas grandes bases no Senegal — Cabo Verde e São Luís — onde tem mais 1.300 homens, e que foi destas bases que partiram as tropas francesas que atacaram

o Polisário. Assim como a recente missão de M. Soares a Marrocos teve lugar a um país que é incondicional aliado da França e de quem a França é cúmplice na luta contra o povo do Sahara Ocidental.

A nova política externa de Carter expressa por Young (ainda que a política americana seja por vezes contraditória, segundo os grupos de poder que tomam a iniciativa lembremo-nos da ajuda dada pela CIA à UNITA e ao FNLA) parece todavia assentar numa tónica de coexistência pacífica, admitindo mesmo que pelo menos em certas zonas não haja uma reacção, senão verbal, à intervenção soviético-cubana, como no conflito etíope. Só assim se explica que o Presidente da Somália Siad Barre não tenha conseguido obter armamento para poder contrabalançar a arremetida etíope em Ogaden e se tenha declarado decepcionado com a ausência de reacção do Ocidente perante a “penetração soviética em África”. Por outro lado os contactos tidos com os países da linha da frente, o apoio à



política de libertação da Rodésia/Zimbabwé e da Namíbia, as pressões exercidas nesse sentido sobre a África do Sul e sobre Smith, a mediação entre Angola e o Zaire, assim como a aproximação com o primeiro, a par duma não tomada de posição no conflito do Sahara Ocidental, parece mostrarem que, neste momento, os EUA estão mais interessados numa política "realista" que lhes salvaguarde os interesses e relações comerciais e que lhe evite os fracassos clamorosos que teve no sudeste asiático. Sem esquecer todavia as oscilações possíveis em tal política e recordando que a par da pomba Young existe o falcão Brzezinsky e que uma mudança de atitude dos EUA na sua política africana será sempre possível, embora a curto prazo não nos pareça muito provável.

Para terminar este rápido panorama das zonas de conflito em África, apenas uma curta menção ao conflito que opõe a Etiópia à Eritreia. E dizemos distintamente Etiópia e Eritreia pois a nosso ver não se trata aqui dum problema interno da Etiópia, não se trata de nenhum Biafra, Katanga ou Cabinda, senão da luta de libertação conduzida pelo povo Eritreu desde que o seu país foi anexado pelo Imperador Salassie e integrado à força no Império Etíope. Apenas queremos sublinhar que Cuba, que não esqueçamos foi um suporte muito importante dos guerrilheiros eritreus, a quem treinou militarmente e apoiou incondicionalmente, Cuba, dizíamos tem estado na base do contínuo adiamento da tão anunciada ofensiva do exército etíope contra os guerrilheiros dos movimentos de libertação da Eritreia, justamente porque hesita, cremos, tendo consciência de que a ofensiva do poder Etíope contra o povo eritreu está longe de se identificar com uma atitude revolucionária. Isto apenas para dizer que o problema é polémico e não tão líquido e claro como muitas vezes se tem pretendido fazer crer. Por outro lado não consideramos que a atitude soviético-cubana seja imperialista. Pensamos que neste caso o problema é do domínio do geo-estratégico, da hegemonia e consideramos que acima de tudo nenhum interesse de carácter geo-estratégico, nenhum interesse de grande potência, pode sobrepor-se à livre escolha dos povos, nem em nome de nenhum internacionalismo, por proletário que seja ou se pretenda, se podem oprimir outros povos.

E para finalizar, aproveitando a presença entre nós de Giscard d'Estaing, com tudo o que a sua visita supõe de intenções mais ou menos claras, mais ou menos ocultas, parece-nos importante sublinhar os perigos que corre a diplomacia portuguesa e jamais a nossa diplomacia se encarreira por e veículo a política mais agressiva do imperialismo em relação à África, a política representada hoje em dia pelo actual presidente francês e nosso recente hóspede, armado que vem de duas armas de peso: o seu apoio (condicionado por quê?) à entra-

da de Portugal na CEE, que tanto o PR como os partidos do governo consideram inevitável, e a existência em França do tal 10% da população portuguesa que a ter de regressar ao seu país de origem poria problemas que mal se imaginam.

Parece-nos que todos estaremos de acordo em que Portugal tem um importante papel a desempenhar como ponte entre a Europa — dentro de cujo espaço geográfico e também económico nos situamos — e a África — com especial relevo para a África de expressão portuguesa.

Se como país, em si, os países africanos não têm muito que temer de Portugal, porque país subdesenvolvido, sem capacidade económica para fazer uma política de dominação neo-colonial, se, por outro lado, no respeito mútuo dos regimes e soberanias dos países respectivos, todos nós, portugueses e países africanos irmãos, só temos a ganhar com o aprofundamento duma cooperação que tanto tardou e parece agora ganhar novo alento, já se, nós Portugal, nos deixarmos transformar em joguetes de outras potências, se nos transformarmos em capatazes de outrem, se de facto abdicarmos da nossa tão difícil independência nacional, já então tudo teremos a perder.

E não deixa de ser fundada a preocupação de quem assiste à degradação da vida económica, ao recurso aos empréstimos exteriores acompanhados que são, por mais desmentidos que se façam, por condições e submissão política ao imperialismo. Não deixa de ser fundada a preocupação quem assiste, por parte de membros do governo, a um viajar frequente ao serviço da Internacional Socialista, numa tentativa de aliciamento e recrutamento de novos membros para aquela organização dominada pela Alemanha (o mais poderoso capitalista europeu), junto de países do terceiro mundo, utilizando abusivamente um capital político nascido com o 25 de Abril, nascido com a descolonização, na tentativa de conseguir estender o domínio imperialista, a continentes onde os povos lutam pela sua própria emancipação, emancipação essa que não se pode confinar à conquista duma democracia formal, mas tem de passar pela democracia económica, por uma democracia verdadeiramente socialista. Não é por acaso pois, que hoje existem duas grandes linhas na diplomacia portuguesa, que existe de facto uma diplomacia paralela. Duma maneira utópica talvez, preferíamos pôr o dilema em que se nos apresenta da maneira seguinte e assim a opção que temos que fazer: entre Portugal ser prevalentemente um representante dos interesses da Europa junto do Terceiro Mundo ou um representante dos interesses do Terceiro Mundo junto da Europa. Nós evidentemente optaríamos pela segunda via, ainda que reconhecendo nesta opção extrema uma necessidade de equilíbrio e de nuances.

* (membro do Departamento de Relações Internacionais da UEDS)

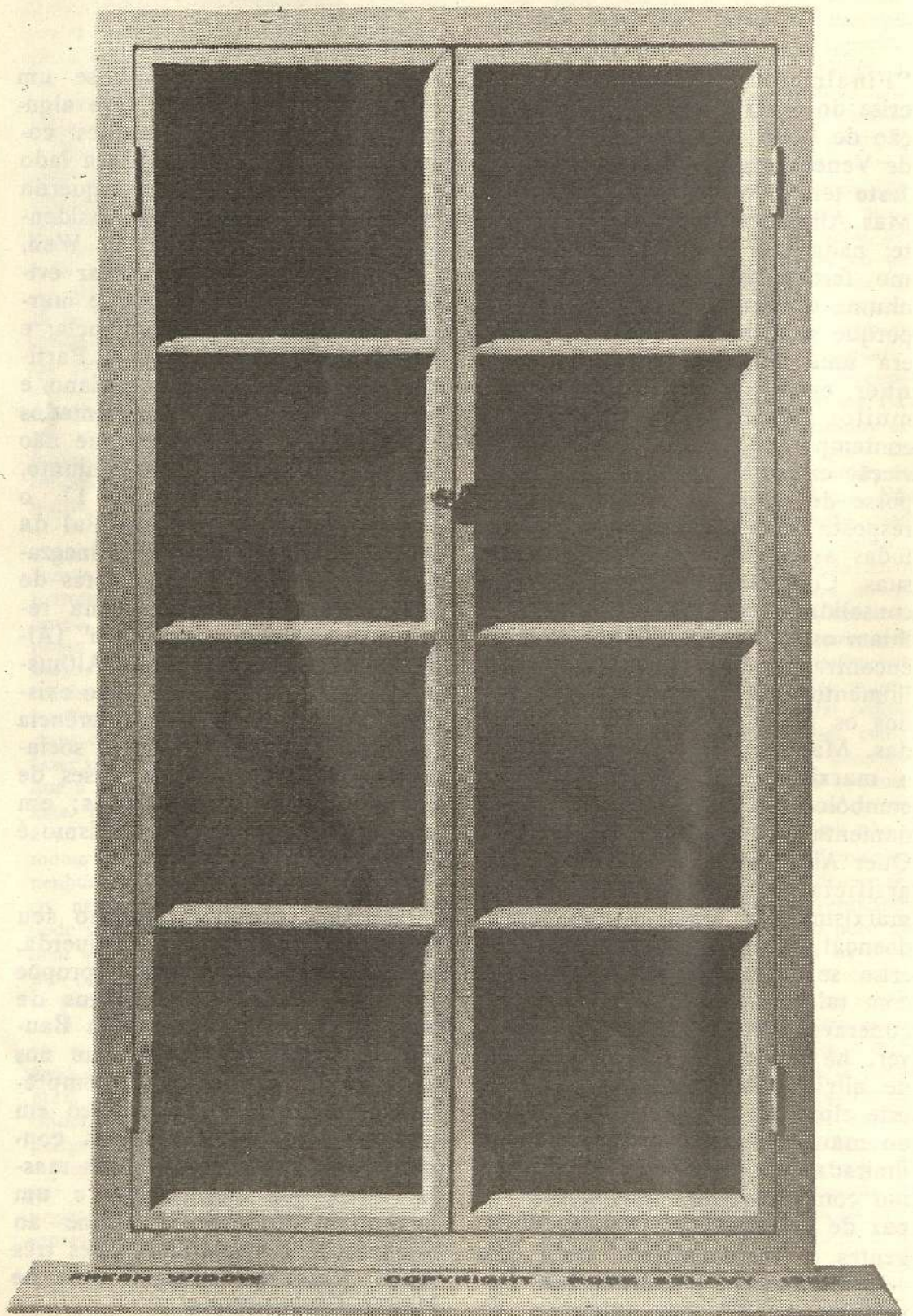
A CRISE DO MARXISMO

“Finalmente, eis que chega a crise do marxismo!” Esta exclamação de Louis Althusser no colóquio de Veneza organizado por *Il Manifesto* tem o seu quê de paradoxal. Mas Althusser explica-se claramente: nada pior do que este marxismo ferozmente saudável que nenhuma doença vinha atingir — até porque se havia decretado que ele era **uma doutrina acima de qualquer crise**. A provável raiz de muitos aspectos do totalitarismo contemporâneo está aí, nessa convicção extrema de que se estava na posse de uma teoria capaz de ter resposta para tudo e de invalidar todas as respostas que não fossem suas. Com isto o marxismo vinha consolidar todos aqueles que escolhiam os lugares partidários para aí encontrarem uma estrutura de acolhimento que os protegesse de todos os males e de todas as dúvidas. Mas com isto mesmo acabou o marxismo por perder inúmeros combóios que depois tentou esfaldadamente apanhar em andamento. Quer Althusser dizer na sua que a artificial e autoritária saúde do marxismo era afinal a sua maior doença! E, no momento em que a crise se estende à vista de todos com tal amplitude que só os irrecuperavelmente cegos a não querem ver, há como que um sentimento de alívio pela libertação que isto, este clima de crise, esta descoberta do marxismo como teoria falível e limitada, esta revelação do marxismo como doutrina heterogênea capaz de fundamentar práticas divergentes e incompatíveis, tudo isto veio finalmente provocar. Em Novembro de 77, por iniciativa do

jornal *Il Manifesto*, reuniu-se um colóquio em Veneza que teve algumas características importantes: colocou pela primeira vez lado a lado a esquerda europeia e a esquerda marxista dos movimentos dissidentes de Leste (E. Baluka, B. Weil, L. Pliuchtch, etc.); veio tornar evidente que existe uma corrente marxista no fenómeno da dissidência; e veio demonstrar que para os Partidos Comunistas francês, italiano e espanhol (todos eles representados no Encontro) “é um facto que não se pode hoje pensar em conjunto, como outrora, Outubro de 17, o extraordinário papel mundial da revolução dos soviets, e Estalinegrado, por um lado, e os horrores do regime estalinista e o sistema repressivo de Brejnev por outro” (Althusser). E, como diz ainda Althusser, pode-se concluir que “não existe já ideal realizado ou referência verdadeiramente viva para o socialismo; dizem-nos que os países de Leste são países socialistas; em todo caso, para nós, o socialismo é outra coisa”.

ABRIL, prosseguindo no seu propósito de pensar a Esquerda, suas teorias e ideologias, propõe aos seus leitores, três textos de reflexão: dois artigos de Jean Baudrillard, pensador francês que nos pretende dar elementos de compreensão para a crise do político em geral e para as implicações contemporâneas do fenómeno das massas e da sua indiferença, e um comentário de Yves Florenne ao colóquio de *Il Manifesto*. Estes três textos foram-nos cedidos por *Le Monde Diplomatique*.

O POLITICO E



A SIMULAÇÃO

JEAN BAUDRILLARD

A simulação do político excede de longe as eleições: atinge o seu cerne, o cerne do seu princípio de realidade, e é preciso não a confundir com duas acepções banais: nem com o **teatro** do político (a encenação e o permanente grotesco que nos oferecem os protagonistas da esfera política: isso pertence ao teatro e não à simulação), nem com o **discurso** do político (a efabulação das razões e dos fins, o jogo dos ardis, das estratégias e das ideologias: isso pertence à dissimulação e não à simulação).

Saussure dava duas dimensões à permuta dos termos da língua, comparando-os com a moeda: uma moeda deve poder trocar-se por um bem real de qualquer valor, e por outro lado, deve poder relacionar-se com todos os outros termos do sistema monetário. Era a este último aspecto que ele reservava, no que respeita à língua, o termo do valor: a relatividade, interna ao sistema geral, de todos os termos entre si. E é este estádio de relatividade total que hoje se atingiu por toda a parte, tanto na esfera da moeda, com a flutuação, a perda do padrão-ouro como na esfera dos signos, com os "médias", em que todos os signos são simulação, no sentido em que se interpermutam sem nada se trocar com o real, como na esfera do político, onde a simulação de oposição entre uma esquerda e uma direita é acompanhada pela perda de referência a qualquer real produção social de opinião e pela única referência a este **equivalente geral** (ou antes, a este **modelo de simulação**) que é a opinião pública.

O único referente que ainda funciona é o da **maioria silenciosa**. Todos os sistemas actuais funcionam sobre esta entidade nebulosa, sobre esta substância flutuante cuja existência já não é social, mas estatística, e cujo único modo de aparição é o da sondagem. Simulacro no horizonte do social, ou melhor: atrás do qual já o social desapareceu.

Que a maioria silenciosa, ou as massas, sejam um referente imaginário não quer dizer que não existam, mas que **já não há delas representação possível**. As massas, ao contrário do povo, já não são um referente porque já não estão na ordem da representação. Não se exprimem, são sondadas. Não reflectem, são testadas. O referendo (e os "médias" são um referendo perpétuo de perguntas-respostas dirigidas) substituiu-se ao referendo político. Ora, sondagens, tes-

tes, referendo, "médias" são dispositivos que já não relevam duma dimensão representativa, mas simulativa. Já não visam um referente, mas um modelo. A revolução aqui é total, com os dispositivos da sociabilidade clássica (de que fazem parte a eleição, as instituições, as instâncias de representação, e mesmo de repressão) onde ainda passa sentido social dum pólo para o outro, numa estrutura dialéctica que permite uma aposta política e as respectivas contradições.

Tudo se transforma no dispositivo da simulação. No par sondagens/maioria silenciosa, por exemplo, já não há pólos nem corrente alternativa, já não há termos diferenciais e, portanto, electricidade do social. Os pólos como que se confundiram ou se desvaneceram numa circularidade sinalética, informática (exactamente como se passa com o comando molecular da substância que ele informa no A.D.N. e no código genético).

Bombardeadas de estímulos, de mensagens e de testes, as massas já não são senão um depósito opaco, cego, como essas acumulações de gases estelares que só se conhece através da análise do seu espectro luminoso — espectro de radiações equivalente às estatísticas e às sondagens — precisamente porque já não se pode tratar de expressão ou de representação, mas de simulação dum social para sempre inexprimível e inexprimido. Tal é o sentido da maioria **silenciosa**.

Nem todas as maiorias o foram sempre, mas esta, hoje, é-o por definição. Talvez tenha sido **reduzida** ao silêncio, mas isso não é seguro. Pois este silêncio, se efectivamente quer dizer que ela não fala, significa sobretudo é que **já não é possível falar em seu nome**: ninguém pode dizer que representa a maioria silenciosa ou as massas, e é essa a sua vingança. Já não são uma instância a que alguém possa referir-se como no ano passado à classe ou ao povo. Retirada no seu silêncio, a massa já não é **sujeito** (sobretudo da história), já não pode portanto ser falada, articulada, representada, nem passar pelo estádio do espelho político e do ciclo das identificações imaginárias. Vê-se que poder resulta daqui, porque, não sendo sujeito, a massa **já nem sequer alienada pode ser**: nem na sua própria linguagem (não a tem), nem em nenhuma outra que pretendesse falar por ela.

Tal é o sentido paradoxal deste silêncio: pode surgir como a forma absoluta de alienação, mas é também uma arma abso-

O UNICO REFERENTE QUE AINDA FUNCIONA É O DA MAIORIA SILENCIOSA

luta. A massa é inacessível aos esquemas de libertação, de revolução e de historicidade, mas é esse o seu modo de defesa próprio, o seu específico modo de retorsão. Ela é modelo de simulação, alibi para uso duma classe política fantasma que já não sabe que espécie de poder "político" exerce sobre ela, e é ao mesmo tempo a morte, o fim deste processo político que é suposto regê-la. **Nela se detiora o político como vontade e representação** (1).

A estratégia do poder conseguiu, durante muito tempo, parecer repousar sobre a apatia das massas. Quanto mais passivas eram, mais seguro estava. Mas essa lógica só é característica duma certa fase de centralização do poder. E é essa mesma lógica que hoje se vira contra ele: a inércia que fomentou tornou-se o sinal da sua própria morte. Por isso, procura inverter esta estratégia numa estratégia de participação. Mas é demasiado tarde. O limiar da "massa crítica", o de involução do social por inércia, foi transposto.

Procura-se por todo o lado fazer falar as massas, pressionando-as a existir socialmente, eleitoralmente, sindicalmente, sexualmente, na participação, na festa, na livre expressão, etc. É necessário esconjurar o espectro, obrigando-o a dizer o seu nome. Nada mostra com mais evidência que o único verdadeiro problema, hoje, é o silêncio da massa, o silêncio da maioria silenciosa. É a ordem política, é o princípio da realidade social que está em jogo.

Todas as energias "sociais" se esgotam para manter esta massa em emulsão dirigida e para a impedir que recaia na sua inércia pânico e no seu silêncio. Não pertencendo já ao reino da vontade e da representação, recai sob a influência da interpretação pura e simples — donde o reino universal da informação e da estatística: é necessário ocultá-la, pressenti-la, fazer sair dela qualquer oráculo, injectar-lhe sentido.

A esfera política só vive duma hipótese de credibilidade, a saber que as massas são permeáveis à acção e ao discurso, que têm uma opinião, que estão presentes por detrás das sondagens e das estatísticas. Só a este preço pode a classe política ainda acreditar que dirige, que manipula, que fala e é compreendida "politicamente". Quando o político nada mais faz, desde há muito tempo, senão espectáculo no écran da vida privada.

As sondagens são o "médiun" essencial da simulação política. **"Lastimarão alguns que o botão da tv e o prognóstico P.M.U. (as sondagens) substituam alegremente a formação duma opinião. Nada compreenderam na política"** (B. Chapuis). Há uma relação rigorosa, necessária entre a diminuição do real e do referencial político e o aparecimento das sondagens. Nesta passagem do político a alternância calculada (equivalência dos pólos adversos), as sonda-

gens são a modelização estatística dessa alternância, são o espelho dessa equivalência e dessa neutralização profunda — espelho duma opinião pública e da sua reprodução indefinida **sem destinação final** — um pouco como o P.N.B. é o espelho imaginário das forças produtivas, sem qualquer relação com a sua destinação, a sua finalidade ou contra-finalidade social: o essencial é que "isso" se reproduza. Igualmente para a opinião pública: é necessário que ela se redobre incessantemente na sua própria imagem, é esse o segredo duma "representação" de massa. Já não é necessário que alguém **produza** uma opinião, se confronte nela e a confronte com os outros — é necessário que todos **reproduzam** a opinião pública, no sentido em que todos se precipitam nesse equivalente geral, nesse modelo de simulação, e daí de novo procedam.

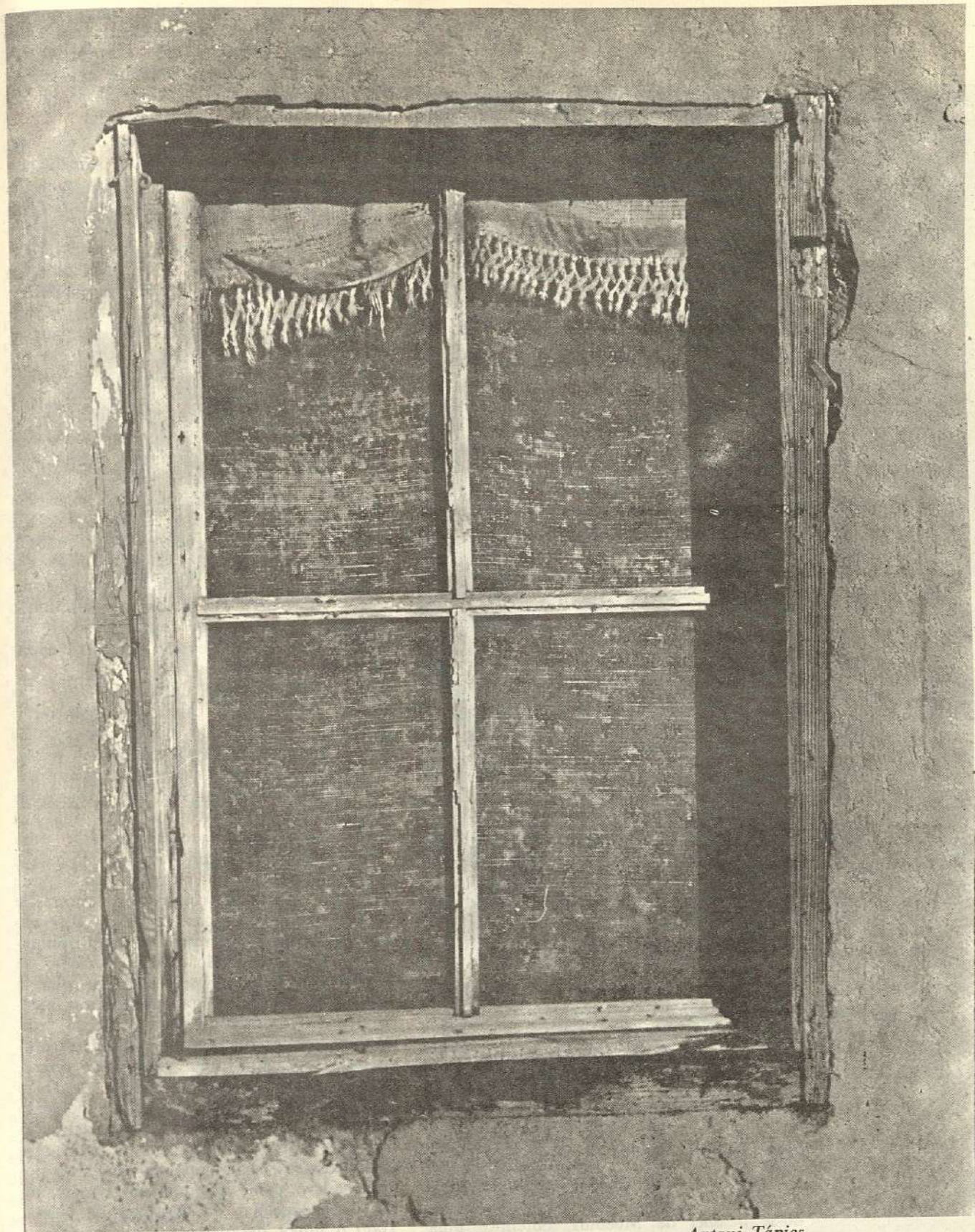
Os únicos que acreditam nas sondagens são os membros da classe política, como os únicos que finalmente acreditam na publicidade são os publicitários, e isto não por qualquer estupidez, mas porque as sondagens são homogêneas na sua modelização, ao funcionamento actual do político. Portanto adquirem, em última análise, um valor tático — é um instrumento que a classe política se oferece para jogar e se reproduzir segundo a sua própria regra do jogo. O que as pessoas saboreiam através das sondagens e dos "médias" é o espectáculo burlesco desta esfera política hiper-representativa de absolutamente nada. As sondagens não são o lugar nem duma aposta nem duma avaliação reais, mas duma jubilação própria à sua **contemplação estatística**.

Ao contrário da dissimulação, que supõe sempre uma verdade oculta, a simulação abre sobre um universo político em que todas as hipóteses são reversíveis, e simultaneamente verdadeiras (ou falsas). Aliás, nem verdadeiras nem falsas. É como o hiper-real: nem belo nem feio — é o real, mais o real, mais a imagem do real, etc.

Um exemplo. Watergate foi: 1) um escândalo; 2) uma simulação de escândalo com fins regeneradores, logo uma ratoeira armada pelo sistema aos seus adversários; 3) mas também uma armadilha para o sistema, visto que desencadeou uma obsessão serial de mini-Watergate, etc. Isto é encarnado no filme **Os Homens do Presidente** pela personagem "Deep Throat", de quem se disse que era a eminência parda dos republicanos manipulando os jornalistas de esquerda para se desembaraçar de Nixon. Por que não? Todas as hipóteses são possíveis, mas esta é supérflua: a esquerda faz naturalmente muito bem o trabalho da direita. E inversamente: a direita também faz espontaneamente o trabalho da esquerda.

Um determinado atentado à bomba em Itália é proeza dos extremistas de esquerda, ou provocações da extrema direita, ou ence-

A CRISE DO POLITICO COMO VONTADE E REPRESENTAÇÃO



Antoni Tàpies

nação centrista para desconsiderar todos os extremos terroristas e depreciar um poder vacilante, ou ainda cenário policial e chantagem à segurança pública? Tudo isto é verdade ao mesmo tempo, e a procura da prova, isto é, da "objectividade" dos factos, não trava esta vertigem da interpretação. É que nos encontramos numa lógica da simulação que já nada tem a ver com uma

lógica dos factos e com uma ordem das razões. A simulação caracteriza-se por uma **precessão do modelo**, de todos os modelos, no mais pequeno facto — os modelos estão lá antes de tudo, a sua circulação, orbital como a da bomba, constitui o verdadeiro campo magnético do acontecimento. Os factos já não têm uma trajectória própria,



"Large White Interior", Luccio del Pezza

nascem na intersecção dos modelos, um único facto pode ser engendrado por todos os modelos ao mesmo tempo. É esta antecipação que todas as vezes permite todas as interpretações possíveis, mesmo as mais contraditórias — todas verdadeiras, no sentido em que a sua verdade é trocaram-se, à imagem dos modelos de que procedem, num ciclo generalizado.

Quem irá desfazer este imbróglio? Pelo menos o nó górdio podia cortar-se. Dividindo-se o anel de Moebius, obtém-se uma espiral suplementar, sem que se resolva a reversibilidade das superfícies (aqui a continuidade reversível das hipóteses). Inferno da simulação, que já não é o da tortura, mas da torsão subtil, maléfica, inapreensível, do sentido — em que até os condenados de Burgos são ainda uma oferta de Franco à democracia ocidental, que encontra neles o ensejo para regenerar o seu humanismo vacilante, e cujo protesto indignado consoli-

da as massas espanholas em redor do regime de Franco, carregando-as contra esta intervenção externa. Onde está a verdade nisto tudo, quando semelhantes cumplicidades admiravelmente se combinam, mesmo na ignorância dos seus autores?

Desde há muito tempo que o poder não produz senão os sinais da sua semelhança. E, de repente, é uma outra figura do poder que se revela e manifesta: a duma procura colectiva dos sinais do poder. União sagrada que se refaz em redor do seu desaparecimento. Toda a gente a ele adere mais ou menos no terror do desmoronamento do político. E o jogo do poder acaba por ser somente a obsessão crítica do poder defuncto: obsessão da sua morte, obsessão da sua sobrevivência. Talvez se estabeleça e elabore todo um novo tipo de sociabilidade "por privação" em redor deste vazio (como agora em Itália). Quando o poder tiver desaparecido completamente, estaremos logicamente na total alucinação do poder — obsessão que já se perfila por todo o lado, exprimindo ao mesmo tempo a compulsão de se desfazer dele (já ninguém o quer, todos o "despacham" para o próximo) e a nostalgia pânico da sua perda. Melancolia das sociedades sem poder: foi já ela que suscitou o fascismo, essa overdose dum referencial político forte numa sociedade que não é capaz de levar a cabo o seu luto.

Estamos sempre nisto: nenhuma das nossas sociedades é capaz de organizar o seu luto do real, do poder, do próprio social, que está implicado na mesma perda. E é por uma recrudescência de tudo isto, dos sinais de tudo isto, que tentamos escapar-lhe. De certo que isto acabará mesmo por dar o socialismo. Por uma torção inesperada e um ardid que já não é o da história, é da morte do social que surgirá o socialismo, como foi da morte de Deus que surgiram as religiões. Advento artificioso, evento perverso, reversão ininteligível à lógica da razão. Como é o facto de o poder só lá estar para esconder que já não existe. Simulação que pode durar indefinidamente, porque diferentemente do "verdadeiro" poder que é, ou foi uma estrutura, uma estratégia, uma relação de forças, uma aposta, este, que já não é senão o objecto duma procura social, e portanto objecto da lei da oferta e da procura, já não está sujeito à violência e à morte. — Completamente expurgado da dimensão política, releva, como qualquer outra mercadoria, da produção e do consumo de massa. Todo o fulgor desapareceu, só se salvou a ficção dum universo político. ■

(1) Cf. Jean Baudrillard, *A Pombre de la majorité silencieuse*, éditions Utopie (col. "Cahiers d'Utopie"), Paris, 1978.

ITE MASSA EST...

JEAN BAUDRILLARD

Estamos numa sociedade da comunicação, é verdade, mas é preciso saber que existem sociedades onde não há comunicação; esta só começa a existir nas sociedades onde alguma coisa está radicalmente perdida. Uma genealogia da comunicação dar-nos-ia a conhecer que ela começa a existir (e a criar um problema crucial a toda a sociedade) a partir do momento em que as condições do social se degradam, em que há uma dissolução das estruturas simbólicas, etc. Para imaginar um além da comunicação convém saber que existe um aquém; sociedades houve que funcionaram sem sequer se preocuparem com o problema da comunicação; e funcionaram bastante melhor que a nossa.

Vivemos igualmente convencidos que a comunicação, a informação, produzem **sentido**, e que é sobre esse sentido (entendido como conteúdo) que repousa a sociedade, a troca... Subentende-se, evidentemente, que este sentido é manipulado pelas classes dominantes, que não se consegue controlá-lo, mas que existe um "correctivo" possível que seria, digamos, a retomar deste sentido por parte do "proletariado". Haveria, pois, uma **moralidade** do sentido; e alguns imaginam que se poderá moralizar a comunicação escolhendo entre o que Paolo Fabbri chama, ironicamente, "o diabo e o Bom Deus". Pessoalmente, considero que a informação na sua forma mais perfeita (que é a que nos é dada hoje), **não produz sentido**; ela destrói, pelo contrário, o sentido, dissolve-o. Porque estamos numa situação de imoralidade total em que já não conseguimos distinguir o "bom" sentido do "mau" sentido (como ainda acredita Alfred Willener, e como acreditava Marx), não conseguimos já distinguir aquele que emite daquele que recebe, e esta **indistinção**, alimentada pela irrupção dos **média**, constitui uma das características essenciais do sistema. Vivemos, pois, num mundo em que existe cada vez mais comunicação e, paradoxalmente, cada vez menos sentido. Hoje em dia, entre o real e o signo, entre a realidade e os média, já não há nenhuma diferença; estamos naquilo a que se pode chamar um **universo da simulação**.

A nossa cultura funcionou, desde o Renascimento, sobre o **princípio de realidade**, uma espécie de configuração mental que faz que as **coisas** tenham valor de objectividade, que seja possível falar de **verdade das coisas**, que se possa dizer "a verdade existe algures e procurando-a bem encontra-se." Este princípio é eficaz porque permite comportamentos e práticas que fo-

ram "naturalmente" os nossos durante muito tempo; mas é apenas um **modelo** (posto a funcionar no momento em que o espaço perspectivo se impunha como regra absoluta da representação) e, hoje, o próprio sistema lhe põe fim arrastando-nos para uma **simulação** em todas as direcções. Passamos do princípio de realidade, que era o dispositivo estratégico geral do poder, para um outro dispositivo geral: o da **simulação**. E todas as respostas (objectivas, em termos de tradições, de lutas sociais, etc.) que respondiam à estratégia do princípio de realidade



O QUE ESCAPA AO SISTEMA SÃO AS MASSAS

deixam de ser válidas no novo terreno (o da simulação) em que o próprio sistema se colocou e nos colocou. Aqui, são necessárias respostas originais; não se pode tentar levar a simulação para o terreno político porque isto seria uma solução regressiva.

Neste universo da simulação, o que escapa apesar de tudo ao sistema são as **massas** (1). Um dos mais importantes clichés, estereótipos, da sociologia da comunicação assenta na ideia que as massas são alienadas, manipuladas, mistificadas e mistificáveis quanto se quiser, que sempre o foram, mas que talvez, graças aos sociólogos de esquerda, elas deixam de o ser, "têm consciência" e se dirigem para os amanhãs que cantam. Isto é um estereótipo muito perigoso. A hipótese da passividade das massas falseia os problemas que se põem em matéria de comunicação; contrariamente, considero que há nesta existência cega das massas, não uma abjeção ou uma alienação, mas uma **recusa** de sentido; é deste modo que as massas (que são produzidas pela informação) resistem aos médias: **não respondem**. O drama do poder em funcionamento, o seu problema crucial, é o das massas já não responderem; e seria necessário analisar este silêncio como um **desafio**, porque se o poder é produção de sentido, então as massas, pelo seu mutismo, resistem-lhe e, por isso põem em xeque,

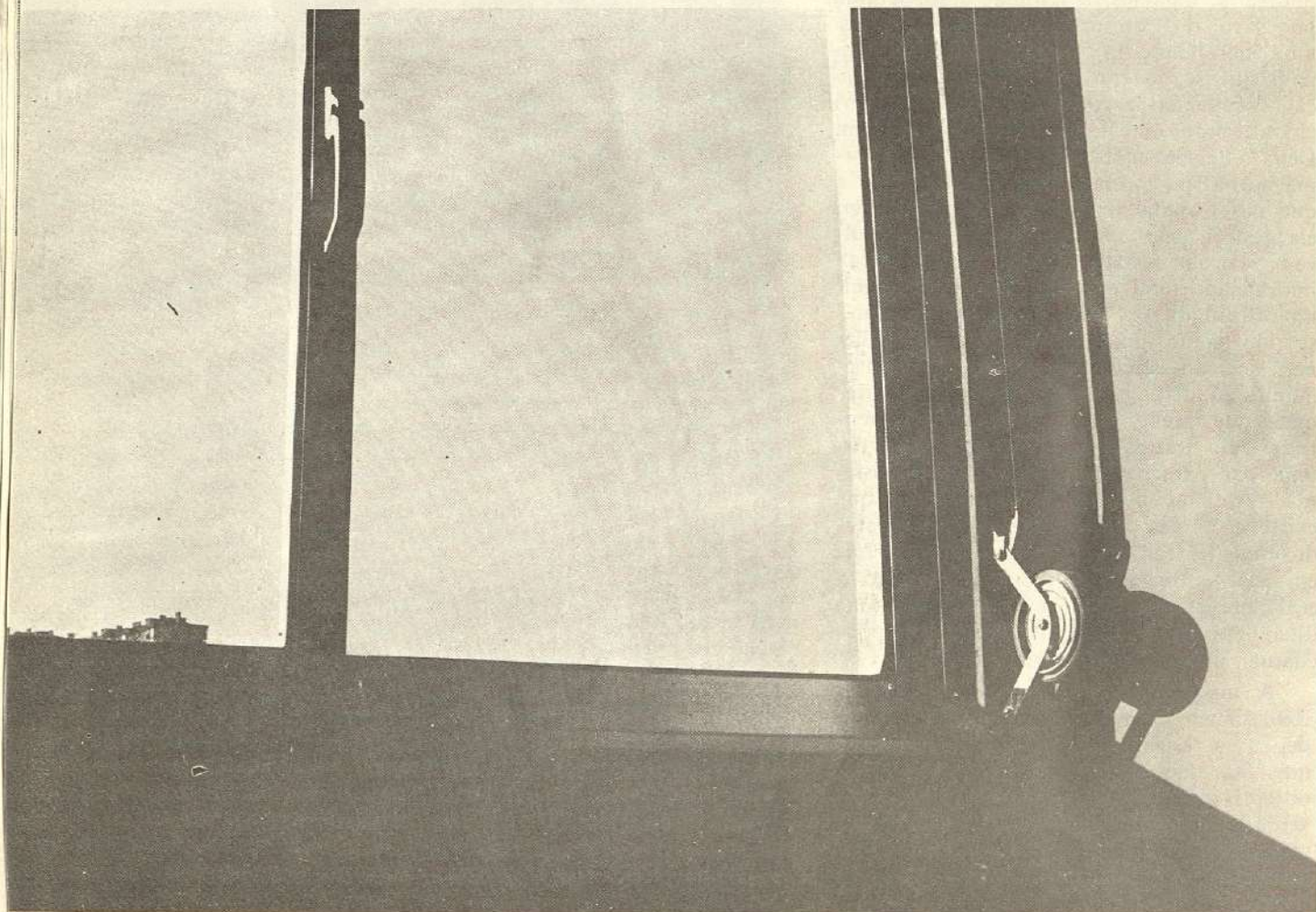
radicalmente, o poder. E não se pode esperar no **inconsciente** das massas (é ainda um estereótipo o de acreditar que se as massas não têm tomada de consciência têm um "inconsciente" que se revelará talvez como "revolucionário" se houver outras maneiras de o fixar ou de nos fixarmos a ele), não, as massas não constituem um polo de fixação, constituem um polo de absorção, de **neutralização**; todas as mensagens que chegam até elas, através dos meios são neutralizados; quer sejam revolucionários, reaccionários, subversivos, capitalistas, etc., sem qualquer diferença uma vez que o que é neutralizado, é a própria formação do sentido.

As massas constituem hoje aquilo que põe fim à representação, ao princípio de realidade e a todos os sistemas que pretendem falar em nome delas. Cegamente, pelo seu silêncio, as massas encontram-se já, de certo modo, no **trans-político**; invalidam assim todos os projectos políticos que quiserem tomá-las a seu cargo. ■

(1) "Massas" não é aqui um conceito sociológico; não se trata de tal ou tal grupo social; somos nós todos, é toda a gente; fazemos parte da massa na medida precisamente em que escapamos ao referencial do sentido para virmos situar-nos numa **indistinção** que caracteriza o universo da simulação.

(texto amavelmente cedido por **Le Monde Diplomatique** — tradução de M.B.F.)

Foto de João Lopes



OS ANOS TERRIBLES

As palavras que foram pronunciadas, este Inverno, em Veneza, não são daquelas que o vento leva, mas mesmo assim é bom que um livro as recolha ainda quentes (1). O colóquio, devido à iniciativa de *II Manifesto* sobre o tema **Poder e oposição nas sociedades post-revolucionárias** sobrepõe-se radicalmente a todos quantos a esquerda — **QUALQUER ESQUERDA** — tinha podido realizar. “Impensável” há ainda pouco tempo, reúne não apenas num mesmo lugar mas também no que respeita ao essencial — aí reside a sua importância — responsáveis políticos, sindicalistas, intelectuais que representam para as duas Europas (e mesmo para Cuba), todas as tendências da esquerda — a “histórica” e a nova — membros ou dirigentes dos partidos comunistas lado a lado com os que deles foram excluídos ou deles se separaram; por último, opositores (marxistas) dos países de Leste, os dissidentes, os perseguidos, os exilados, os “loucos”.

A “sociedades post-revolucionárias” substitui-se muitas vezes o termo mais concreto “socialismos existentes”. Aparentemente rapidamente que é necessário ler (no singular): “socialismo inexistente”. Fernando Claudin, antigo dirigente do partido comunista espanhol, declara sem rodeios esta unanimidade: “**Estas sociedades são ou não socialistas? Aqui, estamos todos de acordo para afirmar que o não são.**”

O que elas são, procura o debate esclarecê-lo, nomeadamente com Charles Bethelem, I. Mészáros, F. Cavazzuti, encontrando-se a questão evidentemente no centro do problema das relações, ou antes da ruptura brutal, entre o poder por um lado, e o marxismo e os marxistas por outro, nos “socialismos inexistentes”. Se, portanto, F. Claudin estabelece as premissas do debate, uma outra frase o caracteriza, que lhe exprime o fundo, a trama, e que é a de Louis Althusser: “**Finalmente, a crise do marxismo!**”. É um grito de alívio, quase um louvor à terra prometida.

A exposição introdutória de Rossana Rossanda, antigo membro do comité central do P.C.I., traça com clareza, franqueza e coragem as linhas de força do colóquio. A franqueza e a coragem consistem em reconhecer e criticar (autocriticar) a atitude reticente, de abandono, e mesmo de irritação no que se refere aos dissidentes de Leste; e sobretudo — isto estando ligado àquilo — em não nos desculparmos miseravelmente, quanto ao passado, com a ignorância ou até com a inocência. Sim, sabia-se. Mas não podíamos deixar de nos apoiar nesta única e poderosa “trincheira” da revolução, no que era, apesar de tudo, a realidade e a esperança. Em suma, foi com a morte na alma (ou quase) que se obedeceu afinal ao imperativo prioritário: “**Não desesperar Billancourt**”. Acabou-se. Não houve “**iluminação repentina**”, mas tomada de consciência dilacerante, rasgão progressi-

vo, à medida que esta realidade aparecia tragicamente irreal, esperança esta decididamente sem esperança. Então “**deixou de ter lugar essa identificação que nós vivemos com má consciência (...)** O movimento operário ocidental já não encontra nos “socialismos existentes”, como tentou fazê-lo durante décadas, um polo de identificação, nem sequer um alibi”.

Este repúdio sem recurso — que não cessa de ser retomado, desenvolvido, ilustrado — é acompanhado de uma certa severidade no que respeita ao eurocomunismo, “**versão empobrecida da pesquisa gramsciana**”: outros denunciavam violentamente a sua insuficiência e até a sua “**cumplicidade**”. Entre eles, alguns membros dos partidos comunistas italiano e espanhol. O pensamento claro e firme de Rossana Rossanda surge ainda ao pôr a nu a verdadeira natureza das sociedades de Leste, onde “**não só os antigos conflitos entre assalariados e detentores dos meios de produção continuam, como nascem ainda outros novos.**” De onde o necessário “**retomar da novos.**” De onde o necessário “**retomar da luta de classes nestes países**”. Uma luta de classes que Dominique Lecourt (2) entrevê precisamente a Leste na própria dissidência. Ainda que o seu livro tenha sobretudo por objecto o acusar de dissidências ocidentais, anti-revolucionárias segundo ele: a dos “**novos filósofos**”; ou a Bienal de Veneza sobre a dissidência, que se realizava paralelamente ao nosso colóquio de *II Manifesto*.

Para voltar a este, Rossana Rossanda, antes de Althusser, evoca a “**crise do marxismo**” da qual “**os novos filósofos são a caricatura**”. Seja. Mas nada revela e “**acusa**” tanto como uma caricatura. Espírito filosófico e igualmente generoso, Rossana Rossanda exalta o marxismo como uma “**grande força ideal que modifica o mundo**”. Esperemos que os mais sensíveis não refilem com este “**idealismo**” tão próximo, para o ouvido, do idealismo detestado.

Este requisitório — diremos “**ideal**”? — vai-se enchendo de paixão — mesmo no sentido de sofrimento — e de experiência demasiado vivida, com a comparência das testemunhas de Leste. Pliouchtch denuncia a “**mentira generalizada**”, total, permanente, “**recíproca e perfeitamente conhecida**” de toda a gente, de dirigentes e de dirigidos, na qual assenta a sociedade soviética. Julga-se voltar a ouvir, a quarenta anos de distância, o pai fundador Souvarine denunciando em 1938 “**o país da mentira absoluta**”. Uma mentira, notava ele, que rebenta com um humor negro até no que diz respeito ao nome daquele país: não é uma união; o que não está unido (mas encadeado) não são repúblicas; e o conjunto não é nem soviético (desde há cinquenta e nove anos) nem socialista. Um outro humor, este cínico, que ilustra à maneira da personagem o “**sonho americano**” com molho târtaro: o de Khrouchtchev anunciando o “**socialismo do goulash**”.

Também alguns alertas: aos dissidentes exilados contra o deslumbramento da liberdade. Remetê-los-ão para o livro de F. e A. Demichel e M. Piquemal, que aborda, no Ocidente, os domínios mal separados do poder e das liberdades ditas "burguesas"; o limite destas, a sua parte de ilusão, mas também o que nelas não tem preço; em resumo, o que são tal como são, e o que poderiam ser num quadro ele próprio libertado: estudo efectuado numa perspectiva necessariamente política, mas de fundo jurídico (3).

O que não impede de modo algum um Jiri Pelikan de alertar por sua vez: contra um erro muito divulgado, que foi o de Dubcek: "Os camaradas soviéticos acabarão por compreender que o que fazemos, é pelo socialismo." Eles percebem até demais. Enfim, acontece que já não é um intelectual que fala, mas um trabalhador, tal como aquele animador das grandes greves de Stettin; a linguagem toma então uma crueza pouco académica: "Quando o peixe cheira mal, é da cabeça..." Com pouco mais precauções, Carlos Franqui, dirigente da revolução cubana, expõe como uma revolução libertária, alegre, sem repressão, caiu ao mesmo tempo no "modelo soviético" e no "caudilhismo".

Rossana Rossanda abstém-se de tirar a conclusão de debates tão ricos. Fá-lo no entanto, ao pronunciar apenas três palavras: "Sessenta anos terríveis". Franco For-

tini fala, por sua vez, de uma "derrota histórica de dimensões gigantescas", da "amplidão da catástrofe histórica". Talvez que esta catástrofe — que engloba também o que se conseguiu fazer de um povo por natureza generoso — se resuma a uma palavrinha simples, ridícula e aterradora: lucro. É essa, diz-nos um veterano da oposição e do Goulag, que os Russos pronunciam na sua perplexidade perante os dissidentes: "O que é que eles lucram com isso?".

Entretanto, Louis Althusser faz esta verificação perturbante: "A quase impossibilidade de fornecer uma explicação marxista verdadeiramente satisfatória sobre uma história que, no entanto, se foi fazendo em nome do marxismo." A "crise" do marxismo não põe em evidência, bem para além de uma gigantesca, monstruosa e persistente "nódoa", lacunas, limites no próprio marxismo? Necessidade de uma renovação crítica: é por aí que esta crise salutar, ao rebentar "enfim", quebra os bloqueios e deve, espera-o Althusser, abrir-se sobre uma libertação. ■

- (1) *Pouvoir et Opposition dans les Sociétés post-révolutionnaires*, Seuil, Paris, 1978, 304 pgs., 57 Frs.
- (2) *Dissidence ou Révolution?* Maspero, Paris, 1978, 103 pgs., 18 Frs.
- (3) *Pouvoir et Liberté*. Editions Sociales, Paris, 1978, 320 pgs., 59 Frs.

(texto amavelmente cedido por *Le Monde Diplomatique* — tradução de M.B.F.).

assine cadernos do
terceiro
mundo

PORTUGAL

Anual (12 números) ... 380\$00

Semestral (6 números) . 220\$00

ESTRANGEIRO

**Anual (12 números) POR VIA
AÉREA**

**Angola, Moçambique, Cabo
Verde, Guiné e São Tomé
e Príncipe — 14 dólares USA
ou 600\$00**

**RESTANTES PAÍSES: 17 dólares
USA.**

**ENVIE UM CHEQUE (ou
Vale do Correio) PARA**

**Tricontinental Editora, Lda.
R. Pinheiro Chagas, 41-2.º, Dto.
LISBOA-1 PORTUGAL**





DOSSIER A CONFEDERAÇÃO

RESUMO

"A Confederação" é uma história de amor, guerra e revolução.

"A Confederação" é um filme de ficção científica e política, a previsão de uma sociedade asfixiante controlada pelas forças armadas.

Será a Confederação o nosso futuro?

"A Confederação" é um filme sobre a derrota que habita em cada um de nós, a derrota de uma revolução ansiada. Mas é também um filme sobre a memória de vitórias passadas e o renascer da esperança em vitórias futuras.

"A Confederação" é um filme polêmico: para ver, temer, sorrir, discutir. Um filme a rever.

"A CONFEDERAÇÃO" obteve os seguintes prêmios internacionais:

- GRANDE PRÊMIO DO VI FESTIVAL INTERNACIONAL DA FIGUEIRA DA FOZ;
- MENÇÃO HONROSA DO XXI FESTIVAL INTERNACIONAL DO FILME DE AUTOR-SANREMO, 1978.

O texto do filme (incluindo os diálogos e indicações de cena) encontra-se publicado pela Editora CENTELHA, como primeiro número de uma sua coleção de cinema.

A revisão do filme encontra-se editada num LP Diapasão distribuído pela Sassetti.

A história que deu origem ao filme encontra-se incluída no livro "Após Aljubarrota-Narrativas Históricas" de Amadeu Lopes Sabino, edição Centelha.

A CONFEDERAÇÃO / NARRATIVA

AMADEU LOPES SABINO

PRIMEIRA VERSÃO DO ARGUMENTO DO FILME, A PUBLICAR EM BREVE NAS EDIÇÕES CENTRAL NO LIVRO APÓS ALJUBAR-ROTA-NARRATIVAS HISTÓRICAS

Estendi a mão e toquei num seio da Maria. Pisei o sabonete e quase escorreguei. A Maria deu uma gargalhada e virou na minha direcção o jacto do chuveiro. A água fustigava-nos os corpos, ia bater nas paredes e nas cortinas de plástico e procurava avidamente o ralo da banheira. A luz pálida do calorífero eléctrico, que lentamente se extinguia, divisei o corpo da Maria, os seus dentes brancos como teclas e um sexo perlado de gotas de água. Mas, uns segundos depois, a escuridão era total na casa de banho. Eram dez horas da manhã e estávamos os dois às escuras, debaixo de água, num hotel da Graça.

Foi assim que o banho matinal se transformou num jogo do gato e do rato: eu adivinho onde está o sabonete, tu adivinhas onde está o **shampoo**, lavamo-nos mutuamente, procuramo-nos sem nos encontrarmos, encontramos para logo nos perdermos no espaço circular da banheira.

No termo do jogo do banho, o jogo do lençol: saio da banheira, quase me firo na esquina do lavatório, encontro com dificuldade um único lençol em que nos embrulhamos. A Maria abriu a porta e pôs termo à escuridão. A luz do dia, que inundava o quarto, veio devolver-nos o sentido da vista: não só toco como te vejo.

Continuamos na cama o jogo do lençol. A Maria disse:

— Se um dia nos casássemos levava um lençol na cabeça.

Trouxeram-nos o pequeno almoço e comemos **croissants** e bebemos um café espesso e amargo debaixo do lençol: uma espécie de pique-nique numa tenda de campanha (As imagens militares continuam a perseguir-me).

Falei da guerra à Maria e ela falou-me da guerra. Falei-lhe dos meus filhos e ela falou-me dos dela. Na minha carteira havia uma fotografia de há sete anos: dois casais com os respectivos filhos. Fora tirada no dia em que as tropas da Confederação venceram a Operação Branca de Neve. A Marta estava vestida de Branca de Neve e o João, o José e o Manuel tinham barretes iguais aos dos anões. Tinham chegado assim da escola e todas as tentativas para lhes despir as máscaras tinham sido infrutíferas. A tarde, os autocarros da Secretaria da Instrução vieram buscá-los e levaram-nas para o Estádio. A juventude da cidade manifestava o seu regozijo.

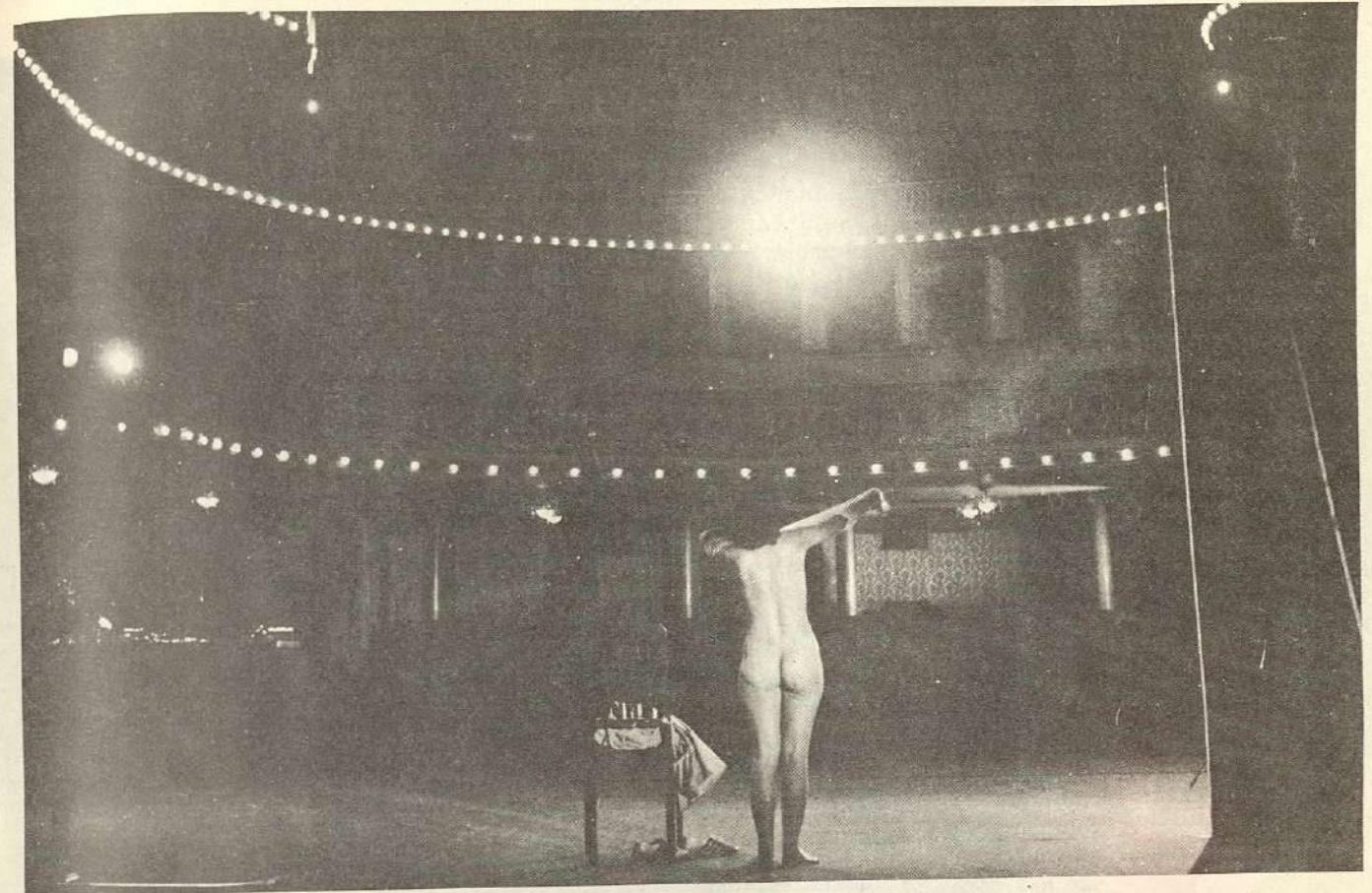
— Todos os dias perdemos os nossos filhos — disse eu.

— Em benefício da Confederação — disse a Maria.

Quando conheci a Maria, ela estava grávida do José. Tínhamos ambos vinte anos e a guerra começara há trinta. Foi no ano do massacre de Marselha (5.000 mortos) e da catástrofe espacial da Base Kissinger (2.500 mortos). Havia falta de leite, de fruta, de carne e de ovos na cidade. Encontrávamo-nos ambos todas as madrugadas no Centro de Abastecimentos de Lisboa 18.

Depois do jogo do lençol, o jogo do fato. Na minha frente, a Maria vestiu-se e calçou-se como quem se despe e se descalça. A sua silhueta recortava-se na moldura da janela e, através dela, nos telhados de Lisboa e no céu límpido e azul como o dos quadros de Giotto. Em cima da mesa de cabeceira havia uma colina de roupa. Eu começara a comprar a roupa interior da Maria cinco anos antes, quando o Departamento de Defesa me colocou no Extremo Oriente. Nos fins de semana chegava a casa com uma mala cheia de roupas e objectos exóticos, adquiridos ao preço da chuva aos mercadores e contrabandistas do aeroporto de Koloane. Era então segundo-tenente das milícias, o que já me permitia furtar-me às investidas dos fiscais da Confederação. Estive dois anos nos estados do Oriente; no termo da comissão, todos os que me rodeavam vestiam as insólitas fibras sintéticas de Manilha e os algodões artificiais da Base Nixon-Brejev. “**Duração eterna**”, prometia o meu fornecedor habitual. Era ainda um par de meias dessa época que a Maria vestia agora, na minha frente, nesta manhã de Inverno, com a aplicação adolescente que emprestava a tudo o que fazia: comer, amar, lavar-se, trabalhar, vestir-se, pentear-se. Recordo-me do ar inocente e solícito com que aguardava horas seguidas nas bichas do racionamento; mais tarde, compreendi que se tratava de uma espécie de máscara e até de uma forma de protesto: era uma mulher sábia, isto é, que sabia pecar contra as instituições sem que os seus defensores de tal se apercebessem imediatamente. Serena, segura, quase esfíngica no quotidiano, veio a desenvolver uma discreta mas eficaz acção conspirativa, aproveitando-se das suas funções de técnica especialista da Brigada Anti-Sísmica. Era no entanto uma mulher vulgar, que a si mesma assim se via: fazia todas as manhãs o pequeno almoço da família.

Uma curta combinação cor-de-fogo moldava-lhe agora o corpo: os dois seios volumosos, a depressão entre os dois seios, a barriga levemente pronunciada, a floresta do sexo, as duas pernas longas e largas como as da Vénus de Boticelli, a pele branca como a da Branca de Neve. Eu



mantinha-me na cama, ainda despido, espectador interessado do jogo. A Maria veio sentar-se junto de mim: não só te vejo como te toco, toco-te porque te amo e amar-te é já uma forma de protesto, uma marcha de silêncio, um grito na noite. Percorremos juntos as escadarias do prazer, a alegria breve de estarmos juntos, o silêncio e os ruídos do amor, as clareiras e as florestas do desejo, enquanto a cidade se distancia de nós para de novo se aproximar dos nossos ouvidos e dos nossos olhos. Subimos ao tecto do Mundo para de novo descermos às ruas diárias, às avenidas principais e às praças das traseiras.

Ao meio-dia começo a vestir-me, enquanto a Televisão dá notícia dos últimos acontecimentos: à noite, o Presidente fará uma comunicação aos seus concidadãos, novas vitórias militares das tropas da Confederação nos estados do Sul; a Lua é desde hoje o sexagésimo estado da federação norte-americana; Moscovo propõe a adesão de Marte à URSS; russos e americanos são partidários da revisão da Carta da Liga das Nações; uma sociedade euro-asiática vai explorar o petróleo do Ártico. Após o noticiário, o locutor entoou os slogans da Confederação: “**Em guerra pela paz**”. “**Evolução sim, revolução não**”. “**Jus-**

tiça social é o nome da vitória”. Seguiu-se a transmissão, em directo do Kennedy Hall, de um concerto com obras de Gershwin e Chostakowsky.

A Maria iniciou entretanto um outro jogo: pintar-se. Desenha lábios sobre lábios, grandes olheiras azuis de espanto. Sentada em frente dum espelho oval e de costas para o espelho do guarda-vestidos, a sua imagem é reflectida até ao infinito: milhões de Marias pintam milhões de olhos e milhões de bocas, milhões de braços descem e sobem ao longo de milhões de rostos, certos, directos, suaves, rápidos, lentos, graves, amplos, circulares, definitivos. A Maria é agora uma operária que opera no seu próprio rosto. (Mais tarde aderirá às lutas do proletariado dos Estados do Norte, mas essa é já uma outra história).

Puxo dum cigarro — o primeiro do dia — e digo:

— Estou novamente mobilizado para o Sul.

Milhões de braços caem ao longo de milhões de corpos, sustentem-se ao nível da cómoda. A Maria disse (sem se voltar):

— Pede a conta, vamos embora. São horas.

É meio-dia e vinte e o sol brilha cada vez mais. ■

A CONFEDERAÇÃO

PRIMEIRA VERSÃO DO ARGUMENTO DO FILME, A PUBLICAR EM BREVE NAS EDIÇÕES CENTELHA NO LIVRO APÓS ALJUBAR-ROTA-NARRATIVAS HISTÓRICAS

Estendi a mão e toquei num seio da Maria. Pisei o sabonete e quase escorreguei. A Maria deu uma gargalhada e virou na minha direcção o jacto do chuveiro. A água fustigava-nos os corpos, ia bater nas paredes e nas cortinas de plástico e procurava avidamente o ralo da banheira. A luz pálida do calorífero eléctrico, que lentamente se extinguia, dávisei o corpo da Maria, os seus dentes brancos como teclas e um sexo perlado de gotas de água. Mas, uns segundos depois, a escuridão era total na casa de banho. Eram dez horas da manhã e estávamos os dois às escuras, debaixo de água, num hotel da Graça.

Foi assim que o banho matinal se transformou num jogo do gato e do rato: eu adivinho onde está o sabonete, tu adivinhas onde está o **shampoo**, lavamo-nos mutuamente, procuramo-nos sem nos encontrarmos, encontramos-nos para logo nos perdermos no espaço circular da banheira.

No termo do jogo do banho, o jogo do lençol: saio da banheira, quase me firo na esquina do lavatório, encontro com dificuldade um único lençol em que nos embrulhamos. A Maria abriu a porta e pôs termo à escuridão. A luz do dia, que inundava o quarto, veio devolver-nos o sentido da vista: não só toco como te vejo.

Continuamos na cama o jogo do lençol. A Maria disse:

— Se um dia nos casássemos levava um lençol na cabeça.

Trouxeram-nos o pequeno almoço e comemos **croissants** e bebemos um café espesso e amargo debaixo do lençol: uma espécie de pique-nique numa tenda de campanha (As imagens militares continuam a perseguir-me).

Falei da guerra à Maria e ela falou-me da guerra. Falei-lhe dos meus filhos e ela falou-me dos dela. Na minha carteira havia uma fotografia de há sete anos: dois casais com os respectivos filhos. Fora tirada no dia em que as tropas da Confederação venceram a Operação Branca de Neve. A Marta estava vestida de Branca de Neve e o João, o José e o Manuel tinham barretes iguais aos dos anões. Tinham chegado assim da escola e todas as tentativas para lhes despir as máscaras tinham sido infrutíferas. A tarde, os autocarros da Secretaria da Instrução vieram buscá-los e levaram-nas para o Estádio. A juventude da cidade manifestava o seu regozijo.

— Todos os dias perdemos os nossos filhos — disse eu.

— Em benefício da Confederação — disse a Maria.

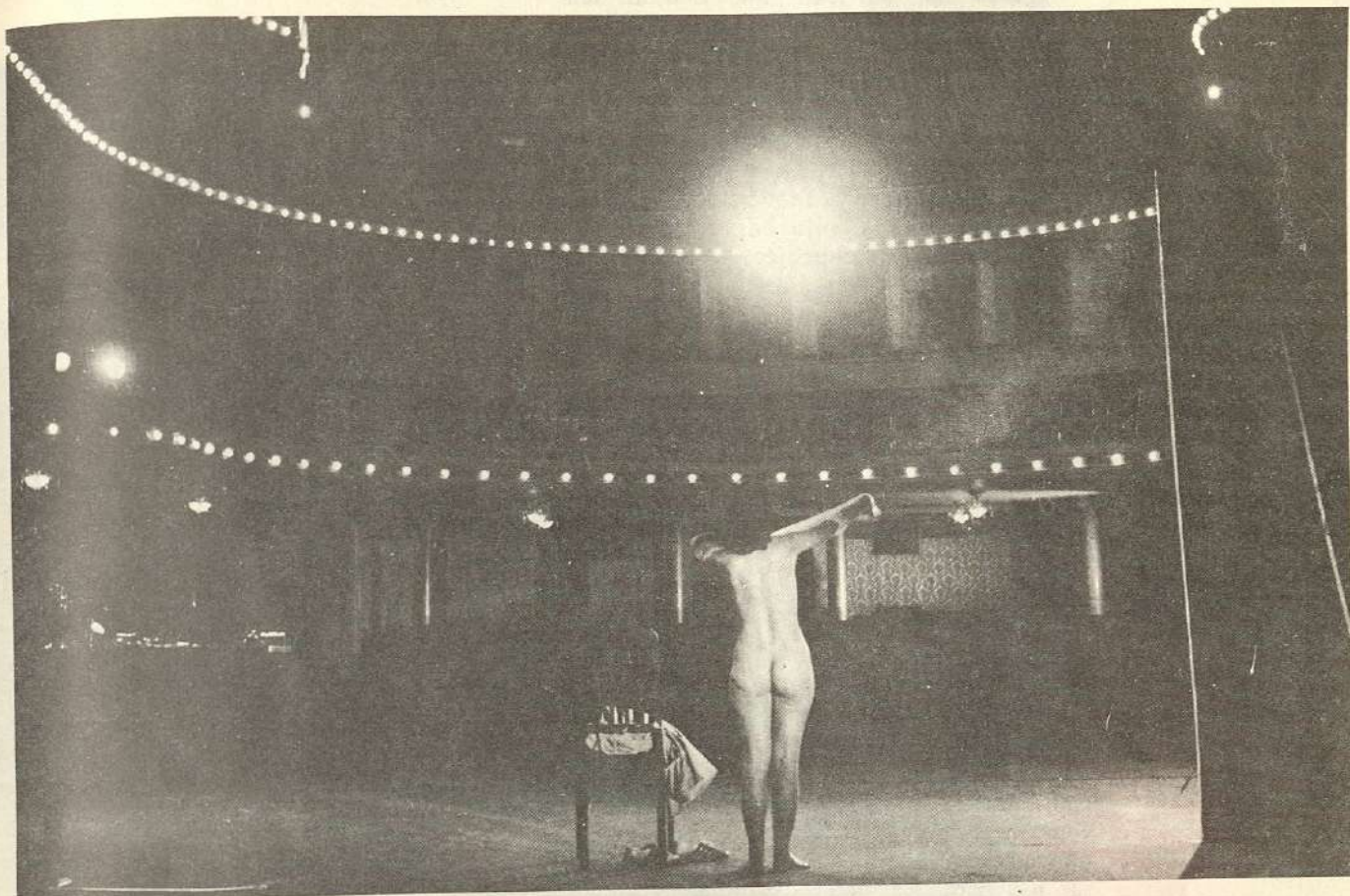
Quando conheci a Maria, ela estava grávida do José. Tínhamos ambos vinte anos e a guerra começara há trinta. Foi no ano do massacre de Marselha (5.000 mortos) e da catástrofe espacial da Base Kissinger (2.500 mortos). Havia falta de leite, de fdruta, de carne e de ovos na cidade. Encontrávamo-nos ambos todas as madrugadas no Centro de Abastecimentos de Lisboa 18.

Depois do jogo do lençol, o jogo do fato. Na minha frente, a Maria vestiu-se e calçou-se como quem se despe e se descalça. A sua silhueta recortava-se na moldura da janela e, através dela, nos telhados de Lisboa e no céu límpido e azul como o dos quadros de Giotto. Em cima da mesa de cabeceira havia uma colina de roupa. Eu começara a comprar a roupa interior da Maria cinco anos antes, quando o Departamento de Defesa me colocou no Extremo Oriente. Nos fins de semana chegava a casa com uma mala cheia de roupas e objectos exóticos, adquiridos ao preço da chuva aos mercadores e contrabandistas do aeroporto de Koloane. Era então segundo-tenente das milícias, o que já me permitia furtar-me às investidas dos fiscais da Confederação. Estive dois anos nos estados do Oriente; no termo da comissão, todos os que me rodeavam vestiam as insólitas fibras sintéticas de Manilha e os algodões artificiais da Base Nixon-Brejnev. "**Duração eterna**". prometia o meu fornecedor habitual. Era ainda um par de meias dessa época que a Maria vestia agora, na minha frente, nesta manhã de Inverno, com a aplicação adolescente que emprestava a tudo o que fazia: comer, amar, lavar-se, trabalhar, vestir-se, pentear-se. Recordo-me do ar inocente e solícito com que aguardava horas seguidas nas bichas do racionamento; mais tarde, compreendi que se tratava de uma espécie de máscara e até de uma forma de protesto: era uma mulher sábia, isto é, que sabia pecar contra as instituições sem que os seus defensores de tal se apercebessem imediatamente. Serena, segura, quase esfíngica no quotidiano, veio a desenvolver uma discreta mas eficaz acção conspirativa, aproveitando-se das suas funções de técnica especialista da Brigada Anti-Sísmica. Era no entanto uma mulher vulgar, que a si mesma assim se via: fazia todas as manhãs o pequeno almoço da família.

Uma curta combinação cor-de-fogo moldava-lhe agora o corpo: os dois seios volumosos, a depressão entre os dois seios, a barriga levemente pronunciada, a floresta do sexo, as duas pernas longas e largas como as da Vénus de Boticelli, a pele branca como a da Branca de Neve. Eu

ÃO / NARRATIVA

AMADEU LOPES SABINO



mantinha-me na cama, ainda despido, espectador interessado do jogo. A Maria veio sentar-se junto de mim: não só te vejo como te toco, toco-te porque te amo e amar-te é já uma forma de protesto, uma marcha de silêncio, um grito na noite. Percorremos juntos as escadarias do prazer, a alegria breve de estarmos juntos, o silêncio e os ruídos do amor, as clareiras e as florestas do desejo, enquanto a cidade se distancia de nós para de novo se aproximar dos nossos ouvidos e dos nossos olhos. Subimos ao tecto do Mundo para de novo descermos às ruas diárias, às avenidas principais e às praças das traseiras.

Ao meio-dia começo a vestir-me, enquanto a Televisão dá notícia dos últimos acontecimentos: à noite, o Presidente fará uma comunicação aos seus concidadãos, novas vitórias militares das tropas da Confederação nos estados do Sul; a Lua é desde hoje o sexagésimo estado da federação norte-americana; Moscovo propõe a adesão de Marte à URSS; russos e americanos são partidários da revisão da Carta da Liga das Nações; uma sociedade euro-asiática vai explorar o petróleo do Ártico. Após o noticiário, o locutor entoou os slogans da Confederação: "Em guerra pela paz". "Evolução sim, revolução não". "Jus-

tiça social é o nome da vitória". Seguiu-se a transmissão, em directo do Kennedy Hall, de um concerto com obras de Gershwin e Chostakowsky.

A Maria iniciou entretanto um outro jogo: pintar-se. Desenha lábios sobre lábios, grandes olheiras azuis de espanto. Sentada em frente dum espelho oval e de costas para o espelho do guarda-vestidos, a sua imagem é reflectida até ao infinito: milhões de Marias pintam milhões de olhos e milhões de bocas, milhões de braços descem e sobem ao longo de milhões de rostos, certos, directos, suaves, rápidos, lentos, graves, amplos, circulares, definitivos. A Maria é agora uma operária que opera no seu próprio rosto. (Mais tarde aderirá às lutas do proletariado dos Estados do Norte, mas essa é já uma outra história).

Puxo dum cigarro — o primeiro do dia — e digo:

— Estou novamente mobilizado para o Sul.

Milhões de braços caem ao longo de milhões de corpos, sustentem-se ao nível da cómoda. A Maria disse (sem se voltar):

— Pede a conta, vamos embora. São horas.

É meio-dia e vinte e o sol brilha cada vez mais. ■

A ENTRADA DO FILME

EDUARDO PRADO COELHO

UM FILME QUE
NOS TRAZ O NÚ-
CLEO IMAGINÁRIO
DO 25 DE ABRIL

Falar do texto que fica de um filme só pode ser falar do filme que apenas lá está para os que já o viram. A *Confederação* parte de uma narrativa de Amadeu Lopes Sabino duplamente transformada por duas formas de resistência: a resistência da matéria fílmica impondo, caso a caso, novas soluções e alterando progressivamente o projecto inicial; e a resistência da própria realidade histórica que implicava sucessivos reajustamentos entre a ideia, a prática vivida e a prática desejada. Sucede ainda que nós lemos/vemos *A Confederação* muitos meses após ela ter sido concluída pelos seus autores, e isso força-nos a interpretá-la com olhos que necessariamente serão diferentes daqueles que alguma vez eles imaginaram, porque olhos transformados e instruídos por um curso da história que não foi escasso em acontecimentos e ensinamentos.

Isto talvez explique uma primeira modalidade de adesão a este texto/filme: é que nele surge em termos de ficção (e suponho que pela primeira vez no nosso cinema) o núcleo imaginário do 25 de Abril, situado não apenas como realidade histórica, aqui consideravelmente distorcida, mas sobretudo como fantasma de que vivemos e nos fomos alimentando, e de que muito iremos precisar nas horas de maior desamparo. Ver/ler *A Confederação* começa por ser a possibilidade de recuperar com uma inimaginável frescura um 25 de Abril que é já para nós algo de imensamente distante e de incrivelmente vivo.

Dizia Maiakovski: "É bom começar a escrever versos sobre o 1.º de Maio em Dezembro, quando já se começa a ter uma vontade louca desse Maio".

A Confederação é um filme escrito em Novembro — atravessado loucamente pelo desejo desse Abril.

Um Abril que nos altera (como o próprio filme) todas as referências do tempo, um Abril que existe hoje antes de nós, nessa antiguidade imensa de que nós somos feitos, e depois de nós, como o outro Abril de que nos vamos refazendo. Um Abril que é em nós a travessia ingénua e precária de um desejo: "Era uma vez uma menina que não queria comer a sopa..."

Arrisquemo-nos assim a apresentar um texto que terá de ser, na escassez dos seus sinais, um enunciado amortecido de uma enunciação que é o próprio filme. O desejo do filme que uma tal enunciação articula (aqui uma cor, ali um rosto, além uma janela ou um gesto) ficará para depois: para aqueles que, lendo este texto, nele souberem pressentir o essencial que lhe falta.



Ou ainda aqueles que, tocados por esta alegria, souberem imaginar outro filme neste filme.

Isto é, souberem ler. Porque toda a leitura nos desloca para um exterior do texto, como se o texto se transtornasse a si mesmo para se vir a descobrir outro no mesmo de si.

O que me deixa supor sem demasiada inquietação que a minha leitura desta obra é em muitos pontos descoincidente daquilo que julgo ter estado na intenção consciente dos seus autores.

A Confederação começa por ser um filme de ficção científica, ou, por outras palavras, uma obra que nos situa numa sociedade do futuro partindo de um entendimento do futuro como algo que irá prolongar as linhas de progresso científico de que o nosso presente se tece. Simplesmente, os autores trocam-nos as voltas de

duas maneiras: esta ficção está minada de documentos históricos, este futuro é construído com imagens do passado.

Não podemos dizer que o filme é um filme sobre o 25 de Abril, porque ele se situa muito depois disso. Não podemos dizer que o filme é um filme sobre Portugal, porque ele oscila entre a escala mundial e a dimensão local.

Há, em *A Confederação*, um incessante balanceamento de algumas categorias: entre o documento e a ficção, entre o passado e o futuro, entre o mundial e o local.

Tais vacilações perturbam a compreensão do filme se lhe quisermos atribuir um estatuto excessivamente definido. Poderemos dizer que, pelo contrário, é nessa indefinição, é nessa constante mutabilidade de perspectivas, é nessa desarrumação interior, que reside a irreverência de uma obra que tem como principal característica o poder

situar-se ao nível de um olhar infantil: no "Abril das crianças", de crianças continuamente presentes pelo desenho, a cantilena, a história aos quadradinhos, e a própria ingenuidade de um Abril que se queria tão puro e tão linear que apenas as crianças poderiam traçar as linhas desta flor.

No balanceamento das categorias em que se move *A Confederação* haveria a acrescentar o vai-vem entre uma lucidez crepuscular e desencantada e o deslumbramento de quem ainda supõe que estamos no princípio de todas as coisas.

Seria errado tentarmos avaliar *A Confederação* entendida como uma tentativa de análise da realidade histórica portuguesa. Dessa perspectiva, tornar-se-ia relativamente fácil enumerar inexactidões ou explicações esquemáticas e mais ou menos forçadas. Digamos mesmo que um dos maiores méritos do texto/filme é provavelmente o de

Falar do texto que fica de um filme só pode ser falar do filme que apenas lá está para os que já o viram. A *Confederação* parte de uma narrativa de Amadeu Lopes Sabino duplamente transformada por duas formas de resistência: a resistência da matéria fílmica impondo, caso a caso, novas soluções e alterando progressivamente o projecto inicial; e a resistência da própria realidade histórica que implicava sucessivos reajustamentos entre a ideia, a prática vivida e a prática desejada. Sucede ainda que nós vemos/lemos/vemos *A Confederação* muitos meses após ela ter sido concluída pelos seus autores, e isso força-nos a interpretá-la com olhos que necessariamente serão diferentes daqueles que alguma vez eles imaginaram, porque olhos transformados e instruídos por um curso da história que não foi escasso em acontecimentos e ensinamentos.

Isto talvez explique uma primeira modalidade de adesão a este texto/filme: é que nele surge em termos de ficção (e suponho que pela primeira vez no nosso cinema) o núcleo imaginário do 25 de Abril, situado não apenas como realidade histórica, aqui consideravelmente distorcida, mas sobretudo como fantasma de que vivemos e nos fomos alimentando, e de que muito iremos precisar nas horas de maior desamparo. Ver/ler *A Confederação* começa por ser a possibilidade de recuperar com uma inimaginável frescura um 25 de Abril que é já para nós algo de imensamente distante e de incrivelmente vivo.

Dizia Maiakovski: "É bom começar a escrever versos sobre o 1.º de Maio em Dezembro, quando já se começa a ter uma vontade louca desse Maio".

A Confederação é um filme escrito em Novembro — atravessado loucamente pelo desejo desse Abril.

Um Abril que nos altera (como o próprio filme) todas as referências do tempo, um Abril que existe hoje antes de nós, nessa antiguidade imensa de que nós somos feitos, e depois de nós, como o outro Abril de que nos vamos refazendo. Um Abril que é em nós a travessia ingénua e precária de um desejo: "Era uma vez uma menina que não queria comer a sopa..."

Arrisquemo-nos assim a apresentar um texto que terá de ser, na escassez dos seus sinais, um enunciado amortecido de uma enunciação que é o próprio filme. O desejo do filme que uma tal enunciação articula (aqui uma cor, ali um rosto, além uma janela ou um gesto) ficará para depois: para aqueles que, lendo este texto, nele souberem pressentir o essencial que lhe falta.



Ou ainda aqueles que, tocados por esta alegria, souberem imaginar outro filme neste filme.

Isto é, souberem ler. Porque toda a leitura nos desloca para um exterior do texto, como se o texto se transtornasse a si mesmo para se vir a descobrir outro no mesmo de si.

O que me deixa supor sem demasiada inquietação que a minha leitura desta obra é em muitos pontos descoincidente daquilo que julgo ter estado na intenção consciente dos seus autores.

A Confederação começa por ser um filme de ficção científica, ou, por outras palavras, uma obra que nos situa numa sociedade do futuro partindo de um entendimento do futuro como algo que irá prolongar as linhas de progresso científico de que o nosso presente se tece. Simplesmente, os autores trocam-nos as voltas de

UM FILME QUE
NOS TRAZ O NÚCLEO
IMAGINÁRIO
DO 25 DE ABRIL

ADA DO FILME

EDUARDO PRADO COELHO



duas maneiras: esta **ficção** está minada de **documentos** históricos, este **futuro** é construído com imagens do **passado**.

Não podemos dizer que o filme é um filme sobre o 25 de Abril, porque ele se situa **muito depois disso**. Não podemos dizer que o filme é um filme sobre Portugal, porque ele oscila entre a escala **mundial** e a dimensão **local**.

Há, em **A Confederação**, um incessante balanceamento de algumas categorias: entre o documento e a ficção, entre o passado e o futuro, entre o mundial e o local.

Tais vacilações perturbam a compreensão do filme se lhe quisermos atribuir um estatuto excessivamente definido. Poderemos dizer que, pelo contrário, é nessa indefinição, é nessa constante mutabilidade de perspectivas, é nessa desarrumação interior, que reside a irreverência de uma obra que tem como principal característica o poder

situar-se **ao nível de um olhar infantil**: no "Abril das crianças", de crianças continuamente presentes pelo desenho, a cantilena, a história aos quadradinhos, e a própria ingenuidade de um Abril que se queria tão puro e tão linear que apenas as crianças poderiam traçar as linhas desta flor.

No balanceamento das categorias em que se move **A Confederação** haveria a acrescentar o vai-vem entre uma lucidez crepuscular e desencantada e o deslumbramento de quem ainda supõe que estamos no princípio de todas as coisas.

Seria errado tentarmos avaliar **A Confederação** entendida como uma tentativa de análise da realidade histórica portuguesa. Dessa perspectiva, tornar-se-ia relativamente fácil enumerar inexactidões ou explicações esquemáticas e mais ou menos forçadas. Digamos mesmo que um dos maiores méritos do texto/filme é provavelmente o de

conseguir obter a simpatia dos seus espectadores para além da convergência ou da divergência sobre os pressupostos ideológicos mais salientes da obra. Pessoalmente, teria múltiplas reservas a levantar em relação a um determinado número de enunciações do texto/filme. Sucede apenas que isso em nada afecta o contacto estético, e por conseguinte, a emoção que a ele me prende.

Poderemos antes observar que **A Confederação** se apresenta como o produto de uma certa confusão. É natural que o seu leitor/espectador se interrogue aqui ou ali sobre a coerência ou a consistência das linhas políticas que se vão delineando. E poderá mesmo concluir que os seus autores não sabem ao certo onde querem chegar. Pelo meu lado, gostaria somente de fazer notar duas coisas: em primeiro lugar, em tempos de verdades demasiado estabelecidas e convictãs, não deixa de ser saudável encontrarmos um texto que se assume como o resultado de uma certa efervescência ideológica: em segundo lugar, dificilmente entenderemos a construção da obra se não nos dermos conta de que ela funciona segundo um mecanismo de **distanciamento entre a consciência ideológica dos seus autores e a prática material do filme**; ou, por outras palavras, é preciso vermos que o filme se vai produzindo pelo confronto, digamos que dialéctico, entre vários tipos de discurso e diversas modalidades de expressão que se contrapõem segundo uma lógica mais ou menos calculada. E que pretende esta lógica? Pretende que a significação do filme vá emergindo, não a partir deste ou daquele discurso em particular, nem sequer da sua **soma**, mas dos **efeitos de contradição** que resultam da sua articulação narrativa. Se não virmos **A Confederação** deste modo, arriscamo-nos a sentir apenas uma espécie de amálgama de ideias e tons inteiramente invertebrada e destituída de fio condutor. Mas, se considerarmos que o texto/filme se elabora a partir de uma montagem de tons/registos/estilos/gêneros/posições de classe extremamente divergentes, poderemos não tomar demasiado à **letra (ou à imagem)** esta ou aquela sequência e encará-las sobretudo como citações que os intérpretes vão recitando e o realizador encena dum lugar que é sempre simultaneamente interior e exterior a todas elas. E será deste ponto de vista que se me torna mais fácil aceitar o que poderá parecer a "mensagem" do filme: a valorização do povo e do soldado como sujeitos soberanos da História.

Mas há, lá isso há, uma espécie de luminosidade central da obra. Ela deriva de uma ideia muito simples que insiste incansavelmente, se repete, se obstina. E a ideia é esta: **a sociedade evolui para uma situação totalitária onde todas as diferenças são indiferentes sob o signo da militarização**. É certo que esta situação totalitária nos surge num vocabulário intransigentemente demo-

crático e mesmo revolucionário. É certo que ela se apresenta sob a forma do liberalismo — é, como em dada altura se diz, "um fascismo em liberdade". E é verdade que ela se propõe como uma nova ordem libertadora em oposição a tempos de repressão e de obscurantismo. Contudo, trata-se inequivocamente de uma situação totalitária, porque são os próprios temas da democracia, do progresso, da liberdade e da responsabilidade **que ocupam totalitariamente o quotidiano de cada cidadão**. O que **A Confederação** pode ter de inquietante é aquele sentimento de pavor que se desprende do querer inabalável de qualquer utopia, seja ela a expressão extrema de uma ideia de revolução. Os Estados da Confederação conseguiram criar um espaço de homogeneidade total onde tudo se vem vincular à **instância do Um** — o Um unificante de a Confederação. Sul ou Norte, Washington ou Moscovo, tudo se equivale. Estamos num universo radicalmente pessimista onde se traça um panorama em que Leste e Oeste aparecem como as duas faces de uma só moeda (o noticiário simultaneamente americano e russo é a melhor imagem disso). Por outras palavras, onde todas as diferenças são **símulacros de diferença** produzidas pelo Mesmo de uma **indiferença generalizada**. É aí que o fascismo como **apagamento de todas as diferenças** se desenha como o horizonte de todas as variações políticas.

É claro que a esta visão indiferenciante e apocalíptica da opressão corresponde uma concepção extremamente difusa daquilo que se lhe vem opor. Podemos vislumbrar aqui aquele princípio de proveniência maoísta que nos diz que temos razão para nos revoltarmos, e que onde há opressão, há revolta. E o texto/filme enuncia algumas figuras dessa revolta: o povo, o soldado, as crianças, os amantes. Mas uma tal enunciação não anula a impressão de que acima de tudo se trata de uma oposição entre a Repressão e a Revolta, entre o Mestre e o Rebelde. Que tais categorias apareçam como que nimbadas de metafísica, e vazias de estofos sociológico, não será pois para admirar.

Nem daí vem mal nenhum, não direi ao mundo, mas à obra. Será talvez mesmo nessa generalização de teor metafísico que o texto/filme consegue ser suficientemente impreciso para nos contagiar para além dos seus "slogans" mais insistentes. No plano estético, o saldo é francamente positivo.

Já no plano teórico, seria curioso ver como é talvez a partir de simplificações deste tipo que um certo maoísmo desliza sem excessivos temores no pessimismo total e apático da chamada "nova filosofia". E como a apologia do Revoltado de um Glucksmann ou do Anjo enquanto Rebelde de Lardreau/Jambet encontra aqui a sua arqueologia em imagens. Mas isso seria outra história...

GRANDE PRÊMIO
Festival Internacional da Figueira da Foz

Margarida Carpinteiro
Carlos Cabral

A CONFEDERAÇÃO

um filme de
Luis Galvão Teles



Um amor impossível num mundo vigiado...

com Ana Zanatti · Artur Semedo

A PARTIR DE 15 DE SETEMBRO

O fundamental, creio eu, é outra coisa. Situa-se na ideia de que a situação totalitária não é apenas **mantida** pela presença das Forças Armadas. Aqui vai-se mais longe: a situação totalitária resulta do modo como as estruturas libidinais determinantes da formação colectiva militar passam a **informar** (a dar forma: mas a evolução tecnológica converte a repressão num sistema de informação/denúncia, sem formas irracionais de violência; e o fuzilamento, transmitido pela televisão, tem sobretudo **uma função informativa**) as estruturas libidinais de toda a sociedade.

Em **Psicologia colectiva e análise do eu**, a principal questão com que Freud se debate é a do **factor de coesão** que faz que um grupo de pessoas possa funcionar como **uma** multidão. Esse factor é erótico, deriva de Eros como elemento aglutinador de tudo o que existe. Para Freud, o que sustenta instituições como a Igreja ou as Forças Armadas enquanto "multidões estáticas" é a presença, visível ou invisível, de um Chefe que se define por distribuir um amor igual a todos os seus subordinados e criar, através do imenso amor que os subordinados têm por ele, um elemento de identificação que os assemelha entre si. Freud acrescenta que esse Chefe pode ser uma ideia: nós diríamos que ele aparece como um **significante-mestre**. E por isso **A Confederação** é o **significante-mestre** onde se designa o amor que a sociedade totalitária impõe a todos os seus membros e o modo como eles, envolvidos no movimento deste amor, se vão tornando iguais entre si. A tese fundamental que aqui se radica é a de que o totalitarismo é **uma forma de amor** — à qual se virá contrapor **outra forma de amor...**

O modo repressivo de **A Confederação** deriva de ela vir tomar o lugar, como em qualquer relação amorosa, **do ideal do eu**,

isto é, dessa instância que, herdada do narcisismo primitivo, vem exercer uma função de **prova da realidade** e de **medida para todas as coisas**. É quando se esbate a oposição conflitual entre o eu e o ideal do eu que se instala aquela euforia narcísica com que se apresentam as figuras emblemáticas de **A Confederação**. É quando o conflito entre as duas instâncias estala que se abre uma situação de neurose — aquela em que vamos encontrar os amantes que surgem como protagonistas da obra.

Parafraçando Freud, podemos dizer que **A Confederação** é uma comunidade de indivíduos que substituíram o seu ideal do eu pelo mesmo objecto (a ideia da Confederação), o que tem por efeito a identificação dos seus eus.

Ainda no mesmo texto, Freud vem observar que, em formações colectivas como a Igreja e as Forças Armadas, não há lugar para o amor sexual. Nem para a mulher. E ainda que nas multidões compostas por homens e mulheres, **não há no entanto lugar para as diferenças sexuais**. Significa isto que se trata de uma libido homossexual? Embora a homossexualidade seja em princípio mais compatível com os imperativos da colectividade, o que mais adequadamente se pode dizer é que não há nem uma libido homossexual, nem uma libido heterossexual, na medida em que a multidão ou qualquer formação colectiva **não são diferenciadas segundo os sexos**. Diremos que são agrupamentos dominados pela **Indiferença sexual**. Ou ainda: **a forma de amor do totalitarismo é a instituição de uma sociedade dominada pela indiferença sexual**. E por isso a Revolta, como o texto/filme documenta, é **a inscrição da Diferença sexual (outra forma de amor) como elemento detonador da subversão social**.

TOTALITARISMO E DIFERENÇA SEXUAL

FICHA TÉCNICA

TÍTULO — A Confederação
ANO DE PRODUÇÃO — 1977
PROCESSO — 16 mm — Cor
DURAÇÃO — 107 minutos
REALIZAÇÃO — Luís Galvão Teles
ARGUMENTO — Amadeu Lopes Sabino e
Luís Galvão Teles
DIRECTOR DE FOTOGRAFIA — Elso
Roque
MUSICA ORIGINAL — Sérgio Godinho e
Fausto; José Má-
rio Branco

PRODUÇÃO — Cinequanon, com a participação financeira do Instituto Português de Cinema e a colaboração do Centro Português de Cinema, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian

DISTRIBUIÇÃO — Lusomundo
INTERPRETES — Margarida Carpinheiro, Carlos Cabral, Artur Semedo, Ana Zanatti, Santos Manuel, Luís Santos, Ricardo Pais, Orlando Costa, Jorge Vale, Constança Navarro, etc.

GRANDE PRÊMIO
Festival Internacional da Figura da Foz

Margarida Carpinteiro
Carlos Cabral

CONFEDERAÇÃO

um filme de
Luis Galvão Teles



Um amor
impossível
num mundo
vigiado...

Ana Zanatti - Artur Smedo

A PARTIR DE 15 DE SETEMBRO

A importância deste texto/filme, do meu ponto de vista, vem de ele colocar a questão do Poder no seu nível exacto: todo o Poder é uma gravitação em torno de um centro ocupado por Um-só; a Mãe-Pátria ama-nos com um amor devorante; para o Poder, não há dois, mas apenas um sexo; a questão política é, em última instância, uma relação com a fuição. Como escreve Pierre Legendre, "a vida social é um tecido de dramas sem fim, de oposições sem remédio senão o de uma guerra civil ora fria ora quente, sacrifícios humanos de todos os géneros, numa palavra, diferenças absolutamente trágicas entre aqueles que fruem e aqueles que têm também o seu lugar no texto, embora fruam de um modo inteiramente oposto ao dos chefes. Mas, do ponto de vista do delírio nacionalista, a verdadeira verdade é a que provém do lugar místico, lá onde os homens existem sem diferenças (sexuais e portanto sociais) para formar o Um como num Paraíso em que tudo é Paz" (*Jouir du Pouvoir*, p. 66).

A Confederação é a representação deste lugar mítico e através dela torna-se mais compreensível a estrutura libidinal do Poder: o delírio nacionalista.

É fácil identificar os momentos mais visíveis do processo de **indiferenciação**.

Falámos já de um: o noticiário via Moscovo e via Washington que progressivamente se vai confundindo.

Consideremos a simetria da morte de Maria e da morte do operário. O Comandante de Branco interroga: Sul ou Norte? O operário responde: Sul! Por isso morre. O Comandante de Preto interroga: Norte ou Sul? Maria responde: Norte! Por isso morre. Cores e respostas são aqui indiferentes. Tudo se encontra no Mesmo da morte.

Mas analisemos sobretudo o sonho de Maria: "Quando o recepcionista deu por nos cabelos do **groom** e fê-lo chegar o nariz ao meu sexo. Senti o nariz frio do adolescente no meu sexo. O recepcionista sorriu e largou o **groom** que correu enjoado para o fundo da sala, meteu a mão na minha vagina e retirou de lá uma enorme lampreia, uma lampreia viva e viscosa, que guardou cuidadosamente numa proveta com formol. GENERAL — Tudo em ordem? RECEPCIONISTA-VIGILANTE — A disciplina reina de novo entre nós."

Esta sequência aparece claramente como **um ritual de castração**, como um apagamento das diferenças sexuais e **uma instituição da ordem** em termos de amor: amor da Confederação pelos seus súbditos e dos seus súbditos pela Confederação.

Amor na definição de António: "O Amor é... o élan do coração, a ligação amorosa, a paixão, o amor da Pátria, o amor maternal, o gesto apaixonado, o amor das artes". Ao que Maria responde: "Um

dicionário não diria melhor. Mas de facto que tem isso a ver com a realidade?" E acrescenta: "Amor é isto: faltar ao trabalho e às obrigações cívicas, meter-me às dez da manhã numa cama que não é a minha com um homem que não é o meu; tomar o banho que de madrugada mal tive tempo de tomar; comer o pequeno-almoço que mal engoli à pressa; fazer amor — isto é o Amor."

Dum ponto de vista psicanalítico, toda uma doutrina do Poder passa pelo **reconhecimento da castração**. Como o sonho de Maria exemplarmente representa. No dizer de Pierre Legendre, "a ordem divina da fuição pura apaga a distinção dos sexos: onde se encontra o poder há apenas castrados" (*Jouir du pouvoir*, p. 144). Uma fuição pura suspensa de uma ordem imposta pelo Poder — eis o que fundamenta a definição que António, cidadão-soldado, nos dá do Amor. Uma **outra forma de fuição** desfiando a **linha vermelha** de uma subversão social — essa a lição de Maria.

Não gostaria de concluir sem mencionar a cena que neste texto/filme mais me fascina. É a número 28 e mostra-nos a cantilena das crianças sobre o "era uma vez uma menina que não queria comer a sopa". Em si mesma, o que a letra nos diz é que vem a tropa e restabelece a ordem. Mas há a melodia obsessiva e os vários círculos do movimento das crianças e da câmara. Em cada volta, uma criança solta-se do círculo e vai-se embora. A cantilena faz um espaço e desfaz um espaço. E sente-se em toda esta sequência como que a fixação de um desejo no extremo da sua intensidade e da sua ambiguidade. Recordo Gilles Deleuze quando diz: "O desejo: uma cantilena. Mas é já tudo muito complicado: porque a cantilena é uma espécie de territorialidade sonora, a criança que se tranqüiliza quando tem medo no escuro (...) — mas é também todo o movimento de desterritorialização que se apodera de uma forma e de um sujeito para daí extrair velocidades variáveis e afectos flutuantes, e então a música começa." (Gilles Deleuze/Claire Parinet, *Dialogues*, pp. 118-119).

Um movimento de desterritorialização (diremos **desconfederação**) vem traçar-se nessa melodia obstinada e em cada uma das suas voltas há uma criança que se desprende, parte e é livre. "Ela ia sempre a dizer: sopa não hei-de eu comer".

Aqui começa, nesta utopia das crianças, o lugar da música. Mas disso não irei falar porque não cabe na escrita deste texto (texto sobre o qual escrevo/texto que escrevo). Estamos, portanto, à entrada do filme. Ele que diga como é. Como vai ser. ■

Eduardo Prado Coelho

PODER, CASTRAÇÃO E SUBVERSÃO

O PAPEL DO EXÉRCITO NO 28 DE MAIO

ARNALDO MADUREIRA

Na conjuntura de crise que se viveu durante longos períodos da Primeira República - crise económica, política e social -, era para as Forças Armadas que os diversos partidos que constituíam o leque político nacional e os diversos estratos populacionais da Nação, particularmente as classes dominantes, dirigiam os seus rogos, as suas preces, no desejo de que tudo entrasse nos eixos, no sentido de superar, de forma simples, os graves e tormentosos problemas que abalavam a vida portuguesa.(1) E o Exército, como "bom pai" que queria ser, ouvia as orações e aproveitava-as para intervir, para significar o seu descontentamento. Daí que, durante os dezasseis anos que durou a experiência parlamentar republicana, a fórmula se aplicasse magicamente: a cada crise económica que afectava a vida do País, seguia-se uma crise política e a esta, quase sempre, um golpe militar -- levado às últimas consequências ou ficando no caminho da preparação -, que só variava de matiz, de acordo com o(s) partido(s) político(s) e a ideologia que lhe estava subjacente. Eram as contradições internas do regime, agravadas a vários níveis, por este mesmo ser posto em causa, que se faziam sentir no Exército Nacional.

Esta espécie de irrequietismo colectivo que não deixava de ferir dolorosamente toda uma geração que no seu entusiasmo havia sonhado com uma nova época após o 5 de Outubro, era já em parte a tentativa de conciliar os interesses parlamentares com uma intervenção do Exército na vida pública. Era já a falência dessas instituições parlamentares que levava os militares a intervir.

E o choque entre a manutenção das instituições parlamentares - que revelavam a sua inépcia, relativamente à resolução dos problemas-chave - e a necessidade de os militares intervirem nesses assuntos, foi já o resultado de não terem sido efectuadas as transformações e depurações necessárias no aparelho do Estado e do Exército.

Mas porquê os militares, pergunta-se? Porque o estado de espírito público, inde-

pendentemente dos acontecimentos anteriores já sumariados, se voltava para a crença de que seriam os militares os únicos a poderem resolver esses problemas. E nem o insucesso de experiências anteriores criava a dúvida na sua capacidade de debelar os problemas, internos e externos, mais graves com que se debatia a Nação. Era o tal estado de espírito, que se havia instalado nas pessoas, de deixarem ao "bom pai" a resolução desses problemas.

Esse tipo de arbitragem militar, contudo, longe de resolver os mais instantes problemas nacionais, criou uma situação instável e contribuiu enormemente para agravar ainda mais os males com que se debatia o País. Os problemas da autoridade e da estabilidade ministerial foram, assim, constantemente postos em causa. No curto período da vida republicana parlamentar, "oito ministérios e quatro presidentes caíram devido a movimentos armados" ou a "crimes políticos". Praticamente todos os anos se dava uma rebelião ou se descobriam conjuras para tal. Em diversos anos, houve mais do que uma.

É claro que a violência não poderia ter-se desenvolvido com uma autoridade forte. Na verdade, a fraqueza governamental foi outra característica da República. Nem as Forças Armadas, nem a Guarda Republicana, nem as polícias tinham disciplina bastante para obedecer ao governo até ao fim. Por outro lado, também não dispunham da coesão interna necessária para forçar o governo a aceitar os seus ditames. Assim, a República representou sempre uma espécie de balança entre civis - geralmente no comando da administração e do governo - e os militares (reflectida não só em força real, mas também em ideias e modos de vida), que não logrou alcançar o equilíbrio.(2)

A consequência deste duplo facto foi clara: visto que o Poder político, ambíguo, conciliador, não era capaz de assumir a sua própria posição e avançar com projectos, não dizemos autónomos, mas que fossem uma resposta clara aos problemas que se lhe punham, o Exército era atraído para uma função reguladora que definisse as regras do jogo.

Esta actuação dos militares, qualquer que tenha sido o motivo que a determinou, só pode ser entendida se os considerarmos como elementos de uma sociedade atravessada pela luta de classes e que os levava a uma profunda intervenção na vida política, que ia até à arregimentação partidária. Citem-se, por exemplo, Cunha Leal, Tama-gnini Barbosa, Botelho Moniz, Filomeno da Câmara, Gama Ochoa, Procópio de Freitas, o próprio Gomes da Costa, que não só estavam inscritos em partidos políticos como, inclusivamente, ocupavam postos importantes nas suas cúpulas. Ao longo do processo que caracterizou a Primeira República viveram lado a lado nas lutas partidárias o militar e o político. Daí que a

A componente militar do poder político português desempenhou sempre, na nossa história contemporânea, um papel determinante na resolução dos desequilíbrios no seio da burguesia e a classe política que preenche os lugares de decisão no aparelho de Estado. E tal acontece porque, a coberto de pretensos objectivos patrióticos e nacionais de que se faz porta-voz, o exército é, pelas suas características, uma instituição privilegiada do poder, onde se configuram (de forma cristalizada) os interesses das diversas facções da burguesia.

É natural portanto que, após se ter tornado o movimento sindical numa força significativa e nos períodos em que as lutas sociais mais asfixiaram o poder político legal, o exército, último bastião da dominância burguesa, fosse obrigado, e sob o constante espectro da bolchevização do país, a impôr uma solução conservadora para a(s) crise(s) sócio-económica(s).

É isto o que acontece, em parte, com o "28 de Maio". É provavelmente o que continuaria a acontecer, se a guerra colonial não viesse exigir o reforço, dentro do exército, do elemento pequeno-burguês.

De qualquer forma, a importância do exército impõe uma análise institucional que compreenda as relações que ele mantém com os restantes mecanismos do poder e com as flutuações da opinião pública. O artigo que aqui publicamos da autoria de Arnaldo Madureira, e retirado do seu livro, **O 28 de Maio — elementos para a sua compreensão** (Editorial Presença), é uma tentativa nesse sentido.

J.C.

participação dos militares nas lutas partidárias fosse de tal forma interveniente que os ultrapassou; corroe a instituição militar e criou uma imagem dessa instituição tal que a breve trecho foram necessários esforços no sentido de se passar uma esponja sobre ela, para lhe restaurar o prestígio e acabar com esse estado de coisas. Neste aspecto a actuação de Cunha Leal, nas vésperas do "28 de Maio", foi até bastante sintomática. O convite que ele fez ao Exército foi um convite a um empenhamento para salvar a face, para redimir o que haviam feito até aí.

Em resumo, durante os dezasseis anos que durou a experiência republicana verificou-se existir, dentro da burguesia republicana, um estrato que admitia alianças com camadas da aristocracia monárquica -- como o foram o Partido Nacionalista, a União Liberal Republicana, etc. e que inclusive conduziram ao "sidonismo" -, enquanto outros foram mais receptivos a uma certa política pró-classes trabalhadoras - de que serve de exemplo, num passado mais recente, o partido Republicano da Esquerda Democrática. Ora estas inconseqüências e contradições iriam produzir mal-estar na população e um estado endémico de luta entre as várias facções da classe dominante e os partidos, não só em torno dos problemas que aquela enfrentava no seu âmago, mas também em torno do bloco de alianças necessárias ao exercício do poder político. Daí que, por ser no aparelho militar onde por excelência se reflectem todas estas lutas entre facções de classe, o Exército acabasse sempre por intervir como expressão última das repercussões de determinados factos públicos, que reclamavam a sua intervenção.

A vida política foi, pois, permanentemente perturbada pela luta entre as diversas correntes de opinião, pelo choque entre facções das Forças Armadas e por estranhas e intrigantes alianças. Durante anos seguidos os militares saíram dos quartéis, para consolidar os interesses políticos dos representantes do capitalismo mercantil e/ou dos grandes agrários. Outras vezes, desiludidos com o ambiente e com os métodos utilizados pela oligarquia dominante — fraude eleitoral, corrupção administrativa, pegaram em armas para, através de certas reformas, implantarem novos métodos, novos componentes, novas forças.

Para agravar mais a situação e provocar uma permanente instabilidade político-militar passou-se, a partir de certa altura, a publicar amnistias que abrangiam os que tomaram parte nos sucessivos golpes militares e que por essa razão haviam sido condenados; ou, em data mais recente, a absolver militares que se haviam conluiado para através dum golpe de força derrubar o governo.(3) As circunstâncias apertavam e com estas medidas consolidavam-se certas

condições internas necessárias à consumação do golpe que viria a desabrochar na madrugada de 28 de Maio de 1926.

Esta abstenção da jurisprudência civil e militar, qualquer que tenha sido o motivo invocado, foi deplorável, do ponto de vista não só dos interesses da República, mas também do País. Actuações destas não deixariam de ter as suas sequelas e só difficilmente seriam recuperáveis. Fazê-las, é fazer mal a si, proporcionando aos seus opositores a possibilidade de voltarem de novo à luta, agora com muito mais benefícios e glória.

E foi o que sucedeu. Em 18 de Abril e 19 de Julho de 1925, duas revoltas conservadoras foram levadas a efeito — a primeira mesmo de cariz reaccionário — comandadas pelos homens que em Maio de 26 se juntaram para primeiro derrubar o governo e, depois, se baterem entre si pelo Poder. Compunham o escol de Officiais da primeira dessas revoltas, grosso modo, os homens que mais tarde haveriam de hegemonizar a corrente Gomes da Costa; compunham o escol de Officiais que fizeram o 19 de Julho, igualmente grosso modo, os homens que haveriam de apoiar Cabeçadas, também este preso nesta altura, por ser o Chefe dessa aventura militar. Levados, quer num caso quer noutro, os seus principais intervenientes à barra do tribunal, foram absolvidos e posteriormente apresentados como grandes heróis, perante um Poder público que dava a sensação de respirar aliviado.

Os vencidos de "ontem" ficavam, como resultado disto, com as mãos livres, com uma força moral e um apoio atrás de si de tal ordem, que os levava a pensar em novos "putschs".

Ocorre portanto interrogar: quais seriam as razões, certamente poderosas, que impediram o aparelho judicial de actuar de forma severa contra os conspiradores, e o governo de agir com a firmeza requerida? Cremos que procederam assim por vários motivos: por falta de sentido de responsabilidade, por ausência de espírito de isenção e, sobretudo, por cumplicidade.

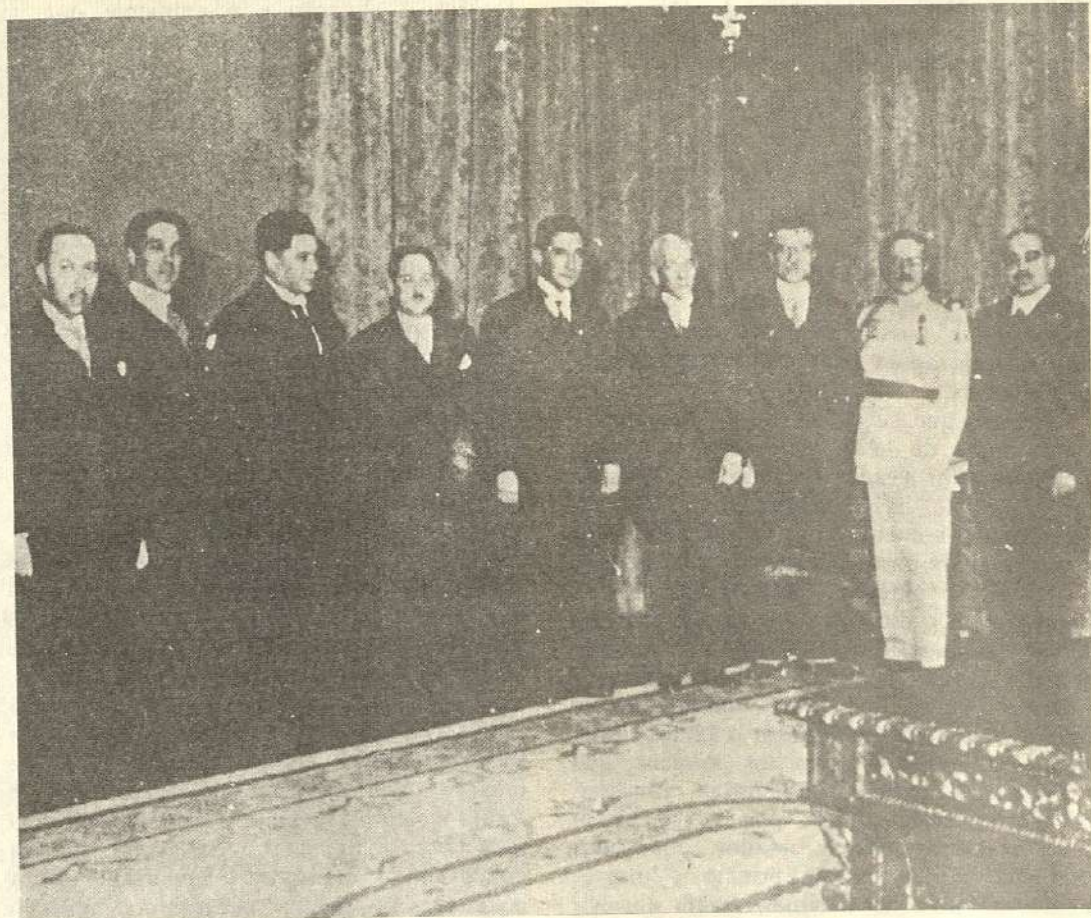
É que, como já foi referido, ao longo do tempo, face à impotência dos diversos governos republicanos para orientar a política do País, recorreu a burguesia a uma destas duas vias: ou à via legal ou à via da força. Ou melhor, quando uma determinada fracção da burguesia não conseguia governar legalmente, procurava governar pelo golpe. E assim foi-se tornando cúmplice de sucessivas mudanças do pessoal dirigente nos diversos aparelhos de Estado. Por outro lado, uma vez conhecido o grande objectivo dos republicanos e desprezadas, ainda que relevantes, as diferenças políticas existentes entre as diferentes correntes partidárias, a substituição dum governo republicano por outro, pouco mais era do que isso; ou seja, não eram muito diferentes os seus projectos económico-sociais.

Mas a situação e o ambiente que se vivia de ataque à democracia e ao Estado parlamentar não se verificava só em Portugal. Por muitos lados se notava uma exacerbação crescente do espírito conspiratório, um crescendo da propaganda demagógica nacionalista no sentido de identificar a sorte da Nação com a sorte da sociedade capitalista: "as corporações podem esperar melhor a sorte dos seus sindicatos se o capitalismo é potente, não se o capitalismo é débil, estático, medroso (4)". Noutros países, modificações importantes se anunciavam, ao nível das estruturas político-económicas, com a queda da democracia parlamentar burguesa e a instauração de regimes ditatoriais. Em algumas nações europeias, as crises económicas haviam abalado e marcado profundamente as pequenas e médias burguesias, lançando-as nos braços dos movimentos contra-revolucionários. Em cada um destes países criou-se uma situação nova com a transformação do regime que até aí vigorava.

O quadro da vida política até aí existente alterou-se, pois, radicalmente. Vastos sectores da população, até então falhos de iniciativa política, passaram a hostilizar de forma violenta o regime parlamentar. Como resultado destas actuações, criou-se, em pouco tempo, uma nova e importante pedra no xadrez da política europeia. A situação política geral, nos anos vinte, passou rapidamente a ser marcada pelo progressivo abandono do sistema parlamentar e das consequentes e inerentes alianças políticas que faziam parte das regras do jogo. A confiança das massas nas instituições democráticas e nos partidos burgueses esvaziava-se, sem glória para uns e outros. A impressão de debilidade dos governos assustava os pequenos e médios burgueses, e precipitava a crise para uma solução de direita. Nesta atmosfera carregada de ódios e suspeições, os conservadores/fascistas encontraram no medo do bolchevismo, no autoritarismo paternal e no nacionalismo exacerbado os germes de que precisavam para intensificarem a sua propaganda e levarem a contra-revolução para o terreno de luta aberta contra as instituições democráticas e republicanas.

A partir de 1920, assistir-se-ia à criação de um clima psicológico que faria do bolchevismo, aos olhos de largos estratos da população, um papão que urgia esconjurar. Esta intensa campanha, esta demagogia política, promovida através de vários instrumentos de propaganda, ajudaria a criar o clima ideal aos vários golpes fascistas.

Na atmosfera abrasadora que se vivia, todas estas manifestações de crise reflectiam-se intensamente dentro das Forças Armadas, criando situações e problemas novos. Ora, desempenhando o Exército um papel específico em relação às classes sociais, de modo particular em relação à pequena burguesia, é natural que toda esta



situação se repercutisse no aparelho militar.

Assim, em vários países assistiu-se à ruptura histórica dos povos com a democracia parlamentar burguesa. Em Espanha, na Grécia e na Polónia, os Exércitos impuseram soluções autoritárias, sob pressão reaccionária. Na Itália, como mais tarde na Alemanha (6), o Exército permitiria que organizações militares próprias destinadas a tomar o Poder, o fizessem.

As consequências imediatas destas vitórias fascistas e a sua influência no Exército nacional teriam de se fazer sentir, e a direita jogou, e bem, neste aspecto. A "consciência perfeita do momento que se vivia", que as forças conservadoras/fascistas alardeavam, a sua análise da correlação de forças e da saída da crise, significavam no mínimo que tinham um conhecimento exacto do momento que se ia desenvolvendo, para não dizer que eram os seus autores não só morais como materiais. A sua imprensa, de resto, era bem o reflexo de quanto urdiam e do estado de espírito que queriam construir nas consciências das várias camadas populacionais. Comparem-se os periódicos da época, as análises que a direita ia parindo, com o triunfalismo e ingenuidade que a corrente populista apresentava.

Da interacção dos factores internos e das influências externas, resultou que o Exército português, passado o período inebriante e entusiasta da Proclamação da República, se encontrasse espartilhado em facções que cristalizavam interesses bem precisos. Por uma questão de facilidade de

referência e análise consideramos quatro facções que na preparação do movimento e, posteriormente, na sua evolução, desempenharam papéis específicos, a saber:

— Uma primeira fracção, que incluía todos os que se sentiam inclinados a actuar para acabar com o batuque parlamentar e que acreditavam nas virtudes duma ditadura de duração limitada, como forma de superar a crise, após o que se chamaria de novo os políticos; não punham, portanto, em causa as instituições representativas, nem de modo nenhum as formas básicas de funcionamento da Nação. Sob este ponto de vista, e à parte algumas flutuações completamente marginais, pode considerar-se a sua estratégia como a dessa pequena burguesia ingénua e de fraca consciência de classe que julgava poder erigir um modo de produção de pequenos produtores que, movidos pelo seu interesse pessoal, haviam de satisfazer o bem comum. Faziam, assim, parte dos que queriam a paz nas ruas e nas consciências, como capitalismo, mas que quando uma meia dúzia se apoderou do Poder, aniquilou umas centenas, corrompeu a administração e policiou as ruas, começando a gritar "Ó da Guarda". Eram, ainda, os representantes duma pequena e média burguesia que mexe e estrebucha, mas não tem consciência de classe nem identidade própria, logo, está sempre à mercê de um "Pai", um "Salvador" que reponha a ordem e que na primeira oportunidade satisfaça as suas aspirações.

Neste grupo de sentimentos anti-ditatoriais inconsequentes e sujeitos a constantes

reformulações, estavam os principais animadores do "28 de Maio". Nele englobaremos os tenentes Pereira de Carvalho, Carlos de Vilhena, majores Pedro de Almeida, António Varão e outros, que tendo servido de detonador, a breve trecho seriam ultrapassados e marginalizados pelas forças em confronto, vindo a assumir mais tarde posições adversas ao movimento que haviam ajudado a montar.

— Depois apareceriam os "Constitucionalistas", aqueles que se batiam pela Constituição. Aqui englobaremos a Guarnição Militar de Lisboa, o General Sousa Dias e uns quantos mais. No caso da Guarnição Militar de Lisboa existia, até, um pacto militar, pelo qual as unidades da Guarnição se inibiam de entrar em qualquer revolução, como se dizia, e quando tivessem de intervir em quaisquer acontecimentos só o faziam depois de um acordo prévio.

— Em terceiro lugar apareceriam os Oficiais que apoiaram Mendes Cabeçadas, facção muito heterogénea que incluía personalidades que defendiam abertamente uma solução ditatorial ou que apoiavam um programa que apontava para uma democracia forte, com dois blocos dentro do Parlamento, no género do bi-partidarismo anglo-saxónico, no propósito de evitar a inépcia de um Parlamento que nada resolvia. A nível económico, confiava num desenvolvimento que resultaria da plena liberdade de investimento e contratação e nunca, por certo, da decretação de leis do tipo da "Lei do Condicionamento Industrial". Projecto

de uma burguesia que sentiu, a dada altura, que os "democráticos" a haviam conduzido a um beco sem saída.

— por último temos o grupo que se acobertava atrás de Gomes da Costa e que representava a oligarquia agrária e certos meios financeiros, precisamente aqueles que mais se opunham às mudanças de estrutura e às reformas de base susceptíveis de alterar alguma coisa na realidade portuguesa. Corresponde à facção mais reacçãoária do movimento, que falava em criar um Exército forte e disciplinado e robustecer o Poder civil. Eram anti-parlamentaristas e defendiam o movimento, enquanto militar, como destinado a acabar com o domínio nefasto dos políticos, causadores "dos princípios dissolventes de onde brotou a desordem e o peculato". Encontraremos neste grupo, entre outros, o comandante Filomeno da Câmara, o major Vasco de Carvalho, o tenente-coronel Raul Esteves e os coronéis Síncler de Cordes e José de Serpa Pimentel.

Conquanto repartido em quatro facções, o Exército Português havia de revelar no período de definição política do "Movimento", que as clivagens de facto se situavam entre uma facção mais directamente autoritária e outra com pruridos constitucionais e legalistas. Pese embora que no tocante aos interesses de classe que defendiam não existisse grande oposição entre os dois blocos, da luta aberta entre ambos resultaram definidos os contornos do regime pós-Maio de 1926, regime que sublinhou a substancial estabilidade da pressão da direita reacçãoária sobre o País. ■

(1) De forma extremamente simplista, descreve assim Cunha Leal, em "As Minhas Memórias", volume III, págs. 17 e 18, o pedido de intervenção do Exército na coisa pública: "No II Volume de "As Minhas Memórias" demonstrei que, após o descalabro sidonista, a paz pública e a manutenção da democracia republicana ficaram repousando sobre o equilíbrio do binário G.N.R.-Exército. O empolamento excessivo do primeiro destes dois componentes e a feição estreitamente sectarista dos seus Oficiais e Sargentos originaram dentro dele um estado endémico de tendência insurreccionalista. A correcção deste grave inconveniente deveria repousar na conjugação bem doseada de dois procedimentos: por um lado, uma ligeira minimização do potencial bélico da G.N.R.; por outro lado, a acertada depuração dos seus quadros dentro do conceito do neutralismo e da incontroversa lealdade republicana. Esse foi o propósito do Governo a que presidi, mas António Maria da Silva, meu sucessor, seguiu com o inconstante assentimento dos majorais da P.R.P., a linha da anulação da eficiência militar prática desse sector da Força Pública, mercê da exagerada diminuição dos seus efectivos e equipamentos, de modo que o binário da paz e da defesa do regime foi substituído pela acção unilateral do Exército, dentro do qual continuavam a ser temero-

sas as penetrações do reacçãoarismo monarquizante, com laivos plutocráticos. E o pior foi que as notórias insuficiências do escol dos democráticos no tocante à sua capacidade para dominar, com a necessária aceleração, a grave crise financeira e económica nacional fez concentrar sobre o Exército, como última ratio para a salvação da grei, as atenções gerais, até mesmo as de quantos, como se verificava comigo, não ignoravam os maquiavelismos, incertezas e perigos que comportaria o seu intervencionismo na vida pública quando ele se desviasse da sua função específica".

(2) A. H. de Oliveira Marques em "A Primeira República Portuguesa — para uma visão estrutural", página 149.

(3) Estaremos a pensar no julgamento dos revoltosos do movimento de 18 de Abril de 1925.

(4) Mussolini em "Escritos y Discursos", volume V, pág. 192.

(5) Escreverá Raul Proença em "Seara Nova" de Maio de 1925 "que o bolchevismo, para os homens de O Século, é apenas a capa cor-de-rosa que o diestro maneja diante dos olhos do povo para lhe enterrar com mais segurança a garrocha das oligarquias".

(6) Será bom recordar que a 9 de Novembro de 1923 Hitler tentou em Munique o seu primeiro golpe de Estado.

1978: SER ARTISTA (DE VANGUARDA) EM PORTUGAL

LEONEL MOURA

1. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas a arte é um dogma de liberdade, nas sociedades socialistas um dogma da ideologia e nas sociedades em transição um veículo colonialista.

2. Se por um lado os vários sistemas sociais prestam uma razoável atenção à actividade estética, é porque através dela encontram uma forma de se auto-definirem. Assim no caso das sociedades capitalistas desenvolvidas a arte é apresentada como resultado da liberdade consentida. Ela deve ser capaz de uma renovação permanente, produzindo regularmente novidades concorrenciais, mesmo se a essas novidades não é dada grande importância conceptual. Ela torna-se objecto de uma confirmação sistemática, mas cuja "verdade prática" é submergida pelos compromissos de uma integração tão forçada quanto irrefutável. Os artistas contestatários, do capitalismo moderno, vêm constantemente a sua contestação ser recuperada como **forma** do sistema, e não como **conteúdo** da sua negação.

Por outro lado, e a não abdicar da sua actividade, estes artistas dificilmente encontram outro campo de acção que não seja o da própria sociedade, das suas instituições e dos seus veículos de informação massificada.

Trata-se assim, e para se ser optimista, de uma actividade que se inscreve num vasto processo de transformação das mentalidades: processo necessariamente lento e cheio de contradições.

3. Nas sociedades socialistas (as que se reclamam de tal) a arte, como toda a expressão cultural, é tida como veículo de afirmação conceptual do regime. A arte reconduz-se a uma mera decoração da ideologia dominante. E se por um lado ela é equiparada a outras actividades práticas, como seja o urbanismo e o design; certamente no intuito de contribuir para a "construção" da sociedade socialista, ela é envolvida com os conceitos mais retrógrados sobre o assunto que condicionam a sua realização a uma transcendência qualquer: o talento, a aptidão "natural", o génio, etc...

Aí qualquer contestação "interna", qualquer tentativa de superar os conceitos retrógrados, é vista como contestação do próprio sistema político, o que evidentemente é um facto. O que torna qualquer vanguarda estética eminentemente política, ou pelo menos imediatamente envolvida com as questões sociais determinantes.

4. Nas sociedades em transição (ou talvez melhor: em submissão!), como a nossa, a arte é o veículo de uma colonização cultural, mas, simultaneamente, ela é a expressão de uma vontade de independência. Vontade esta que se manifesta em torno de duas concepções opostas e determinadas pela própria perspectiva social. Do lado do sistema, sempre mais conservador, a independência (que o é só formal) tem como referência o passado, a História. Daí

que se privilegiem as atitudes académicas, os chauvinismos nacionalistas, as práticas repetitivas e pouco originais. No lado oposto, o da contestação ao sistema, a independência é encarada como a criação autónoma e original de uma situação absolutamente nova. Criação que não deve rejeitar os "modelos", mas sim superá-los!

5. Os actos da vanguarda em Portugal são encarados pelas instituições de uma forma contraditória. Isto é, se por um lado já se percebeu que convém recuperá-los, como forma de criar a tal imagem livre e moderna importada do capitalismo desenvolvido, a verdade é que a maioria das pessoas que detêm essas instituições, dadas as suas convicções conservadoras, "não gostam dessas coisas".

Prefere-se ressuscitar "todos os grandes da História", na tentativa de mostrar que temos um passado, mesmo que, se pelo excessivo empenho em o demonstrar, isso possa significar que não temos futuro. Vêm nesta perspectiva as várias comemorações centenárias e outras que têm proliferado.

6. Mas se as instituições olham a arte de vanguarda com um misto de respeito e despeito, a crise económica determina que a recuperação não pode ter lugar. "Abando-



Acção do grupo americano "ant farm": uma violenta crítica à sociedade de consumo só possível numa sociedade de grande consumo

nados" à sua sorte, dependentes do seu empenho pessoal em levar para a frente acções e projectos, os artistas de vanguarda encontram-se talvez na situação "ideal" para realizar um trabalho consequente. Pois contrariamente ao que alguns pensam e promovem, a vanguarda não tem que combater pela sua aceitação, mas sim impôr-se, como recusa.

7. É ainda dentro desta perspectiva que se deve encarar a evolução geral da arte contemporânea.

Sujeitos aos modelos (vanguardistas) das sociedades desenvolvidas, os artistas portugueses, até por reacção ao meio demasiado formal e académico, têm tendência a deixar-se influenciar; o que por si não seria negativo — já que as experiências da arte actual são na maioria dos casos totalizantes — se não fosse o desfazamento de meios entre a nossa sociedade e as sociedades que lhe servem de modelo.

(Por exemplo, a arte há muito que abandonou os suportes tradicionais, deixando de fazer quadros para passar a jogar com os ambientes, os espaços (sociais), os conceitos... A utilização da máquina fotográfica, do cinema, do som, do vídeo é pois frequente. Basta dizer-se que neste momen-

to em Portugal não existe um único vídeo à disposição dos artistas.)

A inevitável frustração que se abate têm vindo a exacerbar a tentação cosmopolita!

Os artistas dissociam-se da realidade que os rodeia, criando um pequeno gueto, cheio de boas intenções, e até de originalidade, mas impossibilitado de intervir socialmente.

8. Para finalizar, já que convém "fornecer" uma conclusão, a arte portuguesa atravessa, também ela, um período de transição; no qual todas as pessoas, de valor, se encontram cilindradas pela situação desfavorável e falta de perspectiva que as rodeia.

De qualquer forma só uma persistência coerente, poderá proporcionar alguma consequência a estes actos dispersos e inseguros que por aí vão acontecendo.

O que não convém é alimentar falsas ilusões, mesmo se necessita de estímulos. Até porque a realidade é que a grande maioria das pessoas face à precariedade quotidiana, têm pouca disponibilidade para se confrontarem com a "verdade estética": a qual lhes diz mesmo respeito, não tenhamos dúvida alguma! ■

1978: SER ARTISTA (DE VANGUARDAS) EM PORTUGAL

LEONEL MOURA

1. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas a arte é um dogma de liberdade, nas sociedades socialistas um dogma da ideologia e nas sociedades em transição um veículo colonialista.

2. Se por um lado os vários sistemas sociais prestam uma razoável atenção à actividade estética, é porque através dela encontram uma forma de se auto-definirem. Assim no caso das sociedades capitalistas desenvolvidas a arte é apresentada como resultado da liberdade consentida. Ela deve ser capaz de uma renovação permanente, produzindo regularmente novidades concorrenciais, mesmo se a essas novidades não é dada grande importância conceptual. Ela torna-se objecto de uma confirmação sistemática, mas cuja "verdade prática" é submergida pelos compromissos de uma integração tão forçada quanto irrefutável. Os artistas contestatários, do capitalismo moderno, vêm constantemente a sua contestação ser recuperada como **forma** do sistema, e não como **conteúdo** da sua negação.

Por outro lado, e a não abdicar da sua actividade, estes artistas dificilmente encontram outro campo de acção que não seja o da própria sociedade, das suas instituições e dos seus veículos de informação massificada.

Trata-se assim, e para se ser optimista, de uma actividade que se inscreve num vasto processo de transformação das mentalidades: processo necessariamente lento e cheio de contradições.

3. Nas sociedades socialistas (as que se reclamam de tal) a arte, como toda a expressão cultural, é tida como veículo de afirmação conceptual do regime. A arte reconduz-se a uma mera decoração da ideologia dominante. E se por um lado ela é equiparada a outras actividades práticas, como seja o urbanismo e o design; certamente no intuito de contribuir para a "construção" da sociedade socialista, ela é envolvida com os conceitos mais retrógrados sobre o assunto que condicionam a sua realização a uma transcendência qualquer: o talento, a aptidão "natural", o génio, etc...

Aí qualquer contestação "interna", qualquer tentativa de superar os conceitos retrógrados, é vista como contestação do próprio sistema político, o que evidentemente é um facto. O que torna qualquer vanguarda estética eminentemente política, ou pelo menos imediatamente envolvida com as questões sociais determinantes.

4. Nas sociedades em transição (ou talvez melhor: em submissão!), como a nossa, a arte é o veículo de uma colonização cultural, mas, simultaneamente, ela é a expressão de uma vontade de independência. Vontade esta que se manifesta em torno de duas concepções opostas e determinadas pela própria perspectiva social. Do lado do sistema, sempre mais conservador, a independência (que o é só formal) tem como referência o passado, a História. Daí



que se privilegiem as atitudes académicas, os chauvinismos nacionalistas, as práticas repetitivas e pouco originais. No lado oposto, o da contestação ao sistema, a independência é encarada como a criação autónoma e original de uma situação absolutamente nova. Criação que não deve rejeitar os "modelos", mas sim superá-los!

5. Os actos da vanguarda em Portugal são encarados pelas instituições de uma forma contraditória. Isto é, se por um lado já se percebeu que convém recuperá-los, como forma de criar a tal imagem livre e moderna importada do capitalismo desenvolvido, a verdade é que a maioria das pessoas que detêm essas instituições, dadas as suas convicções conservadoras, "não gostam dessas coisas".

Prefere-se ressuscitar "todos os grandes da História", na tentativa de mostrar que temos um passado, mesmo que, se pelo excessivo empenho em o demonstrar, isso possa significar que não temos futuro. Vêm nesta perspectiva as várias comemorações centenárias e outras que têm proliferado.

6. Mas se as instituições olham a arte de vanguarda com um misto de respeito e despeito, a crise económica determina que a recuperação não pode ter lugar. "Abando-



Acção do grupo americano "ant farm": uma violenta crítica à sociedade de consumo só possível numa sociedade de grande consumo

nados" à sua sorte, dependentes do seu empenho pessoal em levar para a frente acções e projectos, os artistas de vanguarda encontram-se talvez na situação "ideal" para realizar um trabalho consequente. Pois contrariamente ao que alguns pensam e promovem, a vanguarda não tem que combater pela sua aceitação, mas sim impôr-se, como recusa.

7. É ainda dentro desta perspectiva que se deve encarar a evolução geral da arte contemporânea.

Sujeitos aos modelos (vanguardistas) das sociedades desenvolvidas, os artistas portugueses, até por reacção ao meio demasiado formal e académico, têm tendência a deixar-se influenciar; o que por si não seria negativo — já que as experiências da arte actual são na maioria dos casos totalizantes — se não fosse o desfazamento de meios entre a nossa sociedade e as sociedades que lhe servem de modelo.

(Por exemplo, a arte há muito que abandonou os suportes tradicionais, deixando de fazer quadros para passar a jogar com os ambientes, os espaços (sociais), os conceitos... A utilização da máquina fotográfica, do cinema, do som, do vídeo é pois frequente. Basta dizer-se que neste momen-

to em Portugal não existe um único vídeo à disposição dos artistas.)

A inevitável frustração que se abate têm vindo a exacerbar a tentação cosmopolita!

Os artistas dissociam-se da realidade que os rodeia, criando um pequeno gueto, cheio de boas intenções, e até de originalidade, mas impossibilitado de intervir socialmente.

8. Para finalizar, já que convém "fornecer" uma conclusão, a arte portuguesa atravessa, também ela, um período de transição; no qual todas as pessoas, de valor, se encontram cilindradas pela situação desfavorável e falta de perspectiva que as rodeia.

De qualquer forma só uma persistência coerente, poderá proporcionar alguma consequência a estes actos dispersos e inseguros que por aí vão acontecendo.

O que não convém é alimentar falsas ilusões, mesmo se necessita de estímulos. Até porque a realidade é que a grande maioria das pessoas face à precariedade quotidiana, têm pouca disponibilidade para se confrontarem com a "verdade estética": a qual lhes diz mesmo respeito, não tenhamos dúvida alguma! ■

DOIS POENNAS DE FERNANDO ASSIS PACHECO

O SOLDADO ATIRADOR

What friendship may I do thee?
(Shakespeare, King Lear)

Em Dezembro dá uma dor na tua mãe enfim nascias o caldo ao lume o fogo
entre telhas é tudo o que vocemecê imagina a essa hora?

um mês depois chamaram-te M. nome que saiba vocemecê vem do meu padrinho
home velho quando menino como tu pobre espalmado
disseste-me que em Uberaba S. Paulo de onde
umas poucas de histórias o olho gasto pela terçã

em breve tive oito anos no meio do gado que apascentavas para o senhor da aldeia

à escola? porém aprendiam-se coisas de lobos e neve anhos paridos
davas as coisas certas (passei fome) e vai
no dia da festa a irmã mais velha vestia-te com roupa limpa que era
para adorar ao mártel S. Sebastião mas do que eu gostava
meu alferes por alegria apanhar na rua as canas inda quentes
o fogueteiro a rir-se borracho

“assim passa uma vida; tão cheia de mudança”
amaste? sofri? jogaram à bilharada? fazia tempo
morrera não sei que poeta não sei que papa dos Abruzos

para às doenças novas julgo não haver remédio conhecido falo daquelas
aliás vai suicidar-se a bela Monroe
os homens na Lua meu alferes! o Armstrongue a falar “dentro do capacete”
o grande cabrão com sua licença

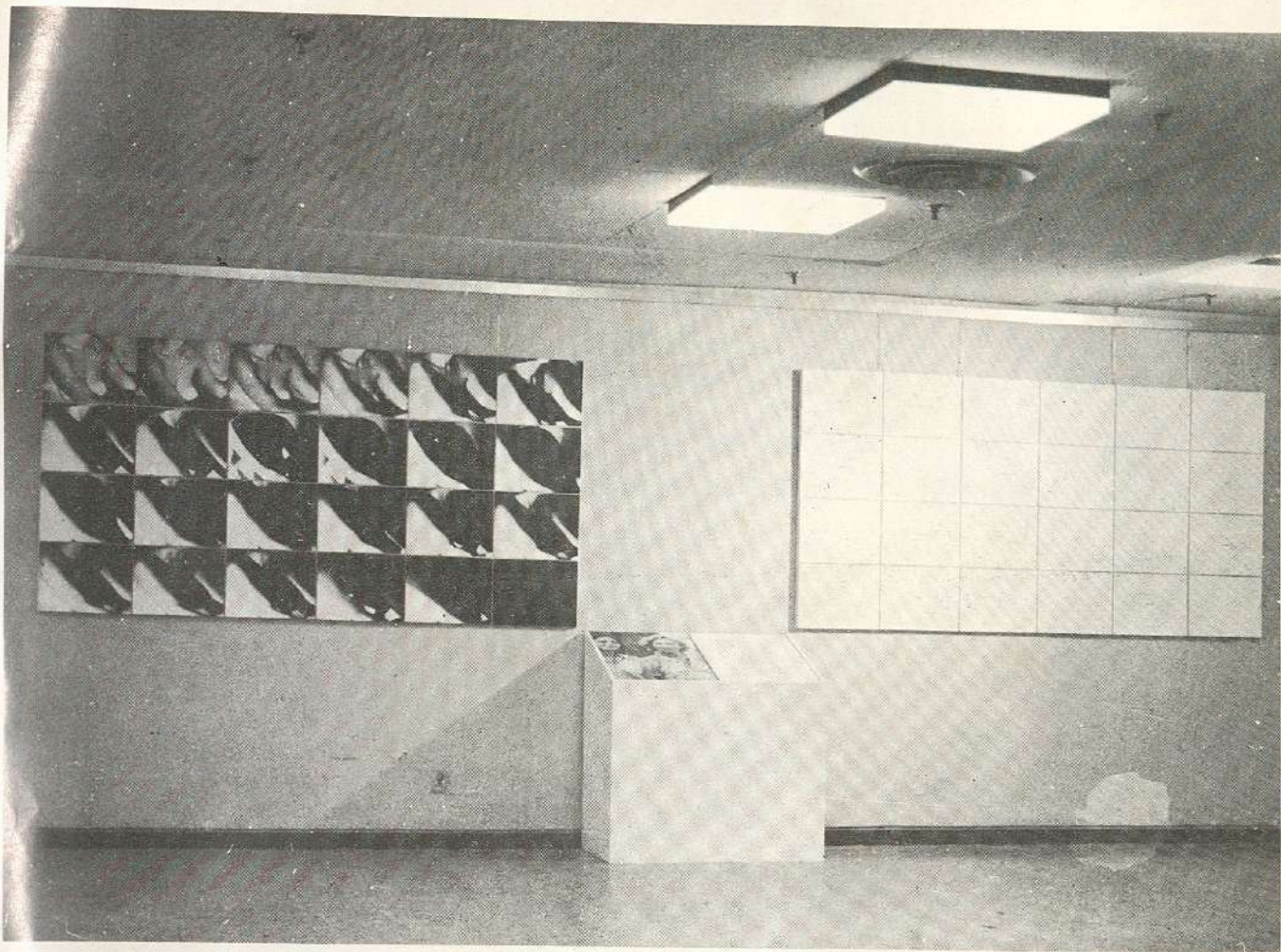
A SEGÓVIA

Muita segóvia batem estes almas do diabo
no escuro no escuro da cama
lépidas mãos sob a coberta os solitários

mas eu que os vi e fui deles parte peço
piedade quanta haja para quem
deixou a mulher longe piedade para as fotos
desnudas os calendários sexy peço um pouco
de piedade isto chama-se Nambuangongo
não podendo ser de outro modo o que fazem no escuro
que eles ocultam nas cartas como se quisessem deixar antes dito

sabes lá tu o amor
piedade para o desvio natural para a garganta
seca depois da emboscada
sul cuor della terra (Quasimodo)
ognuno sta solo sul cuor della terra
naquele terceto ao pôr-do-sol

os solitários da segóvia da mata



IMAGINAR PORTUGAL

ERNESTO DE SOUSA

Escolhemos esta ilustração "Sem Título" de Julião Sarmento, precisamente para comunicar ao leitor inocente a impossibilidade de reproduzir aquilo a que chamamos uma **instalação**; neste caso, vários conjuntos de fotografias, filme super 8 a cores, textos expostos e textos de apoio, extraídos do "L'Erotisme", de Georges Bataille.

O "caso" de Julião Sarmento é um dos mais esclarecedores do que possa ser, querendo-o nós, a cena artística portuguesa de investigação de descoberta. Partindo de um centro voluntarista, irradiando para o modelo exógeno senão exótico **coleccionado** com rigores de "graphic designer". Por uns tempos poderia reear-se que este ser-do-avesso ossificasse em pura exterioridade. De facto: pelo contrário, a alteridade como disciplina **revela** um íntimo e sincero desamparo interior. Por outras palavras, e dialecticamente, um intimismo exaltado, com reforço das imagens da casa e até da jaula, da domesticidade e até de um transativismo sem bordos. Pudico egotismo.

O sentido de uma investigação precisa-se, e vigorosamente. E uma metodologia também: a relação à palavra do outro, a leitura como jogo de espelhos. O que chamaríamos de leitura inaugural. A precisão destas confluências, o mais íntimo é por vezes o mais externo. Ao contrário: imaginar Portugal (este lugar) como o prisioneiro ou o animal selvagem enjaulado — se de imaginação fosse capaz. Imaginaria (e desejaría) absolutamente o de fora. O mais externo é por vezes o mais íntimo.

José Freire Antunes

A desgraça da República na ponta das baionetas

As Forças Armadas do 28 de Maio



Colecção

PORTUGAL
1900

A desgraça da I República foi ter trazido os militares
dos quartéis a colaborar no seu suicídio

edição



LIVRARIA BERTRAND

APARTADO 37 — AMADORA